



Discurso, política e direitos:

*por uma análise de
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende
Carolina Lopes Araújo
Jacqueline Fiuza da S. Regis
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Fernando César Lima Leite
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: César Lignelli
: Flávia Millena Biroli Tokarski
: Liliane de Almeida Maia
: Maria Lidia Bueno Fernandes
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcante
: Sely Maria de Souza Costa
: Wilsa Maria Ramos

Discurso, política e direitos:

*por uma análise de
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende
Carolina Lopes Araújo
Jacqueline Fiuza da S. Regis
(Organizadoras)

Ilustração de capa

Baseada no trabalho de Mariana Henrique Mariano da Silva para o VII Colóquio e II Instituto da ALED-Brasil

© 2020 Editora Universidade de Brasília
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa,
1º andar – Campus Darcy Ribeiro,
Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Bibliotecário responsável: Fernando Silva - CRB 1/2001

D611 Discurso, política e direitos : por uma análise de discurso
 comprometida / Viviane de Melo Resende, Carolina Lopes
 Araújo, Jacqueline Fiuza da S. Regis, organizadoras. – Brasília
 : Editora Universidade de Brasília, 2022.
 240 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-138-8.

1. Estudo crítico do discurso. 2. Análise de discurso crítica. 3.
Direitos humanos. 4. Associação Latino-Americana de Estudos
do Discurso. I. Resende, Viviane de Melo (org.). II. Araújo,
Carolina Lopes (org.). III. Regis, Jacqueline Fiuza da S. (org.).

CDU 82.085



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Sumário

Apresentação: uma análise de discurso comprometida	7
1. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual	17
2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica	51
3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada ...	85
4. “Eu me sentia um professor”: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras	115
5. Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres	147
6. Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais	171
7. Análise do discurso de ódio contra uma blogueira	203
Sobre as organizadoras	235
Sobre as/os autoras/es	237



Apresentação:

uma análise de discurso comprometida

Viviane de Melo Resende

No livro *Discurso e poder*, publicado no Brasil com tradução coordenada por Judith Hoffnagel e Karina Falcone, van Dijk ocupa-se em definir o conceito de poder, entendendo que, por se tratar de conceito escorregadio – complexo e ao mesmo tempo vago – mas fundamental para a análise discursiva crítica, “um exame detalhado do conceito de poder constitui uma tarefa central” (VAN DIJK, 2008, p. 9). Localizando o escopo desses estudos não no poder de modo indiscriminado, mas no abuso de poder – “nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiça social” –, o autor discute o sentido de crítica presente no rótulo associado à análise de discurso crítica. É também esse o nosso escopo quando discutimos o comprometimento nesse campo, cuja principal característica é o engajamento explícito: não basta a crítica pela crítica, é preciso ter os pés firmes no chão.

Discutir poder como controle exige uma apreensão do funcionamento da linguagem na sociedade, e esse argumento sustenta a relevância dos estudos críticos do discurso (RESENDE, 2017). Considerado o foco dos estudos críticos do discurso no nível intermediário das práticas, o que supera a improdutiva divisão entre estrutura e ação (como sugerem Chouliaraki e Fairclough, 1999, com base em Bhaskar, 1998), a análise discursiva crítica deve relacionar o micronível da análise do produto

textual ao macronível das práticas sociais, explorando as interpenetrações de escalas que tornam a tarefa mais complexa (BLOMMAERT, 2015).

No campo dos estudos discursivos há diferentes respostas teóricas à complexidade da relação linguagem-sociedade e sua análise. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), seguindo desdobramentos do realismo crítico, é necessário considerar a entidade intermediária das práticas sociais para compreender as influências mútuas entre estruturas abstratas (incluindo a língua, mas também outras, como os constrangimentos estruturais ligados a classe-raça-gênero) e sua materialização em eventos realizados (incluídos os textos que participam desses eventos). Ao propor a categoria das práticas (para Bhaskar, 1998, o “sistema posição-prática”) como composta de estabilizações temporárias entre pessoas assumindo papéis e realizando atividades, estabelecendo relações sociais mais ou menos previsíveis, reconhecendo usos de linguagem que incluem gêneros, discursos e estilos etc., obviamente está em jogo o campo dos compartilhamentos sociocognitivos que nos permitem esses reconhecimentos e que, em última instância, são o que nos permite exercer socialmente nossas ações individuais de acordo com estabilizações relativas socialmente partilhadas.

Ainda que os compartilhamentos devidos à cognição social estejam pressupostos nesse entendimento teórico, é correta a crítica de van Dijk (2009) quando afirma que as teorias crítico-discursivas tendem a tomar esse aspecto cognitivo como dado, não trazendo a questão à centralidade teórica que corresponderia. Para van Dijk (2014, p. 134), “não há relações diretas entre estruturas sociais e estruturas discursivas, porque toda produção, compreensão e utilização de discurso é mediada pelas representações mentais dos participantes”, e então a compreensão das relações entre discurso e poder demanda essa interface sociocognitiva. Em outras palavras, para van Dijk (2009, p. 26, grifos no original),

“estruturas sociais (macro) podem ser associadas à produção discursiva porque usuários/as da língua, como membros de grupos sociais, *conhecem* essas estruturas e podem *pensar* nelas quando usam a língua”. Assim, no modelo teórico que propõe, é a atividade cognitiva que explica a interface linguagem-sociedade.

Em minha própria compreensão teórica da ordenação social do potencial discursivo, expressa mais detalhadamente em Resende (2017), entendo que é preciso reconhecer esse compartilhamento que nos permite realizar eventos de maneira compreensiva, pondo em marcha o conhecimento compartilhado, num quadro de estruturações prévias. Assim, são conceitos-chave os de ordens de discurso e textos; posições objetivas e posições encarnadas, subjetivamente ativadas por pessoas, *com seus conhecimentos, crenças e valores*, assumindo posições; relações sociais potenciais e relações sociais entre pessoas participando concretamente em eventos sociais; materiais potenciais e dispositivos efetivados na ação material; espaço-tempo potencial e espaço-tempo realizado.

Toda a discussão em torno desses aparatos teóricos – a abordagem relacional (FAIRCLOUGH, 2010) e a abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, seus desdobramentos e sua compatibilidade (ou não) – apenas nos mostra que ainda somos reféns de certos modos (modernos: ligados aos sentidos fundantes da colonial-modernidade) de compreensão das coisas do mundo e de nossos papéis no mundo, e das formas como podemos forjar por meio de conceitos e categorias nossa (inevitavelmente) precária compreensão de sua complexidade. É inescapável que todo o funcionamento da relação linguagem-sociedade necessariamente passa por nossa humanidade, por nosso ser integral (corpo-mente-espírito), o ser que pensa, sente, conhece e acredita, que vive, movimenta-se, relaciona-se e exerce poder, e que só pode fazer tudo

isso mediante o recurso da linguagem. A complexidade de nosso campo de estudos transcende as divisões modernas e desafia os conceitos e as categorias com que compreendemos as coisas e construímos conhecimento e forjamos ciências. Contraditoriamente, seguimos dependentes desses mesmos conceitos e categorias para tentar estirar um pouco mais o tecido de nossa compreensão.

Foi esse o esforço que empreendemos no Colóquio da ALED-Brasil do qual se originam os textos que agora publicamos. A Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD) são excelentes exemplos disso. Muito foi feito na América Latina na direção da ampliação do escopo da análise de discurso e no refinamento de abordagens teóricas e metodológicas associadas a essa interdisciplina (PARDO ABRIL, 2007; PARDO, 2010; MARCHESE, 2011; RESENDE, 2019). A ALED é uma associação acadêmica criada em 1995 em Caracas, na Venezuela, que congrega estudiosas e estudiosos do discurso de diversas tendências teóricas em países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Desde sua criação, a ALED realiza, de dois em dois anos, em um dos países membros, congressos internacionais, com a participação da comunidade latino-americana de analistas de discurso, e assim vem contribuindo de maneira fundamental para o desenvolvimento do campo em nossa região. Cada um dos países membros da ALED conta com uma delegada nacional, que, nos anos em que não há congresso internacional da ALED, realiza o colóquio da delegação. No Brasil já foram realizados seis colóquios. O primeiro foi realizado na Universidade de Brasília, em 2006, e em 2018 esta universidade teve novamente a honra de ser a anfitriã do Colóquio da ALED-Brasil em sua sétima edição.

Para o evento, foi definida a temática “Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida”, com o objetivo de trazer ao centro da discussão no âmbito da ALED-Brasil as relações de discurso-sociedade em termos de poder e abuso de poder. Para atingir esse objetivo, a ALED-Brasil convidou especialistas de diferentes campos dos estudos do discurso que trabalham com as categorias centrais a esse debate: classe, raça e gênero, e consideram ambientes discursivos variados, desde os espaços virtuais de interação até as políticas públicas, passando pelos campos midiático, jurídico e educacional. Esse encontro mostrou-se uma oportunidade produtiva para a discussão do necessário comprometimento de acadêmicas e acadêmicos envolvidos em estudos das relações de linguagem-sociedade em termos de discurso e poder.

As apresentações desses trabalhos como palestras plenárias e conferências nos brindaram dias de compartilhamento belo e produtivo. O evento, que foi academicamente frutífero, intelectualmente provocador e emocionalmente tocante, deixou suas marcas. A publicação desses textos em livro é fruto de nossa crença em seu potencial transformador para além daquele momento, permitindo a continuidade daquele fluxo no tempo e no espaço, graças às virtudes da mediação no discurso.

Ao organizarmos esses textos no volume, Carolina Araújo, Jacqueline Regis e eu desejamos construir um caminho significativo entre eles, costurando-lhes nexos temáticos, contextuais ou de escopo. O primeiro capítulo é “Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual”, um esforço de avanço teórico e metodológico empreendido por Maria Carmen Aires Gomes. Dedicada à compreensão da comunicação em ambientes virtuais, a autora busca “articular teórica e metodologicamente, de maneira transdisciplinar, conceitos e fundamentos de campos de conhecimentos distintos de forma a propor uma categoria analítica

denominada de reação sociodiscursiva verbal, para análise de comentários reativos produzidos sociodiscursiva e politicamente por leitores/as em ambientes de interação virtual”, exemplificando as categorias analíticas propostas com dados de pesquisas voltadas a questões de gênero social. O que desse texto convida o seguinte é seu esforço teórico-metodológico, compartilhado por Mariana Marchese em seu “Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica”, oportunidade em que a autora apresenta seus desdobramentos ao Método Sincrônico-Diacrônico para Análise Linguística de Textos (MSDALT) de Laura Pardo (2011). O MSDALT já foi apresentado e discutido no Brasil em algumas publicações anteriores, mas o texto de Mariana Marchese avança na explicação do método de abordagens linguísticas convergentes para ADC.

Reconhecendo o produtivo espaço acadêmico reunido em torno da REDLAD e da ALED, a autora também apresenta resultados de anos de “pesquisa sociodiscursiva sobre políticas públicas voltadas a problemas habitacionais enfrentados por pessoas que vivem em situação de pobreza na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA)”. O terceiro capítulo, de Gersiney Santos, guarda vários pontos em comum com o anterior. Em “Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada”, o autor também se apropria do MSDALT desenvolvido na Argentina para discutir questões urbanas ligadas à moradia. Assim, também compartilha o interesse pela temática da política pública e incorpora os discursos dissidentes ao escopo de seu comprometimento. Botando “pé na rua e mãos à obra”, o autor faz de sua reflexão “uma ação de resistência”.

Também é a resistência pelo discurso o que anima o capítulo seguinte, assinado em parceria entre Juliana Dias e Gina Albuquerque. De corte

nitidamente decolonial, o texto “‘Eu me sentia um professor’: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras” discute interseções de classe-raça-gênero no âmbito educacional, traçando linhas do projeto Mulheres Inspiradoras. Em seu fluxo testemunhal, Gina Albuquerque assume “protagonismo no texto para contextualizar a sua história de vida como professora, mulher, negra, filha da periferia”, explicando os caminhos dessa trajetória que a levaram à autoria do premiado projeto que recentemente ganhou contornos de política pública.

Em “Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres”, Débora Figueiredo segue a temática de gênero já sinalizada por Dias e Albuquerque, mas desloca o foco para o campo jurídico feminista. A autora argumenta a respeito da fragilidade dos conceitos de gênero, igualdade de gênero, cidadania e igualdade de cidadania, que seguem “objeto de constante luta e contestação, como evidencia a atual onda de manifestações fascistas relativas a gênero que vivemos no Brasil”. Assim, aborda uma temática não só atual, mas também urgente, e discute desafios relativos aos direitos sexuais e reprodutivos tomando por dados textos do domínio jurídico. Posicionando-se nesse mesmo campo discursivo do direito, Virgínia Colares assina o capítulo “Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais”, em que situa sua abordagem aos estudos críticos do discurso jurídico, sustentando que a especificidade desse campo “impõe aos estudos do discurso uma abordagem específica do contexto jurídico exigindo aporte teórico-metodológico para que essas questões sociais prementes sejam tratadas de maneira comprometida e deem conta dos requisitos legais do contexto de uso”.

Fecha esta obra o texto de Lola Aronovich, que apresenta uma narrativa testemunhal sobre o abuso do poder no discurso. Autora do *blog*

Escreva Lola Escreva, em seu texto “Análise do discurso de ódio contra uma blogueira” ela conta sua história sobre (e contra) a misoginia virtual, desafiando relações espúrias entre grupos que praticam violência *on-line* (incluindo ameaças bastante concretas e passíveis de consequências previstas em lei) e a extrema direita na política. Lola Aronovich finaliza sua narrativa chamando a atenção para o desafio de desvendar “quais desses grupos têm um relacionamento meramente afetivo com políticos de extrema direita e quais são patrocinados por eles”, pois os dados que apresenta mostram que “as ligações entre quem está no poder e grupos de ódio podem ser bastante promíscuas”. Assim, esse capítulo final do livro nos aponta novos e diferentes questionamentos em torno das relações entre discurso, política e direitos. Sem dúvida, uma análise de discurso comprometida é hoje tão necessária como sempre. Ou talvez ainda mais.

Referências

BHASKAR, R. Societies. In: Archer, M. *et al.* (Org.). *Critical realism: essencial readings*. London: Routledge, 1998. p. 206-257.

BLOMMAERT, J. Chronotopes, scales and complexity in the study of language in society. *Annual Review of Anthropology*, v. 44, p. 105-116, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2. ed. New York: Longman, 2010.

MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis sociodiscursiva: una propuesta a partir del método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO ABRIL, N. G. *Cómo hacer análisis crítico del discurso*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2007.

PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: State of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, p. 183-192, 2010.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística*. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Editorial Tersites, 2011.

RESENDE, V. M. Reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. (Org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2017. p. 11-52.

RESENDE, V. M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. M. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2019. p. 19-46.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. Trad. J. Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Society and discourse: how social contexts influence text and talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, T. A. Discourse-cognition-society: current State and prospects of the socio-cognitive approach to discourse. In: HART, C.; CAP, P. (Org.). *Contemporary critical discourse studies*. London; New York: Bloomsbury, 2014. p. 121-146.



1

Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual

Maria Carmen Aires Gomes

Introdução

Com o advento da internet e seus usos e funcionamentos, novas formas de agir e interagir estão sendo construídas de maneira que as novas necessidades de comunicação sejam atendidas, ou seja, novas maneiras de socialização e interação. Marcuschi e Xavier (2004, p. 13) já nos chamavam a atenção para o fato de que a “internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”. Nesse ambiente virtual, novos gêneros emergem como resultantes de práticas sociais pluralistas.

No artigo “Comentários de leitores na internet: um olhar sobre a opinião do internauta”, Bueno *et al.* (2016, p. 88) afirmam que “a tecnologia que deu forma aos comentários na internet surgiu no fim dos anos 1990 por meio da plataforma de *blogs* Open Diary”; tal plataforma tinha um espaço destinado aos comentários. Palácios (2012, p. 137), citado por Bueno *et al.*, chama a atenção para o fato de que esse tipo de prática já acontecia na mídia com as Marginalias, ao dizer que “[c]om

o ciberperiodismo os comentários passam a ser incorporados ao mesmo espaço do texto jornalístico original, de maneira que podemos falar de anotações de margem, no sentido físico do termo”.

Embora a participação, ou mesmo a colaboração, dos leitores e leitoras nas práticas midiáticas já ocorresse por meio de cartas endereçadas à redação, os comentários configuram-se funcionalmente de maneira muito distinta, uma vez que o ambiente virtual tem suas próprias regulações e restrições. Bueno (2015, p. 1) ressalta que, apesar da “inserção no ciberespaço há mais de uma década, o dispositivo continua gerando controvérsia, por ser um recurso ainda subutilizado de maneira sistematizada na agenda dos veículos [...]”, seja por falta de compreensão da utilidade e dos benefícios da colaboração dos internautas na produção e na circulação dos temas desenvolvidos, seja pela falta de polidez dos que comentam. Para Cunha (2015, p. 27), o “comentário eletrônico é uma prática social que faz parte da vida cotidiana de milhares de pessoas. É um novo tipo de diálogo que os jornalistas não conheciam antes da internet [...]”. Dessa forma, lançar o olhar analítico para o espaço virtual que aloca comentários reativos sobre a vida em sociedade se justifica porque poderemos compreender como as pessoas estão pautando as questões políticas, sociais e culturais.

Meu objetivo neste texto é tentar organizar e articular teórico-metodologicamente, de maneira transdisciplinar, conceitos e fundamentos de campos de conhecimentos distintos para propor uma categoria analítica denominada de reação sociodiscursiva verbal, para análise de comentários reativos produzidos sociodiscursiva e politicamente por leitores/as em ambientes de interação virtual. Dessa forma, pretendo propor, a princípio, uma categoria analítica descritiva capaz de identificar tipos de comentários reativos produzidos por leitores/as no ambiente de interação virtual. Tais comentários são produzidos em espaços específicos, controlados e

1. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual

regulados. A proposta é explorar a cultura digital por meio da ferramenta comunicacional, da maneira como Recuero (2014b) a define: ferramenta *comentar*. Cunha (2015, p. 28) já caracteriza o comentário, no espaço digital, como “uma prática discursiva que tem seu propósito e suas regras: a partir de um texto fonte, o leitor constrói novos discursos”, seja reacentuando, seja deslocando os aspectos temáticos.

Nas próximas seções apresentarei as influências epistemológicas que me levaram a propor a categoria analítica reações sociodiscursivas verbais em uma abordagem discursivo-crítica, à luz de uma proposta transdisciplinar integrativa que busca articular os estudos advindos da *Conversa mediada pelo computador, do espaço comentário* (RECUERO, 2014a; 2014b) além das premissas e das fundamentações do *sistema de avaliatividade*, da forma como propõem Jim Martin e David Rose (2009), Jim Martin e Peter White (2005) e Peter White (2004), e ampliado para os estudos sobre conversação casual conforme propõem Eggins e Slade (1997). É importante ressaltar que tanto a abordagem discursivo-crítica de Norman Fairclough (2001; 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough e Fairclough (2012) quanto as obras de Martin, Rose, White, Eggins e Slade que acabo de citar retomam os princípios sistêmicos-funcionais acerca da relação entre língua e contexto (HALLIDAY, 1994). Para uma discussão discursiva acerca das relações entre normas e valores, à luz de um debate sobre a ética das virtudes discursivas, será incorporada a proposta de Marie-Anne Paveau (2015).

Conversa mediada pelo computador: comentários de leitores/as em ambientes de interação virtual

Partirei inicialmente das pesquisas sobre conversas mediadas por computador da forma como a pesquisadora brasileira Raquel Recuero

(2014a; 2014b) tem entendido a conversa em rede. Segundo Recuero (2014a, p. 16), esse tipo de conversa “está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social”, uma vez que permite às pessoas se posicionarem acerca de qualquer tipo de assunto perante um número amplo de pessoas, seja de maneira anônima ou explícita. Thompson (1998, p. 29), discutindo sobre o desenvolvimento dos ciberespaços, afirma que tais espaços “tornam as pessoas capazes de agir e interagir a distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo”, experimentando novas formas de agir e interagir sociotemporalmente, constituindo novas relações sociais e performatizando identidades.

O espaço público digital construído por novas formas de agir e interagir mediadas pelo computador gera nas pessoas uma presunção de anonimato, pois o corpo-sujeito ali não está inscrito fisicamente, como se apresenta em uma relação face a face, o que proporciona a produção de perfil *fake*. Recuero (2014a, p. 115) afirma que nessas interações os discursos são coproduzidos e que “a conversação mediada pelo computador é, assim, uma apropriação, ou seja, uma adaptação de meios que originalmente são textuais e não propícios às interações orais para um fim, que é aquele da conversação”. Uma das características que diferencia a conversação mediada por computador da conversação oral, face a face, é a possibilidade de replicar o que foi dito sem que estejamos presentes, ou seja, “são reproduzidas facilmente por outros atores, espalham-se nas redes entre os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias” (RECUERO, 2014a, p. 120).

Marie-Anne Paveau (2015, p. 320), discutindo sobre o papel dos dispositivos tecnodiscursivos na produção de discursos virtuosos, chama

a atenção para a “ilusão da proteção contra a reação direta de ‘carne e osso’, a ausência física do outro, cuja presença produz efeitos de controle de expressão verbal, e a rapidez de escrita e envio de mensagens criam a ilusão de monologismo [...]”. Recuero e Soares (2013, p. 243), analisando violência, humor e estigma em comentários de Facebook, afirmam que “[e]studar o discurso *on-line* é estudar a linguagem em uso e a construção de sentidos em ambientes diferentes, mediados e apropriados. E essas apropriações também podem gerar comportamentos diferentes, inclusive violentos e hostis, como a reprodução de formas de agressividade *on-line*”. Essa definição de discurso como forma de ação e prática social alinha-se aos estudos de Fairclough (2001, p. 2003).

A interação, segundo Recuero (2014), pode ocorrer então por meio de algumas ações, quais sejam: *curtir*, *compartilhar* e *comentar*. Interessa-me, neste estudo, a ação e interação gerada por meio de comentários, já que proporciona “uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação” (RECUERO, 2014a, p. 120), mostrando “também as relações que ali emergem e as práticas sociais e linguísticas que ali tomam forma”. É possível analisar as sociointerações construídas no espaço digital e perceber a forma como as pessoas estão produtivamente potencializando sentidos, ideologias e representações de suas experiências sobre o mundo que as cerca por meio do espaço digital.

Paveau (2015, p. 321), ao problematizar a questão da violência verbal nos dispositivos tecnodiscursivos, afirma que “é quase regra a transgressão das normas dos *sites* e das *néticas*, com o uso da violência verbal, a confrontação, a polêmica, o insulto ou qualquer forma discursiva interpretável como não virtuosa”. É essa prática de comentar, de reagir não só aos temas desenvolvidos nos *sites* ou portais, mas também aos comentários produzidos por outras pessoas, que me interessa nesta proposta.

Assim como Recuero e Paveau, Stranderbeg e Berg (2013) reconhecem as possibilidades interativas que a internet trouxe à esfera pública, ou seja, de que seus cidadãos pudessem criativamente se expressar sobre os mais diversos assuntos. Ao fazer isso, ofereceu-lhes, portanto, variadas ferramentas operacionais para tal manifestação, que “incluem, atualmente, a escrita de comentários em fóruns de discussão *on-line*, *blogging*, comentários em notícias, partilha de conteúdos, envio de *tweets* e a criação ou adesão a um grupo no Facebook” (p. 112).

Strandberg e Berg (2013, p. 112), analisando comentários de leitores em jornais *on-line* à luz de uma discussão sobre o espaço digital como local de deliberação democrática, afirmam que “os comentários dos leitores nos artigos de jornais *on-line* representam um fórum de discussão relativamente novo entre os cidadãos, e possuem (pelo menos, teoricamente) as características necessárias para funcionarem como locais de conversas democráticas”. Nessa mesma linha, Domingo (2008, p. 694) define os comentários dos leitores como “microfóruns anexos às notícias”, uma vez que promovem uma discussão pública, aberta e independente, diferente dos fóruns fechados e dos *chats*.

A reflexão acerca do espaço digital como potencial deliberativo na esfera pública, principalmente nos locais destinados aos comentários de leitores/as, tem sido alvo de muitas pesquisas que tratam das relações entre participação política, construções discursivo-democráticas e do papel participativo do/a cidadã/o (DAHLBERG, 2001; WRIGHT; STREET, 2007; DOMINGO, 2008; TADEU, 2012). Tadeu (2012, p. 32), analisando a participação política e os comentários de leitores/as no jornalismo *on-line* português, afirma que “a instantaneidade é, além de característica essencial do jornalismo na internet, um traço típico dos comentários dos leitores. [...] é possível comentar as notícias, é possível fazê-lo livremente e,

quando se clica em “publicar”, o comentário é publicado. Imediatamente”. Essa instantaneidade permite ainda que os potenciais sentidos sobre as questões e os fatos sejam construídos de maneira negociada ou assimétrica.

Em termos de configuração espacial, a maioria dos *sites* que alocam os jornais *on-line* traz, após o texto informativo, o espaço destinado aos comentários de leitores/as. Cada *site*, de cada veículo brasileiro, por exemplo, segue um tipo de *layout* com características gerais (título, subtítulo, texto, espaço comentário), mas se diferenciam não só em relação à forma pela qual os comentários poderão ser compartilhados nas redes sociais (Facebook, Twitter, ou mesmo no Google+), mas também quanto à política de uso: quem poderá comentar naquele *site* ou veículo. Em alguns veículos jornalísticos, o espaço de comentários é livre, acessível a todos/as, mas, para outros, o/a leitor/a deverá ser assinante (*Folha de S. Paulo*) ou terá de se cadastrar para executar a ação (*Estado de Minas*, por exemplo).

Na maioria dos *sites* aparece um tipo de barra de ferramentas com os *links* “imprimir”, “enviar”, “compartilhar” (ao lado dos ícones-*links* do Facebook, do Twitter, do Google+), “Letra A- / A+”. Paiva (2016), pesquisando comparativamente a interatividade no jornalismo *on-line* nos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal), observa que “a funcionalidade para atrair os leitores ao media pelas redes sociais (Facebook, Twitter, G+, YouTube) tem sido cada vez mais utilizada pelos/as leitores/as e pela redação, em especial, graças ao grande poder de partilha e de difusão das informações”. A pesquisadora afirma ainda que “o ato de convidar o leitor para interagir nas redes sociais é hoje uma ferramenta bastante divulgada na interface do jornal e tem sido eficaz para a partilha das notícias entre leitores em rede” (PAIVA, 2016, p. 7). Ainda que os jornais abram esse espaço para os/as leitores/as, o debate entre jornalistas, editores/as e eles/elas não ocorre: “os leitores usam o

espaço de interação para falarem entre si, sobre o tema da notícia ou outros, sem necessariamente interagirem com a redação ou com os jornalistas, fontes ou colaboradores”, chama a atenção Paiva (2016, p. 8). Embora não exista essa interação, editores/as têm modificado textos e títulos em função de comentários, denunciando usos lexicais inadequados, temas pouco desenvolvidos e textos com baixa quantidade e qualidade informativa. Trata-se, portanto, de mais uma forma de usar a linguagem na contemporaneidade, de uma possibilidade de intervenção efetiva dos/as cidadãos/ãs na esfera pública, e a compreensão de que agir junto pressupõe falar junto, mas não de maneira consensual (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Quanto à postagem dos comentários pelos/as leitores/as, é interessante notar que há controle acerca daquilo que é dito, embora os *sites* chamem a atenção para o fato de que os comentários ali produzidos são de responsabilidade exclusiva de seus autores/as, não representando, portanto, a opinião do jornal. As mensagens estão sujeitas à moderação, inclusive há um *link* “denuncie” para que outros/as leitores/as façam a denúncia, como se pode observar em alguns *sites* de referência no Brasil:

- “Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião do *site*. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio e ilegal” (*site G1*).
- “Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor. As mensagens estão sujeitas à moderação prévia antes da publicação” (*site Folha de S. Paulo*).
- Em alguns veículos os comentários são aprovados um a um pelos/as redatores/as e editores/as, que fiscalizam se há palavras

de baixo calão ou se as mensagens estão alinhadas às temáticas desenvolvidas nos textos (*Tempo* e *Super Notícia*, por exemplo). Em outros veículos, a aprovação dos comentários está vinculada à área de “comentários”, associada ao Facebook (*Hoje em dia* e *Popular*, por exemplo).

Noci *et al.* (2010, p. 1, *apud* Tadeu, 2012, p. 32) afirmam que o espaço destinado aos comentários representa para os/as cidadãos/ãs “uma maneira simples de reagir aos eventos da actualidade e discuti-los logo depois de ler sobre eles”. Paiva (2016), problematizando a forma como os/as leitores/as participam de maneira reativa nas interações mediadas nos espaços *on-line* dos comentários, observa que:

Nessa interação reativa, o leitor reage à notícia que já existe, ou seja, reflete ao que já de certo modo está refletido, dentro da própria construção do ângulo da notícia. Ele participa, numa forma de reação ao tema da notícia, à construção da notícia e aos comentários de outros leitores. Aqui, o leitor é também um reagente dentro da sua ação como leitor participativo, acaba por projetar em sua ação apenas o que já está proposto (PAIVA, 2016, p. 9-10).

Tomando, então, o espaço de comentários como um *locus* de ação e interação em que leitores/as reagem aos temas, assuntos e fatos noticiados pelos textos jornalísticos, por exemplo, emitindo suas opiniões, julgamentos, fazendo circular e difundir a notícia, proponho que, discursivamente, a construção textual reativa, ali abrigada, seja denominada analiticamente de *reação sociodiscursiva verbal*, pois permitirá “mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112-113).

Espaço comentários de leitores/as em jornais *on-line* como suporte de reações sociodiscursivas

Os comentários reativos produzidos pelos/as leitores/as, em espaço determinado, referentes às notícias ou aos *posts* veiculados em ambiente de interação virtual serão considerados *reações sociodiscursivas verbais*. A ideia de usar o vocábulo “reações discursivas” como categoria analítica foi proposta inicialmente por Nogueira e Arão (2015) no estudo sobre o Facebook como espaço de legitimação virtual: uma análise de *posts* e reações discursivas em páginas de ONGs ambientais para se referir à maneira pela qual os/as internautas reagem discursivamente aos conteúdos produzidos nos *posts*, tomando por base os conceitos e os preceitos da abordagem discursiva de linha francesa.

Minha proposta é repensar o conceito supracitado à luz das premissas e dos fundamentos desenvolvidos pela Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO) da maneira como propõem Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Retomando o conceito de prática social desenvolvido por David Harvey (1989) – para quem práticas sociais se constituem de relações sociais, poder, práticas materiais, crenças, desejos e valores –, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem que as práticas sociais seriam constituídas de momentos que se articulam ininterruptamente, quais sejam: *relações sociais, fenômeno mental, mundo material e discurso*.

As reações dos/as internautas são, então, compreendidas não só como discursivas, mas também como não discursivas, posto que os comentários reativos também podem ser formas habituais de agir e interagir sociodiscursivamente em locais e tempos específicos, envolvendo atividades materiais e fenômenos mentais que se relacionam

dialeticamente em um sistema de rede de práticas sociais, permitindo então que as questões sociais possam ser problematizadas discursivamente.

Por essa vinculação epistemológica amplio o conceito de Nogueira e Arão (2015) para *reações sociodiscursivas verbais*. Considerando que, à luz da Análise Discursiva Textualmente Orientada, quando representamos aspectos do mundo, ou seja, dos saberes, do conhecimento e das experiências, estamos falando dos significados representacionais, cujos elementos da ordem do discurso são os discursos, ao passo que quando avaliamos/julgamos/apreciamos ou identificamos o/a outro/a e a nós mesmos/as estamos falando de significado identificacional, cuja categoria discursiva é o estilo, podemos assumir que as reações sejam um tipo de categoria analítica que atravessaria tanto as maneiras de representar quanto as de identificar a si e aos/às outros/as, já que, ao assumir uma postura reativa frente aos assuntos e à opinião, à conduta e ao comportamento de participantes na interação seja com o texto, seja com outra pessoa, o/a leitor/a reativo/a estará disputando, além de relações de poder e controle, também relações éticas e morais.

Para Fairclough (2003, p. 124), discursos são “formas de representar os aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material, o mundo mental de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, o mundo social”. Alinhando-se ao que afirma Theo Van Leeuwen (2005, p. 104): “discursos não são somente sobre o que fazemos, mas sempre sobre o motivo pelo qual estamos fazendo isso”. Por isso, discursos produzem certas universalidades, regulações, mas também geram certas causalidades, já que são construções de realidades atravessadas por atitudes, ideias, exercícios e relações de poder que causam seletividades, condensações e simplificações acerca dos objetos discursivos (FAIRCLOUGH, 2003; VAN LEEUWEN, 2005).

Estou propondo que o espaço de comentários, em termos espaciais, é um tipo de suporte virtual que abriga/aloca as reações sociodiscursivas verbais, atravessadas por relações de poder e controle, materializadas em textos. Tal espaço permite compreender que a vida social é mediada textualmente, e que, por esse motivo, é passível de controle, regulação, mas também de criatividade e reflexividade. Resgatando as problematizações ensejadas por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144) acerca da faceta regulatória dos gêneros discursivos e dos discursos, é possível assumir que esse espaço age como um tipo de “mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos”. Trata-se de um *locus* que permite uma acentuada capacidade de ação e interação a distância de maneira regulada (FAIRCLOUGH, 2003).

Reações sociodiscursivas verbais: uma proposta de categoria analítica discursiva

Reações sociodiscursivas verbais dos/as leitores/as, então, são as formas pelas quais as pessoas agem e interagem discursivamente em direção: *a um fenômeno, a um/a participante (quem), a um tema e/ou assunto noticiado*. São construções sociodiscursivas reativas cujos ângulos e perspectivas discursivo-ideológicas são direcionados à fala de alguém, ou ao assunto do texto postado ou a temas marginais e tangenciais. As reações sociodiscursivas verbais podem ocorrer de três formas:

- *reações transacionais* – interactantes e reatores/as comentam entre si assuntos e temas que podem ou não estar vinculados aos textos, estabelecendo a troca sociointerativa;

1. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual

- *reações não transacionais* – interactante comenta (reage aos) assuntos noticiados nos textos jornalísticos, mas sem a troca sociointerativa;
- *reações transacionais atitudinais* – interactantes e reactantes reagem às trocas usando citações e falas não só do texto jornalístico, como as de outros/as participantes, de maneira atitudinal.

Esse espaço de interação digital envolve, então, participantes com características reativas, já que apresentam ações decorrentes de desdobramentos de falas ou de eventos anteriores. Essas reações podem ser tanto direcionadas aos comentários de outros participantes, que são observados, julgados e postos em cenas de interpelação discursiva, quanto podem ser direcionadas aos tópicos (ou mesmo tópicos e temas marginais ao assunto principal), aos fatos ou aos testemunhos usados e representados discursivamente nos textos.

Apresento a seguir um recorte do estudo realizado por Mucci (2018), aplicando a proposta analítica no texto “Imigrante do Mali que salvou criança em Paris vai ser naturalizado francês”, publicado no jornal *Estadão Internacional* em 28 de maio de 2018:

- Interact1: *Um grande herói, merecedor do reconhecimento público pelo ato de bravura e abnegação* (REAÇÃO NÃO TRANSA-CIONAL);
- Interact2: *A França mostrando aos terroristas como obterem nacionalidade mais rapidamente* (REAÇÃO NÃO TRANSA-CIONAL);
- Reac1: *Quanta amargura, interact2* (REAÇÃO TRANSACIONAL ATITUDINAL);

- Reac2: *Interact2. como tu é besta!* (REAÇÃO TRANSACIONAL ATITUDINAL);
- Reac3: *Mostrou ter valores, entre estes coragem!* (REAÇÃO NÃO TRANSACIONAL);
- Reac1: *tem muçulmanos bom também! Não julgue para não ser julgado!* (REAÇÃO TRANSACIONAL ATITUDINAL – INTERACT2).

Tanto Interact1 quanto Interact2 reagem ao assunto desenvolvido no texto jornalístico: enquanto um foca no ato heroico do sujeito, o outro julga a ação do governo francês. A partir de seus comentários reativos, a interação vai se construindo, de maneira transacional, entre Interact e Reac por meio de julgamentos, apreciações e avaliações ora sobre o assunto noticiado, ora sobre o comentário dos participantes. É possível que em algumas trocas sejam construídas *reações transacionais bidirecionais*, ou seja, dois participantes interpelam-se em uma seqüência sociointerativa excluindo os outros.

Ao descrever esses três tipos de reações sociodiscursivas verbais foi possível perceber a recorrência de comentários reativos atitudinais, o que me levou a pensar em um conjunto de categorias que expressassem a forma como as pessoas representam o que sentem, como apreciam as coisas, quais julgamentos produzem, quais valores dão aos fatos, aos acontecimentos e às opiniões dos outros.

Para tanto, resgatei os fundamentos e as categorias do sistema de avaliatividade proposto, no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, por White (2004), Martin e White (2005), Martin e Rose (2009) e Eggins e Slade (1997) sobre codificações de atitude para análise de conversações casuais, a fim de configurar os tipos de reações sociodiscursivas

verbais construídas no espaço destinado aos comentários de leitores/as em ambientes virtuais.

O sistema de avaliatividade, ou linguagem da valoração (WHITE, 2004; MARTIN; WHITE, 2005), busca descrever e explicar a forma como a língua é usada para avaliar, julgar, opinar afetivamente sobre comportamentos, atitudes, identidades e gêneros sociais, além de apreciar coisas e objetos, engajando discussões, debates e polêmicas. Esse sistema trata dos significados interpessoais, por isso relaciona-se às negociações de atitudes, às marcas e aos traços de avaliação que podem ser intensos, atenuados e até ampliados (MARTIN; ROSE, 2009). O sistema é, portanto, multidimensional e apresenta as seguintes dimensões:

1. comprometimento: monoglossia e heteroglossia (projeção, modalidade e concessão);
2. atitude: afeto, julgamento e apreciação;
3. gradação: força (intensificação e atenuação) e foco (acentuação e suavização).

O modelo de avaliação proposto por Peter White (2004) trata da avaliação e das perspectivas em discursos materializados em textos. Essa abordagem nos interessa porque foca

[...] nas funções sociais desses recursos, não simplesmente como formas através das quais falantes/escritores individuais expressam seus sentimentos, posições, mas como meios que permitem que os indivíduos adotem posições de valor determinadas socialmente, e assim se filiem, ou se distanciem, das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão (WHITE, 2004, p. 177).

Os significados atitudinais, segundo White, podem ser agrupados em três campos semânticos: *i)* no *afeto*, associado à emoção, os textos indicam posições negativas e positivas acerca de algo; *ii)* no *juízo*, vinculado à aceitabilidade social de um dado comportamento, os textos apontam para sentimentos ligados ao sistema de norma e padrão moral e social; *iii)* na *apreciação*, são avaliados em termos de qualidades estéticas. Essas ativações atitudinais e avaliativas podem se realizar de maneira direta ou indireta – implicadas e/ou pressupostas nos textos.

Para White (2004, p. 183), os sentimentos são construídos de diferentes formas: “no afeto, a ação da emoção é indicada de forma direta – os sentimentos são apresentados como reações incidentais e personalizadas de sujeitos humanos a algum estímulo”. Juízo e apreciação são “de alguma forma institucionalizados e reapresentados como qualidades inerentes ao fenômeno avaliado em si” (p. 183). As construções de juízo dizem (ou prescrevem) sobre a forma “correta” de se comportar na sociedade. Na discussão que enseja sobre a violência ética, Butler afirma que “[t]ambém nos esquecemos de que julgar o outro é um modo de interpelação: até mesmo as punições são declaradas, muitas vezes, transmitidas, diante do outro, exigindo sua presença física” (BUTLER, 2015, p. 65).

É importante pensar que para se analisar o significado atitudinal é preciso observar as coocorrências lexicogramaticais, a forma como estão contextualizadas, o tipo de elementos usados, tais como: atributos, epítetos, processos, circunstâncias, nominalizações (HALLIDAY, 1994). Eggins e Slade (1997), no âmbito dos estudos sistêmico-funcionais, propõem um tipo de análise da avaliação, examinando os significados atitudinais das palavras usadas na conversação casual. A proposta das pesquisadoras refuta principalmente os estudos avaliativos que “não se concentram no lexismo interpessoal”, mas que se relacionam à microanálise da estrutura gramati-

cal, deixando à margem uma análise baseada na teoria da estrutura do discurso (EGGINS; SLADE, 1997, p. 124). Para Eggin e Slade (1997, p. 59), “as pessoas interagem com suas próprias histórias discursivas, determinadas por sua história social e posição social”, por isso “a interação com outros sujeitos, que não compartilham necessariamente os mesmos discursos, cria dificuldades que precisam ser resolvidas”, porque a linguagem não é acidental, mas está inscrita nas relações de poder produzidas e negociadas no interior das práticas sociodiscursivas. As pesquisadoras desenvolvem e ampliam as considerações de Martin (1994), reorganizando as categorias (julgamento, apreciação e afeto) em quatro dimensões avaliativas, conforme apresentadas a seguir.

As *apreciações* referem-se às reações dos falantes sobre a avaliação da realidade, ou seja, buscam responder acerca *do que estou pensando sobre isso*. Tendem a ser expressas pelos processos mentais (penso, conheço, entendo, sei, acredito), mas também pelos adjetivos (codificando avaliações descritivas de coisas) ou de maneira incongruente por meio de nominalizações ou de epítetos descritivos transformados em objetos ou coisas, aumentando a densidade lexical do texto, além dos advérbios atitudinais, verbos e grupos verbais. Nas apreciações, as pesquisadoras propõem três subcategorias: *i)* reações lexicais relacionam-se à aparência; *ii)* composição relaciona-se à textura dos textos ou a processos; e *iii)* valorização relaciona-se às avaliações de conteúdo ou de mensagem.

Os *afetos* referem-se aos estados emocionais dos falantes em termos positivos e negativos: sentimentos e emoções. Realizam-se por meio de processos mentais de afeição.

Os *julgamentos* expressam as noções sobre ética, moralidade e valores sociais, ou seja, avaliam-se os comportamentos verbais, mentais e físicos dos outros em relação à conformidade das normas ou à

transgressão delas. São de dois tipos: *i*) sanção social – regulação moral, se o comportamento é ético ou verdadeiro; *ii*) estima social – se os comportamentos atendem ou não aos padrões socialmente desejáveis.

A *amplificação*, para as pesquisadoras, é a maneira pela qual os falantes ampliam ou minimizam a intensidade e o grau da realidade do que estão negociando. São três as subcategorias: enriquecimento (focaliza um processo ou significado), aumento (intensifica ou quantifica o assunto, a pessoa ou a coisa) e mitigação.

Segundo Eggins e Slade (1997), os significados lexicais são potencialmente mais abertos e, por isso, estão mais sujeitos à negociação e à mudança, pois os sentidos dependem não apenas do contexto (e de suas relações com outros elementos), mas da posição dos sujeitos, dos valores e das crenças. Considerando o sistema de avaliatividade desenvolvido por White (2004), Martin e White (2005), Martin e Rose (2009), os estudos de Eggins e Slade (1997) e a categoria aqui proposta – reação sociodiscursiva verbal –, proponho inicialmente seis tipos de reações para a análise dos comentários produzidos por leitores das práticas sociomidiáticas *on-line*, são elas:

- a) reações sociodiscursivas verbais engajadas (refuta, contrapõe, concorda, endossa);
- b) reações sociodiscursivas verbais de condenação (julga moralmente comportamentos e condutas);
- c) reações sociodiscursivas de admiração (julga positivamente as condutas sociais);
- d) reações sociodiscursivas de crítica (julga negativamente as condutas sociais);

- e) reações sociodiscursivas de aprovação (elogia comportamentos e condutas morais);
- f) reações sociodiscursivas de apreciação (avalia qualidades estéticas).

As reações estão sendo desenvolvidas, nesta proposta, como um tipo de categoria analítica que permitirá observar e explorar as maneiras particulares de representar e de identificar(-se), materializadas em textos, em práticas midiáticas, por meio de comunicação mediada por computador.

As reações sociodiscursivas verbais engajadas caracterizam-se pelo nível de comprometimento com o que está sendo dito. Em termos linguístico-textuais, realizam-se por meio de modalidades, polaridades (não/sim), concessões, relações lógico-semânticas de extensão ou realce, circunstância de ângulo (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004).

As reações sociodiscursivas verbais de condenação estão vinculadas às manifestações negativas que implicam certo tipo de ilegalidade, disfuncionalidade, culpa, imoralidade, ou seja, relacionam-se de maneira negativa aos julgamentos morais que se associam de alguma forma às instituições legais, refletindo padrões culturais e ideológicos, além das experiências individuais, ou seja, relacionam-se com a forma pela qual se conceitualiza o mundo. Problematizando a condenação no âmbito dos estudos de gêneros e da crítica à violência ética, Butler (2015, p. 65) afirma que “a condenação torna-se o modo pelo qual estabelecemos o outro como irreconhecível ou rejeitamos algum aspecto de nós mesmos que depositamos no outro, que depois condenamos”. A condenação tende a fazer justamente isso – expurgar e exteriorizar nossa suposta neutralidade e imparcialidade.

As reações sociodiscursivas verbais de admiração vinculam-se também às manifestações que julgam positivamente as condutas sociais de consideração, respeito e estima realizadas por meio de atributos, advérbios de comentário e epítetos positivos.

As reações sociodiscursivas verbais de crítica, assim como as reações de admiração, vinculam-se aos comportamentos de estima social. No entanto, as de crítica julgam negativamente a forma como os indivíduos avaliam os comportamentos, as atitudes, a capacidade e a tenacidade. São manifestações que criticam comportamentos não usuais, incapazes e não confiáveis. Realizam-se também por meio de atributos, formas adverbiais, modalidades e epítetos.

As reações sociodiscursivas verbais de elogio relacionam-se de maneira positiva às manifestações elogiosas quanto aos comportamentos éticos, morais e honestos. Associam-se, assim como as reações de condenação, aos valores morais, aos padrões socioculturais e ideológicos produzidos, principalmente, pelas instituições sociais.

As reações sociodiscursivas verbais de apreciação são manifestações afetivas relativas à estética, ao valor das coisas, dos objetos, aos processos e ao estado de coisas, ou seja, referem-se à aparência, à construção espacial, ao tipo de apresentação, mas também ao impacto, à reação das pessoas às questões estéticas de objetos e identidades, ou seja, avaliam-se e apreciam-se discursivamente as propriedades.

Embora tenham sido propostos seis tipos de reações, isso não implica que eles não possam se realizar em um mesmo enunciado. Trata-se tão somente de uma categorização analítica descritiva, a princípio, para se identificar como leitores/as reagem discursivamente em redes de práticas sociais, produzindo “mundos ordenados ou explicáveis” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100), por meio de julgamentos, apreciações e afetos sobre pessoas, eventos e objetos.

1. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual

Essa proposta busca seguir a tradição analítica dos estudos discursivos de focar inicialmente na análise linguístico-textual. Como tentei mostrar, as categorias são identificadas e descritas por meio não só da realização da lexicogramática, mas também da produção de sentidos, muitas vezes potencializada de forma heterogênea em função da organização linguística, das escolhas e da forma como os elementos estão posicionados no texto. A maneira como sentimos, avaliamos e julgamos é deixada, nos textos que produzimos, por meio de traços, na forma como coocorrem e como se organizam. No entanto, essa descrição analítica não se sustenta por si só. O objetivo não é apenas identificar o tipo de reação que está sendo produzido, mas como as pessoas estão produzindo, iterando e/ou transformando o mundo em que vivem, ou seja, como estão avaliando seus conhecimentos e os dos outros, julgando temas e pessoas, e como estão exercitando as relações de poder.

Como essa proposta de categoria está vinculada à uma ontologia de pesquisa crítico-realista, ou seja, insere-se em um paradigma interpretativo-crítico, tem como objetivo, então, analisar construções discursivas que se direcionam “a sentidos que possam atuar a serviço de projetos particulares de dominação, exploração, seja contribuindo para modificar ou sustentar, assimetricamente, identidades, conhecimentos, crenças, atitudes, valores” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 75).

Nesta parte final da seção trarei dois estudos que aplicaram a categoria analítica reações sociodiscursivas verbais.

Gênero, cárcere e violência: analisando as reações sociodiscursivas na mídia em torno dos corpos-identidades transexuais e travestis

Neste estudo, Ribeiro (2018) busca analisar as reações dos/as leitores/as de um jornal *on-line* no espaço dos comentários. Para isso, seleciona

uma notícia do ano de 2017 intitulada “Juíza proíbe corte de cabelo de travestis e transexuais no DF”. Segundo essa magistrada, o cabelo é uma forma de empoderamento e é parte fundamental da identidade dessas detentas. É acerca desse posicionamento que as reações (GOMES, 2017) foram produzidas, delineando engajamentos, críticas, condenações e, com menor frequência, foi possível localizar discursos que aprovavam a decisão da juíza.

Segundo Ribeiro (2018), o ponto de partida de sua análise foi a decisão da juíza do DF que proibiu o corte de cabelos de mulheres trans e travestis quando ingressam no sistema penitenciário. A seguir, um recorte da amostra analisada:

ReacM18: O juíza doida... Agora vai servir para todos
!!!!Qro ver qdo tiver surto de piolho se vai ter alguém que
não vá cortar o louroskkkkkkk

ReacF1: esqueci de escrever... vai ser e festa dos piolhos
daqui para frente

ReacM2: daqui uns dias e “JUSTIÇA” vai conceder o
“benefício” para trabalharem a noite na prostituição e voltar
no outro dia (RIBEIRO, 2018, p. 9).

A seguir, a análise empreendida por Ribeiro (2018):

Há entre ReacM1 e ReacF1 uma Reação Atitudinal tendo em vista a propriedade interdiscursiva das reações que é marcada, principalmente, pela recorrência do termo “piolho”. No discurso produzido por ReacM1, apesar de haver uma crítica à Juíza, constituída pelo emprego do epíteto “doida”, tal internauta reage discursivamente por meio da condenação, ou seja, julga moralmente a decisão da

juíza e ainda apresenta uma leitura equivocada da notícia quando afirma “agora vai servir para todos!!!”. Isso porque a decisão da juíza corresponde apenas à proibição do corte de cabelo para trans. Além disso, ReacM1 faz uma presunção valorativa em tom de deboche (marcado por “kkkk”) no último sintagma do seu comentário “Qro ver qdo tiver surto de piolho...”. Com a mesma essência de condenação, ReacF1 retoma a pressuposição do comentário anterior indicando e reforçando que depois da decisão da magistrada “vai ser e festa dos piolhos” (RIBEIRO, 2018, p. 9).

No caso anterior foi possível observar dois tipos de reações: a de crítica e a de condenação. Como foi dito, não me interessa apenas a identificação do tipo de reação, mas a identificação das escolhas lexicogramaticais e textuais usadas pelos agentes para tecerem suas avaliações nos seus projetos particulares discursivo-ideológicos. Como afirma Paveau (2015, p. 205), “o saber já não está desconectado das atitudes, dos valores e dos comportamentos, mas, ao contrário, está estreitamente associado a estes”, ou seja, os campos epistêmico e ético não estão desvinculados; todo saber está não só impregnado de valores, atitudes, mas também atravessado por exercícios de poder. Para Paveau (2015, p. 216), a *virtude discursiva* manifesta-se em acontecimentos discursivos morais, ou seja, em “um conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido”. Seguindo seu raciocínio, “a ordem moral incorpora ao mesmo tempo o epistêmico, o axiológico, o emocional e o perceptivo” (PAVEAU, 2015, p. 217). No entanto, essa virtude discursiva é também tanto uma *disposição reflexiva* (atitude reflexivo-crítica dos agentes) quanto uma *plasticidade axiológica* (negocia-se o valor dos valores e joga-se com eles).

Outro ponto destacado por Ribeiro (2018), em sua análise, ressalta estes pontos discutidos por Paveau (2015):

Ao utilizar “JUSTIÇA” em caixa alta e entre aspas, ReacM2 banaliza a justiça brasileira a partir da decisão dessa juíza e apresenta, ainda, uma outra presunção valorativa: “... ‘JUSTIÇA’ vai conceder o ‘benefício’ para trabalharem a noite na prostituição e voltar no outro dia”. Ao pressupor isso, dialogando com Butler, o internauta utiliza o discurso que é estruturalmente naturalizado por uma parcela significativa da sociedade brasileira, a qual assume com frequência e de maneira generalizada que travestis e mulheres trans trabalham na prostituição e, por isso, são sujas, impuras, promíscuas. No entanto, essa não é uma verdade absoluta (RIBEIRO, 2018, p. 10).

Observe que há uma construção semântica que coloca numa mesma linha epistêmica piolho, travesti e prostituição, ou seja, produz-se um saber sobre um corpo, sobre uma vida, que não se conforma a certas concepções, normas e padrões. Esse corpo trans é o corpo abjeto, sujo, promíscuo, que não se conforma a um padrão heterossexual, não é reconhecido, legível como “normal”. Produz-se não só um discurso afrontoso, pois humilha as travestis, demonstrando desprezo, mas também insultante, já que atenta à dignidade delas.

(Des)construções de identidade de gênero na página do Facebook “Orgulho de ser Hétero”: sob uma abordagem crítica do discurso

O estudo analisou a página do Facebook “Orgulho de ser Hétero” por meio dos *posts* e dos comentários que os/as participantes compartilham

em rede a fim de verificar as possíveis regularidades temáticas, propósitos comunicativos, realizações lexicogramaticais e textuais específicas, ou seja, como os/as participantes avaliam, julgam, apreciam e iteram construções ideológicas naturalizadas e de hegemonias masculinas por meio das reações sociodiscursivas verbais.

Zem El-Dine (2018) inicia a análise tomando como ponto de partida o *post* que estampa a capa da página “Orgulho de ser Hétero” de 26 de agosto de 2016: uma imagem retangular que apresenta um ambiente fechado (talvez um quarto) sobressaindo cores escuras e metálicas, preto, branco e cinza. Na cena, há duas pessoas, um homem e uma mulher. O homem branco, em saliência, que aparece cortado do pescoço até a cintura, veste um terno, blusa social e gravata pretos e porta um relógio na mão esquerda de quem lê a imagem. Esta mão está abrindo o botão do terno. Na direção do braço esquerdo dobrado do homem, ao fundo, está uma mulher de cabelos longos loiros, magra e branca, de costas. Ela veste um vestido preto justo com decote nas costas. Os braços estão dobrados na altura da cintura. Ao lado esquerdo da mulher, como se estivesse pregado na parede, está o logotipo da página: o símbolo de marte na cor prata metalizada, dentro dele a letra H, em caixa alta no tom de vermelho também metalizado.

Para o pesquisador, a imagem da capa evidencia um jogo imagético entre três construções semióticas: *i*) o símbolo de marte, dentro dele a letra H, caixa alta em vermelho, usada para se referir à masculinidade, representando força, agressão e competição; *ii*) alinhando-se ao símbolo de marte, em segundo plano, a imagem da mulher; e *iii*) em saliência, primeiro plano, a imagem de um sujeito branco, aparentemente bem-sucedido, utilizando terno e relógio sofisticados, de marca, conferindo-lhe certo *status social*. O homem parece estar em movimento, pois há um vetor saindo da mão

esquerda em direção aos botões do paletó. Ele usa uma gravata semiaberta, sugerindo que, provavelmente, está se despindo. Esse homem é, metonimicamente, representado por certos atributos que o caracterizam como branco e bem-sucedido. Há um cenário moderno, metalizado, ao fundo, contrapondo-se à construção *cool* e viril da construção do símbolo de marte. No *plano fechado* do cenário proposto há uma figura feminina, em pose de modelo, de costas e de cabelos loiros, branca, magra, utilizando um vestido preto e com uma grande fenda nas costas; esses atributos criam uma cena iterada de uma mulher sensualizada e sexualizada, formando um corpo objetificado sexualmente. Segundo Zem El-Dine (2018):

Essa capa gerou várias reações sociodiscursivas: 48 usuários “compartilharam” a foto de capa da página “*Orgulho de ser Hétero*” e 35 usuários fizeram “comentários”. Ao todo, a foto de capa obteve um total de 501 reações. Os usuários utilizaram a ferramenta “emojis” para expressarem suas reações: 297 usuários reagiram marcando a opção “curtir”; 131 reagiram usando o símbolo da bandeira do movimento LGBT; 38 usuários usaram o coração, atribuído ao sentido de “amei”; 21 usuários, com a expressão onomatopéica “Gr”, de raiva; 9 usuários usaram “Haha”, de risos; 3 reagiram de maneira “triste”, e 2 usuários reagiram com “uau”, sugerindo satisfação, surpresa ou espanto (ZEM EL-DINE, 2018, p. 21).

Segundo o pesquisador, o primeiro comentário reativo acerca da capa é engajado, pois endossa, de forma positiva, a proposta da página, que é enaltecer a heteronormatividade, reforçando a ideia de que há apenas dois tipos de identidade de gênero: “ser homem e ser mulher”, como se fossem categorias ontológicas fixas, atributivas e hierárquicas:

- Reac: *Também tenho orgulho de ser hétero, homem deve ser homem e mulher deve ser mulher, e tenho dito.* (O comentário teve 20 curtidas, dentre elas: “amei”, “curti”, “bandeira LGBTQ”. Comentário de usuário da rede social pública Facebook; página “Orgulho de ser Hétero”, 26 de agosto de 2016.)

Ao endossar a ideia de heteronormatividade compulsória, implicitamente Interact1 julga moralmente as outras ontologias que não se adequam à matriz regulatória de gênero, isto é, condena por meio da construção deôntica modalizada “deve ser” iterada pela expressão de ordenamento “tenho dito”. O uso do item lexical “também” cria o alinhamento solidário e cúmplice com o produtor da página e os/as seus/suas seguidores/as.

Um dos resultados alcançados pelo pesquisador é que nessa amostra discursiva específica, que trata de questões vinculadas às identidades de gênero, há uma recorrência de reações sociodiscursivas verbais de condenação, crítica e engajamento. Os/as seguidores/as julgam moralmente a existência de outras ontologias, insultando, afrontando e deslegitimando não só a comunidade LGBTQ, mas também os/as interact que os/as apoiam e os/as reconhecem, como as mulheres feministas. As críticas relacionam-se às atitudes, à capacidade e à tenacidade tanto da comunidade LGBTQ como das mulheres feministas. De maneira contrária, os/as seguidores/as da página engajam-se positivamente com os valores não só expressos explicitamente (hétero, de direita, conservador, carnívoro, antimimimi, pró-vida, a favor de porte de armas), mas também presumidos, homens viris, agressivos, fortes. Como se observa no próximo exemplo:

- Reac: *Sou mulher não sou feminista e não gosto de Mimimi e a favor do Bolsonaro sempre e daqui a pouco que venha o Mimimi das feministas mimisentas kkkkkkkkkk*

(O comentário foi printado no dia 27 de julho de 2018 às 12:29 e teve 517 curtidas, dentre elas: “curti”, “risada” e “amei”.)

Interact1F se autoidentifica como não feminista, e, ao fazer isso, engaja-se de maneira positiva com os valores difundidos pela página, mas, ao mesmo tempo, critica e condena (não sou feminista e não gosto) mulheres feministas, ironizando a atitude delas ao caracterizá-las, bem como seus discursos e suas pautas, respectivamente como “mimisentas” e “mimimi”.

Considerações finais

Este capítulo faz parte de um projeto que tem objetivos mais amplos: propor não só categorias analíticas para as reações sociodiscursivas verbais, mas também para as não verbais, com base nos usos e nos funcionamentos de *emojis*. Trata-se de uma proposta de pesquisa de dimensões maiores, já que pretendo articular vários campos do conhecimento, que tem suas premissas, fundamentos e metodologias específicas, mas à luz de uma ontologia realista-crítica.

Neste texto pretendi apresentar quais as articulações possíveis para que possamos compreender discursivamente, à luz de uma ontologia realista-crítica, como analisar os comentários reativos, principalmente aqueles atravessados por uma virtude discursiva, nas interações mediadas pelo computador. Embora, como foi dito, tenha uma clara ênfase, a princípio, na identificação e na descrição das categorias, isso não implica

que nas análises haverá essa rigidez, uma vez que, como foi observado, as reações ocorrem simultaneamente, de maneira muitas vezes complementar, alinhada ou contraposta.

As categorias parecem-me úteis, uma vez que tornam explícitas as ações discursivas e as não discursivas de agentes. E principalmente nos fazem perceber a questão da dimensão moral produzida discursivamente no interior das redes de práticas sociais, compreendendo aqui discurso como um dos momentos constituintes das práticas sociais juntamente com relações sociais, fenômenos mentais e atividades materiais, ou seja, será a partir da articulação desses momentos, em uma conjuntura histórica dada, que agentes (em relação dialética com as estruturas sociais) produzirão discursos desejáveis, aceitáveis e legítimos moral e eticamente. Como já afirmava Fairclough (2001, p. 100): “Ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos”. Assim, as práticas são investidas política, ideológica e moralmente, e são os sujeitos nelas posicionados que aceitarão, ou não, como desejáveis, morais e adequadas determinadas construções discursivas acerca dos mais variados temas.

Referências

BUENO, T. *Para que servem os comentários de leitores na internet?* Tese (Doutoramento em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BUENO, T. *et al.* Comentários de leitores na internet: um olhar sobre a opinião do internauta. *Revista Comunicando*, v. 5, n. 2, p. 88-103, 2016.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Discourse in late modernity. *Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CUNHA, D. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. *Revista Investigações*, v. 41, n. 2, p. 21-41, 2012.

DAHLBERG, L. Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2001.tb00137.x>.

DOMINGO, D. Interactivity in the daily routines of online newsrooms: dealing with an uncomfortable myth. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, p. 680-704, 2008.

EGGINS, S.; SLADE, D. *Analysing casual conversation*. Londres: Cassell, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis: a method for advanced students*. London: Routledge, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOMES, M. C. A. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações sociodiscursivas na mídia em torno da prática da amamentação. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 175-194, 2017.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992[1989].

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *Language of evaluation: appraisal in English*. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2005.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox Publishing, 2009.

NOGUEIRA, E.; ARÃO, L. Facebook como espaço de ação virtual: uma análise sobre as reações discursivas na *fanpage* de um movimento ambiental. *Revista Caleidoscópio*, v. 13, n. 3, p. 353-362, 2015.

PAIVA, A. P. *A interatividade no jornalismo on-line para o conteúdo das notícias: o perfil interativo dos jornais de língua portuguesa Folha de S. Paulo (Brasil) e Público (Portugal)*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10126>. Acesso em: 13 mai. 2016.

PALACIOS, M. Dossiê: Marginália, “Zeitgeist” e memória do tempo presente – os comentários de leitores no ciberjornalismo. *Revista Brazilian Journalism Research*, v. 8, n. 1, p. 133-148, 2012.

PAVEAU, M. A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da *fanpage* “Diva Depressão”. *Galaxia* (São Paulo, *on-line*), n. 26, p. 239-254, 2013.

RECUERO, R. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. v. 1. In: PRIMO, A. (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 51-70.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Revista Verso e Reverso (On-line)*, v. 28, n. 68, 2014b.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014a.

REICH, Z. User comments and the transformation of participatory space. In: SINGER, J. B. *et al. Participatory Journalism in Online newspapers: Guarding the Internet’s Open Gates*. New York: Routledge, 2011.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes Editores, 2009.

RIBEIRO, S. S. *Gênero, cárcere e violência: analisando as reações socio-discursivas na mídia em torno dos corpos-identidades transexuais e travestis*. Disponível em: <https://www.even3.com.br/Anais/ALEDBrasil/89643>. Acesso em: 22 nov. 2018.

STRANDBERG, K.; BERG, J. Comentários dos leitores dos jornais *on-line*: conversa democrática ou discursos de opereta virtuais? *Comunicação e Sociedade*, v. 23, p. 110-131, 2013.

TADEU, J. R. G. B. *Participação política e os comentários dos leitores no jornalismo on-line portugueses*: significado e importância política dos comentários dos leitores nos *websites* dos sete jornais generalistas portugueses e as estratégias para a sua gestão. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). FCSH. Universidade Nova de Lisboa, 2012.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. New York: Routledge, 2005.

WHITE, P. Valoração – linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004.

WRIGHT, S.; STREET, J. Democracy, deliberation and design: the case of on-line discussion forums. *New Media & Society*, v. 9, n. 5, p. 849-870, 2007.



2

Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica

Mariana C. Marchese

Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados de minha pesquisa sociodiscursiva sobre políticas públicas voltadas aos problemas habitacionais enfrentados por pessoas que vivem em situação de pobreza na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), Argentina.

O interesse em estudar o problema da habitação de uma perspectiva sociodiscursiva encontra-se em: *i*) que a “questão habitacional” tem sido um conflito central que afetou e continua a afetar as pessoas em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica; e *ii*) que o exposto em *i*) acontece apesar de o artigo 31 da Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires, nos termos do artigo 14-bis da Constituição da Argentina, reconhecer o direito de acesso à habitação para todos os residentes, dando prioridade àqueles com recursos econômicos escassos.

Um fato importante a esse respeito é que desde 2004 a CABA, que também é a capital federal da Argentina, permaneceu em situação habitacional de emergência (Lei n. 1.408/LCABA/04 e Lei n. 2472/LCABA/07) até que esse decreto foi vetado (Decreto n. 38/GCABA/11) por razões de técnica legislativa. O argumento utilizado pelo Poder Executivo para efetuar o veto foi que o prazo para estender a emergência habitacional havia expirado, uma vez que uma prorrogação deve ser concedida durante a vigência da lei anterior. Por esse motivo, o decreto ultrapassou os prazos legais apropriados. Nas palavras do Poder Executivo: “o consentimento para a prorrogação do prazo já vencido implicaria admitir a viabilidade de renascer um elemento expirado para o exercício de um direito ou cumprimento de uma obrigação, com o conseqüente dano à estabilidade jurídica” (Decreto n. 38/GCABA/11). Entretanto, isso aconteceu em um contexto em que os problemas de habitação: *i*) “permanecem em toda a sua profundidade” (TREVISANI VESPA; MAMBERTI, 2012, p. 11); *ii*) constituem um dos fatores mais complexos para alcançar uma moradia adequada em CABA (Instituto Nacional de Estatística e Censos, 2012); *iii*) são fonte de conflitos na cidade (BERMÚDEZ *et al.*, 2014); e *iv*) são agravados pelo progresso da gentrificação (JANOSCHKA; SEQUERA, 2016).

Minha pesquisa sobre a “questão habitacional” da CABA engloba desde 1997, quando, por meio de um Poder Executivo, um Poder Legislativo e um Poder Judiciário próprios, a cidade começou a funcionar de forma autônoma. Dessa forma, incorporo uma ampla perspectiva analítica, a qual permite afirmar que as políticas habitacionais aplicadas são baseadas em um *substrato* ideológico que tende a ser replicado ao longo dos anos. O substrato é definido como “as características permanentes de alguma coisa” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p)

e, dentro de seus vários significados, junto ao termo *política* é entendido como a “orientação ou diretrizes que regem o desempenho de uma pessoa ou entidade em um assunto ou campo específico” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p). Este trabalho, em primeiro lugar, fornecerá evidências linguístico-discursivas concretas a respeito do substrato ideológico. Então, com base neles, e para terminar, algumas considerações específicas serão expostas como uma reflexão sociodiscursiva.

Estrutura teórico-metodológica

Faço parte da regional argentina que pertence à Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD) há mais de uma década. O foco dessa equipe de pesquisa interdisciplinar, que se apoia na Análise de Discurso Crítica (ADC) e criticamente se apropriou de seus postulados, é a pobreza na Grande Buenos Aires e na CABA. A REDLAD começou seu processo de formação em 2005 com o objetivo de tornar visível como os discursos socialmente circulantes atuam em situações de exclusão e violação dos direitos humanos e sociais ocorridas em nossa região após a implementação de políticas neoliberais.

Considerando, então, que os discursos circulantes têm um papel crucial e “invisível” no desenvolvimento de fenômenos sociais, os objetivos da REDLAD são produzir métodos de análise linguístico-discursiva, treinar novos pesquisadores e pesquisadoras, fazer intercâmbio dos resultados com países que integram a rede, refletir sobre esses resultados e fornecer à sociedade estudos discursivos para apoiar os debates sobre o desenvolvimento de políticas públicas que envolvem pessoas em situação de pobreza.

Sobre o corpus

Consistente com o já exposto e em razão do objetivo deste trabalho – apresentar os resultados da minha pesquisa sociodiscursiva acerca das políticas públicas voltadas aos problemas habitacionais que afetam as pessoas em situação de pobreza que vivem na CABA –, serão expostas evidências linguístico-discursivas relativamente à forma como se constrói a representação *problemática habitacional* (e suas possíveis soluções) em relação às situações de pobreza nos discursos legais produzidos pelo GCABA no período de 1997-2014. A escolha deste *corpus* se deve ao fato de que, diante dos discursos legais, representa-se a situação habitacional da CABA e, com base nessa representação, são criadas as políticas públicas para sua resolução.

O Estado, como instituição, regula a vida das sociedades por meio de uma série de campos ou áreas de ação (WODAK, 2000; 2003). Essas ações são materializadas por meio de gêneros discursivos ligados, principalmente, à linguagem escrita. Em outras palavras, o Estado é um ator que realiza ações discursivas em diferentes áreas que dizem respeito à vida social. Assim, podemos observar, entre outros, o campo da formação da opinião pública e da autoapresentação, incorporado no gênero informativo; o campo da administração pública, incorporado no gênero administrativo; e o campo dos procedimentos de legislação, incorporado no gênero legal. Para os propósitos deste trabalho abordaremos brevemente o gênero legal.

Em primeiro lugar, é importante notar que os discursos legais são geralmente incluídos na chamada linguagem jurídico-administrativa. Por exemplo, Postigo de de Bedia, com base em uma classificação tipológica que não inclui a noção de esferas de ação do discurso (WODAK,

2000; 2003), enquadra os projetos de lei em um gênero administrativo, embora seja evidente que estes são “documentos administrativos de natureza regulamentar” (1997, p. 180-181). Outros linguistas incluem na denominação de textos jurídicos tanto os legais como os judiciais (aqueles derivados da implementação de legislação por profissionais de direito) e administrativos (DE MIGUEL, 2000).

No entanto, embora os recursos linguísticos utilizados sejam semelhantes, para fins deste trabalho considera-se mais apropriado fazer algumas distinções entre esses discursos. Segundo Pardo (1996) e Wodak (2000; 2003), essa decisão analítica justifica-se porque, por um lado, as alternâncias e as combinações de recursos não são exatamente as mesmas e, por outro, campos ou áreas de ações dos discursos também não são os mesmos. Também se considera que esses gêneros discursivos poderiam ser estudados sob o ponto de vista de um sistema de redes de ação sociodiscursiva, e não apenas com base em uma classificação tipológica, como propõe Postigo de de Bedia (1997), embora essa perspectiva não seja aprofundada neste trabalho.

Na linha de distinção mencionada por González Salgado (2009) para a chamada linguagem jurídica, destacam-se: os discursos legais, que estão ligados à produção de normas legais e cujo âmbito de ação são os procedimentos legislativos; os discursos judiciais, que têm seu campo de ação em sentenças; os discursos contratuais, cuja esfera de ação é a de negócios; e os discursos notariais, como atas e atos. O *corpus* deste trabalho é constituído pelos primeiros.

Entretanto, no campo de ação dos procedimentos legislativos, materializados no gênero discursivo legal, existem, por sua vez, diferenças. Nesse sentido, os fundamentos de um projeto de lei, um projeto de lei e uma regra legal têm elementos em comum e elementos diferenciais. Sem dúvida

fazem parte das práticas da legislação, mas, por exemplo, seus contextos de produção e circulação não são iguais, assim como a argumentatividade (LAVANDERA, 1992; PARDO, 2006) por meio da qual se definem.

A argumentatividade – ao contrário da argumentação – é um fenômeno gradual e é como discursos projetam dinamismo comunicativo (FIRBAS, 1966; 1992), ou seja, como discursos são projetados “para a frente”. O argumento, no entanto, pode ser definido como um gênero específico, cuja particularidade é possuir um alto grau de argumentatividade. Assim, a chamada argumentação apresenta o mais alto grau de argumentatividade, enquanto todos os discursos socialmente circulantes têm diferentes graus. Dessa forma, por exemplo, nos discursos legais, um elemento diferencial é que os projetos de leis e seus fundamentos possuem um grau maior de argumentatividade do que as leis.

Em segundo lugar, apesar de já caracterizado resumidamente o discurso legal, ainda há uma questão a ser respondida: por que analisar o problema da habitação nos discursos legais? Embora já tenha sido mencionado que a eleição desse *corpus* se deve ao fato de que, por meio dos discursos legais, a situação habitacional da CABA é representada e, com base nessa representação, são geradas políticas públicas para sua resolução, a resposta para essa pergunta é ainda mais profunda.

Se compararmos o esquema de Fairclough (1992) com um pêssego, a pele seria prática social (PS), ou seja, o mais visível, enquanto no interior do pêssego notaríamos o texto com a sua prática discursiva (PD). E o que se vê nessa pele social? Programas sociais, reivindicações sociais e o mais “complexo” dos problemas habitacionais são vistos nesta pele social: as pessoas que vivem nas ruas. Assim, a Figura 1 a seguir ilustra uma manifestação nas ruas da Cidade Autônoma de Buenos Aires em relação a uma lei para que pessoas em situação de rua possam ter acesso a moradias dignas.

Figura 1. Pele social



Fonte: elaboração própria

A Figura 2 e a Figura 3 também mostram o que acontece com a pele social. Nelas, observa-se como um bairro emblemático da CABA, Villa 31, onde pessoas vivem em situação de pobreza, com o passar dos anos foi crescendo. Primeiro, expandiu-se para os lados (Figura 2), para logo depois crescer em altura (Figura 3). Nesse sentido, a conformação espacial das cidades materializa os fenômenos sociais.

Figura 2. Expansão horizontal – Vista aérea Villa 31 em comparação 1978-2004



Fonte: imagens de satélite

Figura 3. Crescimento vertical Villa 31 (CABA). 2019



Fonte: elaboração própria

Voltando à questão de por que analisar o problema da habitação em um *corpus* de discursos legais, enfatizamos, novamente, que os fenômenos sociais expostos estão em íntima relação com eles. Isso se deve a: *i*) que as práticas discursivas legais são o núcleo – na metáfora do pêssego, o “caroço” nem sempre é visível na pele social; e *ii*) que há uma relação dialética entre essas práticas e as práticas sociais, porque discursos legais são a base para a implementação de políticas públicas.

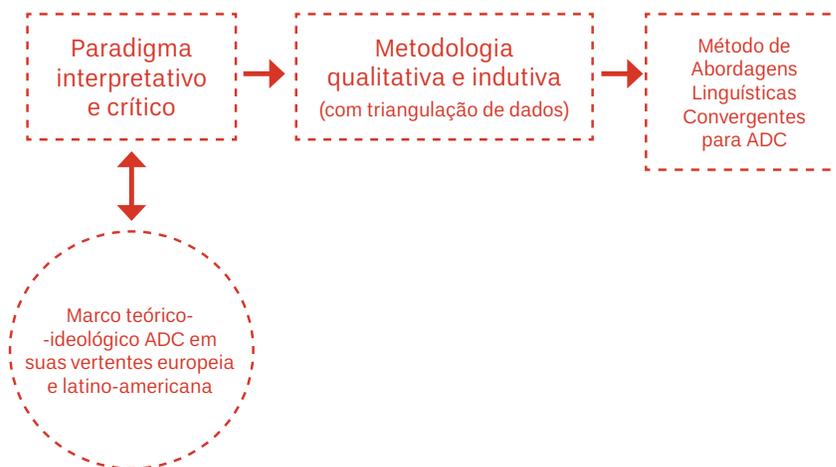
Essas práticas – que não são apenas discursivas ou apenas sociais, mas sociodiscursivas, no que reside sua força e o interesse em sua análise – acontecem com base em certo sistema de crenças. Este pode ser revelado e tornado visível por meio da ADC. Assim, com Fairclough (1992), entende-se que: *i*) o discurso é poder; *ii*) esse poder deve ser capturado; e *iii*) capturá-lo requer um método de análise que permita “cortar o pêssego”, ou seja, segmentar a materialidade discursiva para atingir seu núcleo. O que leva a explicar, então, as escolhas metodológicas.

Sobre a metodologia de análise

O paradigma que orienta a pesquisa do grupo argentino da REDLAD é o interpretativista (GUBA; LINCOLN, 1998), e o quadro teórico e ideológico deste trabalho é a ADC em suas vertentes europeias (FAIRCLOUGH, 1992; VAN DIJK, 1993; WODAK, 2000) e latino-americanas (RESENDE; RAMALHO, 2006; SILVA, 2007; PARDO ABRIL, 2007; PARDO, 2008; 2011; MONTECINO, 2010; RAMALHO; RESENDE, 2011). Nessa linha, embora existam as críticas de Shi-xu (2007) a esse respeito, analiticamente se compartilha com Fairclough (1992) a ideia de que os discursos surgem de práticas inter-relacionadas: o texto com a prática discursiva (PD) e a prática social (PS).

Coerentemente com o paradigma e o quadro teórico, a metodologia é qualitativa e indutiva, com incorporação de triangulação de dados, e o método escolhido é o *Método de Abordagens Linguísticas Convergentes* para ADC (MALC) (MARCHESE, 2011; 2015). O exposto nesses parágrafos – resultado de escolhas informadas e de um processo de reflexão acerca de como conduzir a análise discursiva das questões sociais – está resumido na Figura 4.

Figura 4. Escolhas teórico-metodológicas



Fonte: elaboração própria

Apresentados o paradigma, o quadro teórico, a metodologia e o método, vamos mergulhar no último, fazendo-lhe uma breve descrição. O MALC analisa o discurso como uma unidade. Para isso, desenvolve três fases, cuja conjunção é eficiente para examinar como o mundo é construído nos discursos:

- **A Fase 1** aplica o *Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos* (PARDO, 1995; 2011), que identifica categorias discursivas socialmente relevantes. Essas categorias capturam as características do problema de habitação para o GCABA. Dessa forma, o MSDALT criado por Pardo é a origem do MALC.

- A **Fase 2** incorpora a *Teoria do Direcionamento de Informações* (FIRBAS, 1966; 1992; LAVANDERA, 1986; PARDO, 1996; 2011; MARCHESE, 2011; 2015). Esta examina quais das categorias obtidas na Fase 1 estão em zona focal e estuda os recursos utilizados para mitigar e reforçar as informações discursivas. A maneira de hierarquizar as informações revela quais os componentes mais relevantes do problema habitacional para o GCABA.
- A **Fase 3** acrescenta a *Teoria dos Processos e Papéis Temáticos* (HALLIDAY, 2004), que estuda os papéis temáticos dos participantes que aparecem no discurso. A distribuição dos papéis temáticos mostra a interação entre o GCABA e as pessoas em situação de pobreza no contexto do problema habitacional.¹

Cada uma dessas fases está vinculada a operações analíticas específicas. Ilustrativamente, o Exemplo 1 oferece uma síntese das fases e das operações do MALC. Como para este capítulo a operação de categorização (Fase 1) e a operação de marcação (Fase 2) são utilizadas (em caixas na cor violeta no Exemplo 1), alguns esclarecimentos básicos e necessários serão feitos sobre eles.

¹ Embora o aspecto metodológico não seja aprofundado neste trabalho, ressalta-se que essa conjunção é coerente, pois reúne perspectivas funcionais sobre a linguagem. Além disso, a introdução do que é chamado de “teorias” durante a Fase 2 e a Fase 3 se deve ao fato de que, na estrutura do MALC, “teoria” é entendida como um “conjunto organizado de ideias [...] que tentam explicar um fenômeno” (MOLINER, 1998, p. 1210). Assim, essas teorias permitem relacionar as categorias obtidas na Fase 1 e aprofundar a explicação do fenômeno de construção do mundo que se materializa, discursivamente, a partir delas.

2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Exemplo 1. Fases e operações do MALC

Fragmento analisado no Exemplo 1 (notícia publicada pelo GCABA em seu *site*)²: e3 [Apresentou-se a área de Coordenação de Políticas Sociais Urbanas da Cidade]; e4 [O chefe do governo da Cidade de Buenos Aires, JT, e a ministra de Direitos Humanos e Sociais, GC, apresentaram uma área de Coordenação de Políticas Sociais Urbanas da Cidade.]; e5 [Estiveram presentes, entre outros, deputados nacionais, legisladores portenhos e dirigentes das principais organizações sociais.]

FASE 1: operação de categorização									
Categorias obrigatórias									
Categorias não-obrigatórias									
OP	H-P (GCABA)	RT _{p1}	P1	Nv1	ATOR (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)	Nv2	TEMPO	POLÍTICAS SOCIAIS	ESPAÇO (CABA)
	e3[Se	DI	PVE	apresentou					
	a área			de Coordenação				de Políticas Sociais Urbanas	da Cidade.] WF
	e4[O chefe do Governo								da Cidade de Buenos Aires,
	J. T.,								
e	a ministra de Direitos Humanos e Sociais, G.C.,	DI	PVE	apresentaram					
	uma área			de Coordenação				de Políticas Sociais Urbanas	da Cidade.] WF
		RI	PRE	e5[Estiveram					
	presentes, entre outros, deputados nacionais, legisladores portenhos								
e					dirigentes das principais organizações sociais.] WF				
CONTINUAÇÃO DA NOTÍCIA: 9 EMISSÕES NO TOTAL. As categorias focais restantes se distribuem entre: H-P (1), Ator (1) Tempo (1), Políticas sociais (1) e Espaço (2).									
OP	H-P (GCABA)	RT _{p1}	P1	Nv1	ATOR (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)	Nv2	TEMPO	POLÍTICAS SOCIAIS	ESPAÇO (CABA)
0	1			0	2	0	1	1	4

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

² A vogal E significa “emissão” e a numeração corresponde ao número sucessivo de emissões. Este conceito (emissão) é entendido como uma unidade de análise (relativa à linguagem em uso), que é menor que o discurso e é delimitada pela concordância dos seguintes critérios: pausas e entonação (em oralidade), presença de diferentes sinais de pontuação (por escrito) e a conclusão completa de um tema e uma fileira (em ambos os casos) (PARDO, 1996; 2011).

Por meio da operação de categorização (Fase 1) são obtidas categorias discursivas que expressam a maneira pela qual os sujeitos sociais (individuais ou coletivos) ordenam o mundo. Categorizar refere-se ao processo pelo qual outra pessoa, objeto ou situação recebe uma série de propriedades que construirão esse objeto, essa situação ou essa pessoa. O *Método Sincrônico-Diacrônico*, Fase 1 do MALC, propõe uma análise indutiva pela qual as propriedades discursivas que constroem as categorias são traçadas.

Assim, seguindo Pardo (2011), são obtidas as *categorias gramaticalizadas* (*operador pragmático, OP; falante-protagonista [hablante-protagonista], H-P; ator (es); nexos de valor, Nv; tempo e espaço*) e as *categorias semântico-discursivas*. Uma distinção substancial entre ambas é que as *categorias gramaticalizadas* são consideradas obrigatórias, enquanto as *categorias semântico-discursivas* não o são.

Isso ocorre porque a frequência de uso das primeiras é alta em gêneros diferentes e eles sempre têm a mesma função discursiva. Em outras palavras, para construir um discurso, você precisa usar *categorias gramaticalizadas*, por exemplo, coordenadas de tempo e espaço e operadores pragmáticos (*e, porque, isto é* etc.). Por outro lado, as segundas, as *categorias semântico-discursivas*, são particulares ao universo de sentido construído em cada discurso. Por essa razão elas têm um grau maior de variabilidade e, nelas, encontram-se os usos mais criativos da linguagem. No Exemplo 1, as *categorias gramaticalizadas* (*OP, H-P: GCABA com Nv1 ou NvHP, ator: organizações sociais com Nv2, tempo e espaço*) estão em destaque no quadro amarelo, e a *categoria semântico-discursiva* (*política social*) é destacada no quadro na cor vermelha.

Finalmente, vale mencionar que, como ilustrado pelo seu nome, o *Método Sincrônico-Diacrônico* permite leitura sincrônica (ocorrência sucessiva de emissões) e diacrônica (como é carregada, semanticamente,

uma categoria na evolução do discurso), seja a categoria *gramaticalizada* ou *semântico-discursiva*.

Por meio da *operação de marcação* (Fase 2), a tonalização é analisada. Esta conta com recursos atenuantes (LAVANDERA, 1986; PARDO, 1996; 2011) e reforçadores (PARDO, 1996; 2011). Os primeiros reduzem a carga semântica das informações que atenuam, e os segundos reforçam a carga semântica das informações que enfatizam. A tonalização é uma noção relativa. Isso significa que não pode ser estabelecido *a priori* se um recurso é mitigador ou reforçador, e sim que as relações sintagmáticas e paradigmáticas devem ser avaliadas. As relações sintagmáticas são estabelecidas entre os elementos presentes, isto é, entre os elementos utilizados, enquanto as relações paradigmáticas respondem ao uso de um elemento ao em vez de outros (ausentes) também disponíveis, mas não utilizados no discurso em análise.

A *operação de marcação*, que permite incorporar essa análise, consiste em utilizar diferentes ferramentas, como itálico, negrito e sublinhado, fornecidas pelo mesmo *software* com o qual foi executada a Fase 1. No Exemplo 1, essa operação é ilustrada na diacronia da categoria semântico-discursiva *Políticas Sociais*. Sucintamente, o exemplo mostra reforçadores (adjetivo relacional: *sociais*) que enfatizam o caráter social dessas políticas, e, por sua vez, seu caráter urbano é reforçado pela repetição do adjetivo *urbano* (reforçadores são marcados com **negrito**). No entanto, a *política* funciona como uma arquipalavra³ (PARDO; BUSCAGLIA, 2008), uma vez que não é possível identificar, a qualquer momento durante o discurso, quais políticas são referidas.

³ As arquipalavras adicionam uma cota de ambiguidade aos discursos porque são inespecíficas. Essas palavras são frequentemente chamadas de palavras-tronco, porque sua significativa materialidade “guarda” vários significados possíveis.

Análise sociodiscursiva crítica

A aplicação da Fase 1 do MALC revelou que surgem categorias recorrentes que respondem a uma lógica em termos de *solução de problemas*. Isso significa que a categoria *Espaço* é construída como um problema diante do qual as soluções são propostas. Nesse sentido, observa-se que essa categoria não é apenas construída como um problema, e sim que esse problema se materializa, discursivamente, como uma crise. Essa situação discursiva ocorre em 73,68% do *corpus* e é evidente no uso de itens lexicais, tais como *emergência*, *de crise*, *de conflito*, *seriedade* e *urgência*, que enfatizam (reforçam) os problemas de habitação da cidade. Além disso, diante da construção desse cenário de crise ou emergência habitacional emergem categorias associadas às medidas propostas para o alcance de soluções.

O Exemplo 2 (discurso legal correspondente ao ano de 1998) e o Exemplo 3 (discurso jurídico correspondente ao ano de 2008⁴) dão conta da construção discursiva da categoria *Espaço* descrita no parágrafo anterior. Esses exemplos tornam visível um recurso recursivamente utilizado: o substantivo *emergência* modificado diretamente pelo adjetivo relacional *habitacional*, formando a frase nominal *emergência habitacional*. Dessa forma, o escopo da Cidade Autônoma de Buenos Aires (Exemplo 3) não passa por “problemas habitacionais”, mas enfrenta uma *crise habitacional*, como ilustrado no Exemplo 4 (discurso legal correspondente ao ano de 2002). A referência aos anos dos discursos será retomada durante a explicação do Exemplo 5 e, em seguida, a categoria *Espaço* é destacada em cinza para sua visualização mais apropriada.

⁴ A partir daqui são apresentados os exemplos mais representativos da análise do *corpus*.

2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Exemplo 2. Construção da categoria *Espaço*: ano 1998

Fragmento analisado no Exemplo 2 (Projeto de Lei n. 3.008/1998): e24 [6. Avaliar as causas de emergência habitacional descritas no artigo 4 do projeto.]

PROJETO DE LEI N. 3.008/1998		
H-P (GCABA)		ESPAÇO
H-P (GCABA)	NvHP	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e24[6. Avaliar	as causas de emergência habitacional
	descritas	
no artigo 4 do projeto.]		

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 3. Construção da categoria *Espaço*: ano 2008

Fragmento analisado no Exemplo 3 (Decreto n. 960/2008): e13 [(início da emissão) O programa concede subsídio com o objetivo de mitigar a emergência habitacional de moradores da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]

DECRETO N. 960/2008				
H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	ESPAÇO	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (GRUPOS FAMILIARES E PESSOAS VULNERÁVEIS)	EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO e MAIOR CONTROLE DE SUBSÍDIOS
e13[(início da emissão) "O programa"	concede			subsídio
	com o objetivo de mitigar		a emergência habitacional	
		de moradores	da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]	

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 4. Construção da categoria *Espaço*: ano 2002

Fragmento analisado no Exemplo 4 (Projeto de Lei n. 2.065/2002): e8 [art. 4º.- O Aluguel Social implica subsídio parcial ou total para o aluguel de moradias concedido pelo Estado a famílias ou pessoas em situação de crise habitacional (continuação da emissão)]

PROJETO DE LEI N. 2.065/2002						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (FAMÍLIAS E PESSOAS EM EMERGÊNCIA HABITACIONAL)	NV3	SUBSÍDIO PARA ALUGUEL SOCIAL	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e8[Art.4º.-					O aluguel social	
		implica			subsídio parcial	
ou					total	
				para o aluguel	de moradias	
		concedido				
	pelo Estado		a famílias			
ou			Pessoas			em situações de crise habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

A categoria *Tempo* também contribui para a construção descrita. Conforme apresentado no Exemplo 5 (discurso legal para o ano de 2013), no *Tempo* convergem elementos que reforçam (ênfatisam) a construção do problema habitacional como situação de *emergência habitacional* (e4). Nesse caso, o adjetivo *urgente* propõe um cenário em que não há apenas uma *necessidade de habitação* para a população mais vulnerável, mas uma *necessidade urgente de habitação* (e7). Da mesma forma, se retomarmos os exemplos anteriores, veremos como a construção da CABA como *Espaço de emergência habitacional* se repete no *corpus* ao longo dos anos: 1998 (Exemplo 2), 2002 (Exemplo 4), 2008 (Exemplo 3) e 2013 (Exemplo 5).

2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Exemplo 5. Construção da categoria *Espaço*: ano 2013

Fragmento analisado no Exemplo 5 (Projeto de Lei n. 239/2013): e4 [(início da emissão) com o objetivo de mitigar a emergência habitacional para moradores da Cidade Autônoma de Buenos Aires.] E7 [Que os subsídios habitacionais são medidas temporárias que tendem a aliviar a urgente necessidade de moradia de certos grupos que estão objetivamente em desvantagem para encontrar por eles mesmos um lugar para morar;]

PROJETO DE LEI N. 239/2013							
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		TEMPO	ESPAÇO	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (PESSOAS COM NBI ⁵)	NV2		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
		e4[(início da emissão) com o objetivo de mitigar				a emergência habitacional	
			para moradores			da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]	
							e7[Que os subsídios habitacionais
		são					medidas temporárias que
		tendem a aliviar			a urgente	necessidade de moradia	
			de certos grupos que	estão			
obje- tiva- mente						em desvantagem	
				para encontrar			
			por eles mesmos			um lugar	
				para morar;]			

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

⁵ NBI significa Necessidades Básicas Insatisfeitas.

Como foi introduzido no início desta seção, em resposta à construção do *Espaço em crise/emergência habitacional*, propostas de medidas para alcançar soluções aparecem. Assim, na análise, foi revelada a categoria *Medidas Propostas*, cuja construção está associada, predominantemente, a questões financeiras. O Exemplo 6 mostra como um subsídio parcial ou total (e8) é proposto como um modo de aluguel social (e1).

Exemplo 6. Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 6 (Projeto de Lei n. 2.065/2002): e1 [Lei de Aluguel Social] e2 [Artigo 1º - O Programa de Aluguel de Habitação Social é criado como parte da política habitacional da Cidade Autônoma de Buenos Aires.] e8 [Art. 4º.- O Aluguel Social implica subsídio parcial ou total para o aluguel de moradias concedido pelo Estado a famílias ou pessoas em situação de crise habitacional (continuação da emissão)]

PROJETO DE LEI N. 2.065/2002						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (FAMÍLIAS E PESSOAS EM EMERGÊNCIA HABITACIONAL)	NV3	SUBSÍDIO PARA ALUGUEL SOCIAL	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e1[Lei				de Aluguel Social]	
e2[Artigo 1º.-	O Programa				de Aluguel de Habitação Social	
		é criado				
	como parte				da política habitacional	da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]
e8[Art. 4º.-					O Aluguel Social	
		implica			subsídio parcial	
ou					total	
				para o aluguel	de moradias	
		concedido				
	pelo Estado		a famílias			
ou			pessoas			em situações de crise habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Um fato que merece destaque é que, ao longo dos anos, a categoria *Medidas Propostas* tende a ser dividida em duas categorias. O processo discursivo é o seguinte: surgimento da categoria *Medidas Prévias* (medidas já implementadas para alcançar soluções, tais como doações e empréstimos, que não deram os resultados esperados), enquanto, simultaneamente, aparece a categoria *Novas Medidas Propostas* (relacionada às novas soluções que se propõem). O mais relevante desse processo discursivo de transformação categorial é que as categorias *Medidas Propostas*, *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas* são semântico-discursivas. Isso significa que, ao não serem compulsórias (como as categorias gramaticalizadas), poderiam originar o que há de mais novo ou mais criativo na produção discursiva. No entanto, isso não acontece, dado que a construção das categorias *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas* é muito similar (isomórfica) (entre si e até mesmo à categoria *Medidas Propostas*).

O Exemplo 7 é representativo, por um lado, pela forma como as categorias *Medidas Prévias: subsídios* e *Novas Medidas Propostas: aumento e maior controle dos benefícios* são isomórficas na sua construção e, por outro, como a construção de ambos também é isomórfica referente à categoria *Medidas Propostas* (Exemplo 6). O primeiro isomorfismo é intradiscursivo, porque opera entre as categorias do mesmo discurso, e o segundo isomorfismo é interdiscursivo, porque opera entre os discursos que compõem o *corpus*.⁶

⁶ Aqui não estamos nos referindo ao conceito de interdiscursividade em relação às correntes francesas de análise do discurso.

Exemplo 7. Isomorfismo intradiscursivo entre as categorias
Medidas Prévias e Novas Medidas Propostas

Fragmento analisado no Exemplo 7 (Decreto n. 960/2008): e9 [Que, sem prejuízo do acima exposto, a situação econômica atual do país significa que o valor do subsídio concedido atualmente aos beneficiários do Programa “Atenção às Famílias em Situação de Rua” seja insuficiente para dar a solução habitacional temporária pretendida para atender às necessidades das famílias ou pessoas afetadas, por isso é preciso aumentar o valor para quatro mil e duzentos pesos (\$ 4.200), (continuação da emissão)]

DECRETO N. 960/2008							
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	TEMPO	ESPAÇO	MEDIDAS PRÉVIAS	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (GRUPO DE FAMÍLIAS E PESSOAS VULNERÁVEIS)		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	SUBSÍDIO	AUMENTO E MAIOR CONTROLE DE SUBSÍDIOS
		e9 [Que, sem prejuízo do acima exposto,			a situação econômica		
				Atual	do país		
		significa				que o valor do subsídio	
		concedido		atualmente			
			aos beneficiários				
	do Programa “Atenção às Famílias em Situação de Rua”	seja				insuficiente	
		para dar				a solução habitacional	
				temporária			
		pretendida					
		para atender às necessidades	das famílias				
	ou		pessoas afetadas,				
	por isso	é preciso aumentar					o valor para quatro mil e duzentos pesos (\$ 4.200), (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 8. Construção da categoria *Novas Medidas Propostas*: ano 2013

Fragmento analisado no Exemplo 8 (Decreto n. 239/2013): e2 [Que o artigo 17 da Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires afirma: "A Cidade desenvolve políticas sociais coordenadas para superar as condições de pobreza e exclusão por meio de recursos orçamentários técnicos e humanos.] e6 [Que o aumento dos custos de moradia devido às altas taxas inflacionárias sofridas por nosso país motiva uma nova elevação ou ajuste do valor do subsídio;]

DECRETO N. 239/2013					
H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		ESPAÇO	MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (PESSOAS COM NBI)	NV2	EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
e2 [Que o artigo 17 da constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires	afirma:				
"A Cidade	desenvolve				políticas sociais coordenadas
	para superar			as condições de pobreza e exclusão	por meio de recursos orçamentários técnicos e humanos.]
				e6 [Que o aumento dos custos de moradia devido às altas taxas inflacionárias	
	(sofridas)d ⁷		(sofridas)d		
(por nosso)d,		(por nosso)d,		país	
	motiva				uma nova elevação ou ajuste do valor do subsídio;]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

De forma semelhante ao que foi explicado anteriormente sobre a construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*, se ao Exemplo 6 (discurso legal correspondente ao ano 2002) e ao Exemplo 7 (discurso legal correspondente ao ano 2008) é adicionado o Exemplo 8 (discurso legal correspondente ao ano 2013), podemos ver a maneira pela qual as propriedades discursivas que constroem as medidas propostas são replicadas ao longo dos anos. Assim, o Exemplo 8 mostra que a

⁷ O símbolo (...)d indica a inserção de uma duplicação pela analista. Isso não será aprofundado aqui, é apenas esclarecido que este instrumento é usado para casos específicos.

categoria *Novas Medidas Propostas* toma a forma discursiva de um novo *Aumento no valor de subsídios*. Além disso, como expressa literalmente esse discurso, essa *nova elevação* ou *ajuste do valor do subsídio* (e6) é entendida como uma *política social* (e2).

Agora, toda a construção descrita e ilustrada nos parágrafos anteriores desta seção sobre o problema da habitação e suas possíveis formas de solução já está presente nos fundamentos dos projetos. Voltando às ideias apresentadas na seção 1, essa situação discursiva é importante, pois essas fundações são encontradas na zona mais profunda, central e medular do “caroço do pêssago”. Em seguida, a Figura 5 resume o caminho discursivo de uma lei: como se observa, a origem da norma legal está nos fundamentos em que, precisamente, sua construção é sustentada.

Figura 5. Rota discursiva da lei



Fonte: elaboração própria

O Exemplo 9, o Exemplo 10 e o Exemplo 11, correspondentes respectivamente aos anos de 1998, 2002 e 2013, são responsáveis pelas afirmações feitas no parágrafo anterior. O primeiro exemplifica o uso do substantivo *emergência* modificado diretamente pelo adjetivo relacional *habitacional*, formando a frase nominal *emergência habitacional*. O segundo mostra a confluência do substantivo *conflito* com dois adjetivos: um deles, *social* (adjetivo relacional que liga a disputa a uma área específica: a social), e o outro, *grave* (adjetivo avaliativo dada à sua posição a montante do substantivo). Finalmente, o terceiro mostra o mesmo recurso explicado no Exemplo 9 e o uso do substantivo *problemas* alterado pelo adjetivo avaliativo *graves*, uso semelhante ao Exemplo 10.

2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Esses exemplos demonstram que a construção da categoria *Espaço: habitação de emergência*, por meio de recursos de reforço que enfatizam uma situação de crise, como já mencionado, aparece desde os fundamentos que dão origem às leis.

Exemplo 9. Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 9 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 3.008/1998): e71 [(Início da emissão) e uma queda do salário que não é recuperável no contexto que o modelo gera, condições essas que recriam diariamente situações de emergência habitacional (continuação da emissão)]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 3.008/1998				
OP.	H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP		EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e71[(início da emissão) E				uma queda do salário que não é recuperável no contexto que
	o modelo	gera,		condições essas que
		recriam	diariamente	as situações de emergência habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 10. Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 10 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 2.065/2002): e29 [(Início da emissão) uma norma que forneça novas ferramentas para a imediata solução desse grave conflito social.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 2.065/2002			
H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO
H-P (GCABA)	NvHP		EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e29[(início da emissão) uma norma que	forneça		
novas ferramentas	para	a imediata	
	solução		desse grave conflito social.]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 11. Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 11 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 490/2013): e54 [Levando em consideração alguns dados que respondem por essa situação de emergência, da população total da cidade (2.891.082 habitantes) Censo INDEC 2010, aproximadamente 500 mil pessoas vivem em situação de emergência habitacional, sofrendo graves problemas relacionados ao acesso à moradia e às condições de habitação em geral.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 490/2013			
H-P (GCABA)	ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		ESPAÇO
NvHP	ATOR (GRUPOS FAMILIARES OU PESSOAS)	Nv2	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e54[Levando em consideração	alguns dados que	respondem	por essa situação emergência ,
	da população total		da Cidade
	(2.891.082 habitantes) Censo INDEC 2010,	aproximadamente	
	500.000 pessoas	Vivem	em situação de emergência habitacional,
		sofrendo	graves problemas relacionados ao acesso à moradia e às condições de habitação em geral.]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Paralelamente, a construção discursiva das medidas para alcançar soluções está presente, também, a partir dos fundamentos, como o Exemplo 12 e o Exemplo 13 revelam ao tratarem, respectivamente, de um subsídio e de um fundo financeiro.

2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Exemplo 12. Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 12 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 3.343/2004): e22 [Nossa proposta tende a evitar essa espera desesperada, mas, por sua vez e como proposta de superação do serviço de assistência por meio do subsídio descrito, se estabelece a possibilidade da não institucionalização como medida para preservar a privacidade, os pertences e a dignidade dos beneficiários.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 3.343/04						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	TEMPO	MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (TERCEIRA IDADE)		SUBSÍDIO PARA ALUGUEL DE MORADIA	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e22[Nossa proposta	tende a evitar		essa espera desesperada,		
mas, por sua vez e	como proposta de superação					do serviço de assistência
					por meio do subsídio	
		descrito,				
	se	estabelece a possibilidade da				
		não institucionalização			como medida	
		para preservar	a privacidade, os pertences			
e			a dignidade dos beneficiários.]			

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Exemplo 13. Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 13 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 801/2011): e79 [Neste projeto de lei, além de declarar a emergência habitacional da cidade, insiste-se na criação de um fundo para financiar políticas públicas de moradia temporária e permanente para a cidade.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 801/2011				
H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO	MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	Nv1		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
e79[Neste projeto de lei,	além de declarar		a emergência habitacional da cidade,	
se	insiste			
	na criação			de um Fundo
	para financiar			políticas públicas de moradia
		temporária e permanente	para a cidade.]	

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Considerações finais

Com base na análise, a construção discursiva da representação *problemática da habitação* e suas possíveis soluções podem ser sintetizadas em duas ideias-chave. Primeiro, há uma invocação discursiva do conceito *emergência*. Isso significa que o problema habitacional é construído sistematicamente vinculado aos conceitos *crise* ou *emergência*, e que essa situação discursiva é evidente mesmo nos discursos legais após o veto da Lei de Emergência Habitacional em 2011. Segundo, há falta de criatividade nas medidas propostas para resolver a situação. Isso se materializa, discursivamente, no isomorfismo entre as categorias *Medidas Propostas*, *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas*.

O exposto leva à pergunta: como é novo, então, “o novo”? E à consequente resposta de que “o novo” não é novo, mas predomina um substrato ideológico replicado ou repetido. Esse substrato materializa-se em um

padrão linguístico-discursivo segundo o qual, por exemplo, uma emergência é resolvida, fundamentalmente, por meio de incentivos financeiros. Assim, a escolha do título deste capítulo: *Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA* é um tipo de questionamento indireto sobre a pluralidade de abordagens para os problemas de habitação. Questionamento que, após a análise, obtém como resposta – ainda que ao longo dos anos as leis tenham criado e modificado programas habitacionais – uma política habitacional – tanto orientações como diretrizes que regem a conduta de uma pessoa ou entidade em relação a um determinado assunto – que era, em essência, a mesma.

Além disso, considera-se que a característica de isomorfismo desse *corpus* revela, linguístico-discursivamente, quão rígido é o sistema de crença (ou ideologia) proveniente desses discursos. Sistema de crenças cujo cerne ou núcleo já está presente nos alicerces que sustentam os projetos dos quais se originam as leis com base nas quais, por sua vez, programas sociais são implementados. Na verdade, a fundação é definida como “alicerce e fundamento que sustenta um edifício ou outra coisa” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p).

Recorrendo à classificação de Bianconi e Casabone (2006) de documentos de Estado como *monumentos* (2006, p. 5)⁸, podemos dizer, como um reforço do exposto, que o eixo que sustenta esses monumentos se encontra em um sistema de crença que é “projetado” desde os fundamentos das leis até os programas sociais. Esse sistema é aquele que deve ser visível para debate e discussão. Nesse sentido, espera-se que esses dados qualitativos linguístico-discursivos específicos contribuam para a reflexão acerca do desenvolvimento das políticas de habitação, especialmente aquelas que afetam os setores mais vulneráveis da população.

⁸ Aqui se retoma uma ideia já presente em Foucault (2006).

Referências

BERMÚDEZ, A. *et al.* *Documento de trabajo n. 19: procesos de urbanización de villas de la CABA.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio Público Tutelar, 2014.

BIANCONI, L.; CASABONE, G. Estado y escritura: una mirada comunicacional. *Biblioteca Virtual de la Gestión Pública*, 2006. p. 1-12.

DE MIGUEL, E. El texto jurídico-administrativo: análisis de una orden ministerial. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación*, 4, 2000.

DUARTE, M. Redes de metáforas cognitivas en el discurso político: “el socialismo del siglo XXI” de Hugo Chávez. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 13, n. 1, p. 57-78, 2013.

ESPEJO YAKSIC, N. El derecho a una vivienda adecuada. *Centro de investigación social. Un techo para Chile*, v. 8, n. 13, p. 48-63, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change.* Cambridge: Polity Press, 1992.

FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. *Travaux Linguistiques de Prague*, 1, p. 267-280, 1966.

FIRBAS, J. *Functional sentence perspective in written and spoken communication.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FOUCAULT, M. *La arqueología del saber.* México D. F.: Siglo XXI, 2006.

GONZÁLEZ SALGADO, J. A. El lenguaje jurídico del siglo XXI. *Diario La Ley*, 7209, 2009. p. 1-6.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). The landscape of qualitative research: theories and issues.* Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 195-220.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar* (3rd ed., revised by C. M. I. M. Matthiessen). London: Arnold, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Censo del Bicentenario. Resultados definitivos. Tomo 1*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2012.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Gentrification in Latin America: addressing the politics and geographies of displacement. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1175-1194, 2016.

LAVANDERA, B. Decir y aludir: una propuesta metodológica. *Cuadernos del Instituto de Lingüística*, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1986.

LAVANDERA, B. Argumentatividad y discurso. *Voz y letra*, v. 3, n. 1, p. 3-18, 1992.

MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 1998.

MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis sociodiscursiva: una propuesta a partir del método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

MARCHESE, M. C. *Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado. El déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad*. PhD Thesis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2015.

MARCHESE, M. C. Análisis lingüístico y ACD: una propuesta metodológica. In: PASCUAL, M. (Comp.) *Los estudios del discurso en la Argentina actual: nuevos desafíos, nuevas miradas*. San Luis: Nueva Editorial Universitaria, 2017. p. 175-192.

MONTECINO, L. (Ed.). *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*. Santiago: Cuarto Propio, 2010.

PARDO, M. L. *La gestación del texto: la emisión líder*. PhD Thesis. Ciudad de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1995.

PARDO, M. L. *Derecho y lingüística: cómo se juzga con palabras*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

PARDO, M. L. La argumentación en el discurso de los indigentes de Buenos Aires y Santiago de Chile. In: ACTAS DEL CONGRESO DE LA SOCIEDAD ARGENTINA DE LINGÜÍSTICA. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2006.

PARDO, M. L. Una metodología para la investigación lingüística del discurso. In: PARDO, M. L. (Ed.) *El discurso sobre la pobreza en América Latina*. Santiago: Frasis, 2008. p. 55-78.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO, M. L. Metodología de la investigación en lingüística: reflexiones y propuesta. *Revista da Associação Brasileira de Lingüística*, v. 14, n. 2, p. 271-288, 2015.

PARDO, M. L.; BUSCAGLIA, V. Pobreza y salud mental desde el Análisis Crítico del Discurso. El aislamiento social y el deterioro comunicativo y cognitivo. *Discurso & Sociedad*, v. 2, n. 2, p. 357-393, 2008.

PARDO ABRIL, N. G. *Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago: Frasis, 2007.

POSTIGO DE DE BEDIA, A. M. *Los escritos de la administración pública: modelos para su redacción*. San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1997.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. Disponível em: <http://www.rae.es/>, 2014.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SHI-XU. Reconstruyendo los paradigmas orientales de los estudios del discurso. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 7, n. 1, p. 79-94, 2007.

SILVA, D. E. G. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. In: BARBARA, L.; SARDINHA, T. B. (Ed.) *Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress*. São Paulo: PUCSP, 2007. p. 932-949.

TREVISANI VESPA, M.; MAMBERTI, J. *Sin vivienda para los más vulnerables en la ciudad de Buenos Aires: análisis de presupuesto y políticas públicas*. Buenos Aires: ACIJ, 2012.

VAN DIJK, T. A. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society. An International Journal for the Study of Discourse and Communication in their Social, Political and Cultural Contexts*, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

WODAK, R. ¿La sociolingüística necesita una teoría social? Nuevas perspectivas en Análisis Crítico del Discurso. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad. Lenguaje en contexto desde una perspectiva crítica y multidisciplinaria*, v. 2, n. 3, p. 123-147, 2000.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Comps.) *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 101-42.

3

Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada

Gersiney Santos

Brasil e o caso da situação de rua – uma introdução em desenvolvimento

Realidade histórica: a pobreza extrema é um processo multidimensional e origina-se (inclusive se consolida) junto com a evolução do sistema capitalista de produção (COX, 1959; POLANYI, 2000). Sobre o tema, se fizermos uma brevíssima síntese (que se fundamenta no continente europeu entre os séculos XVIII e XIX), em diversas nações, no contexto da primeira Revolução Industrial (e com a estabilização da nova era social baseada na industrialização), “o problema da pobreza se concentrava em torno de dois termos estreitamente relacionados: pauperismo e economia política” (POLANYI, 2000, p. 128).

A industrialização concentrada nas cidades fez, portanto, com que, progressivamente, os espaços urbanos passassem a se tornar chamariz para um grupo de pessoas não proprietárias (vindas das classes campo-

nessas, em sua grande maioria) que buscavam melhoria de condição de vida. Tal grupo humano, a saber, uma parcela social desorientada devido ao enfraquecimento da economia, antes exclusivamente voltada ao cultivo de sua subsistência, constituiu um intenso êxodo populacional rumo aos centros industriais. As cidades, diante de um cenário cada vez mais intenso, mostraram-se, cada vez mais, incapazes de absorver completamente a grande massa de trabalhadores/as disponível para o então novo sistema de produção.

Apesar da ascensão de um mercado de consumo, nem todos/as tinham acesso a tais produtos devido à falta do meio de aquisição em franca consolidação: o dinheiro. Quando empregada, a gente incluída nas classes mais humildes era submetida a regimes desumanos de trabalho (de extrema má remuneração), o que lhe submetia a uma situação crítica de sobrevivência e constantes crises de manutenção. Fatores como a escassez de oportunidades de trabalho, o expressivo contingente de pessoas migrantes para as zonas urbanas, mais as profundas desigualdades que se vinham estabelecendo no novo contexto econômico desde o século XVIII criaram e estabeleceram novos mundos díspares: o dos/as muito ricos/as e o dos/as muito pobres; o dos/as exploradores/as e o dos/as explorados/as, enfim. Foi a partir de tal conjuntura que apareceu mais marcadamente a classe dos/as extremamente pobres e miseráveis.

E nós, brasileiros/as? Como estávamos nesse cenário? Desde o século XVII, o Brasil caracterizou-se por ser um território marcado também por forte desigualdade, tendo em vista a economia extrativista e escravocrata que mesclava populações de migrantes e escravos no corpo trabalhador de territórios com produção de matérias-primas de grande valor comercial – como o ouro e a cana-de-açúcar. Tomando um cenário bastante ilustrativo, podemos observar a constituição do cenário de desigualdade

pela representação do contexto socioeconômico de uma das mais importantes colônias deste território, a Bahia:

Desigualdades sociais profundas dividiam os baianos entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. A escravidão, até a década de 1830, atingia mais de trinta por cento da população. Sobre os escravos recaía o peso da produção da maior parte da riqueza consumida e exportada pela província da Bahia. A grande maioria dos pobres ou já havia vivido a experiência da escravidão ou descendia de gente com raízes na África. Embora alguns poucos libertos conseguissem a duras penas se tornar proprietários, o contingente de pobres da cidade estava sempre sendo abastecido por um grande número de ex-escravos. A maior parte destes era obrigada a sobreviver de serviços esporádicos, do pequeno comércio ambulante e da mendicância (FRAGA FILHO, 1994, p. 14-15).

É preciso, desse modo, destacar como a escravização contribuiu bastante para a segregação e a negligência sociais, sendo a maioria dos/as alijados/as do sistema econômico composta por ex-escravos/as e seus/suas descendentes. Sem ter como se sustentar de forma satisfatória, os/as ex-escravos/as, os/as trabalhadores/as migrantes de zonas menos produtivas, os/as estrangeiros/as sem qualificação ou fugidos/as e os/as mestiços/as redesejavam em terras brasileiras – ainda que não dentro de um contexto industrial – a realidade europeia: ocupando espaços públicos, oferecendo seus serviços ou simplesmente pedindo esmolas.

Foi no século XX que a industrialização brasileira começou a tomar contorno com o declínio do império cafeeiro – devido à crise mundial de 1929 e à queda nas exportações do principal produto nacional. Com o

avanço do *modus operandi* industrial, os grandes centros urbanos tiveram uma nova e crescente explosão demográfica, ocasionada, em boa parte, pelo contínuo fluxo de pessoas vindas do campo ou de zonas populacionais economicamente desgastadas em busca de empregos na cidade. A grande quantidade de mão de obra possibilitou o desenvolvimento dos centros, porém intensificou a exclusão social já nítida nos séculos anteriores. Desde o século XVI, o trabalho braçal concentrava-se nas mãos de pessoas trazidas como escravas das colônias portuguesas na África para trabalhar na produção de açúcar inicialmente. Foi desse modo que, por quatro séculos, uma verdadeira casta excluída ia sendo estabelecida: a dos/as “escravos/as” e seus/suas descendentes, e, em menor número, a dos chamados “homens livres” (ex-escravos/as alforriados/as ou pessoas sem instrução) (FRAGAFILHO, 1994).

A gradativa restrição ao uso do trabalho escravo no século XIX traçou mais nitidamente a situação de pobreza e de miséria no Brasil. De acordo com Fausto (2012), de 1850 (ano da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico intercontinental de escravos) até 1888 (ano da Lei Áurea, que estabelecia o fim da escravização no Brasil), os/as negros/as africanos/as e seus/suas descendentes brasileiros/as seguiram sofrendo um processo de forte exclusão: uma vez livres, enfrentavam o problema da não absorção social e econômica. Quando conseguiam possibilidade de atuação no mercado de trabalho, encontravam espaços degradantes dentro do sistema de industrialização que anunciava o crescimento, tendo de concorrer, inclusive, com imigrantes europeus/eias – conhecedores/as do processo fabril, já consolidado na Europa industrial –, atraídos/as para trabalhar nas fábricas brasileiras dos séculos XIX e XX. Todo esse contexto de exclusão formou no Brasil uma verdadeira classe de párias, que, alijados/as do processo de desenvolvimento, não encontravam modos de sobrevivência em uma sociedade excludente e em uma economia instável. A pobreza, desde muito, parecia já possuir cor e rosto.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

A despeito de mudanças no país, a condição de ser pobre já era estabelecida como abominação pela ótica da sociedade burguesa. O discurso burguês passou, então, a construir e a reproduzir a demonização daqueles/as que não estivessem encaixados/as no modo de vida da burguesia local. O cenário da pobreza desses séculos assumiu o contorno de popularização de personagens como os/as “pivetes” (filhos/as “livres” de escravos/as devido à promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871), “coitados/as” (idosos/as, que, depois de uma vida inteira de escravização, foram “libertados/as” pela Lei dos Sexagenários, em 1885) ou “vagabundos/as” (homens e mulheres que não estavam inseridos/as em uma atividade produtora entendida como tal pelas autoridades oficiais) (FRAGA FILHO, 1994). Esses “tipos sociais”, por não se encaixarem e, consequentemente, sofrerem sistematicamente variados tipos de preconceito, formaram os grupos sociais cujas características (“pivetes”, “coitados/as”, “vagabundos”) até hoje se associam simbolicamente à população em situação de rua. O contingente humano vivendo nas ruas crescia, desse modo, na dinâmica desigual da estratificação das camadas ricas em contraposição aos grupos de miseráveis.

É no século XIX que se consolidam construções de cortiços para abrigar os/as trabalhadores/as das então modernas e vaporosas fábricas, em um desenho que traçou o conceito posterior do que entendemos por favelas. Como sintetiza Pereira (2008),

Além das duas principais classes sociais que dividiam o Brasil no final do século XIX – constituídas por capitalistas, banqueiros, políticos, comerciantes e negociantes de um lado e por escravos do outro –, surgia uma terceira. Esta era formada por escravos alforriados, libertos, mas abandonados pelo Estado, sem acesso a terra ou casa própria, que não conseguia se fixar em nenhuma atividade laboral e, devido a esses fatores, vivia em meio à ignorância, à miséria e à dependência dos grandes produtores ou fazendeiros (PEREIRA, 2008, p. 46).

A pobreza no Brasil seguiu a lógica desenvolvida no sistema capitalista de acumulação e lucro: a escravização foi uma dessas estratégias, na medida em que o entendimento de trabalho no vetusto ideário colonizador – antes de consolidar o discurso de ojeriza ao pobre e outrificação do miserável – “criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos” (JESUS, 2005, p. 7). Sua reorganização, no que para muitos/as simbolizou um eventual desfecho, foi responsável por boa parte do cenário de pobreza e miséria do Brasil como o vemos atualmente.

A reorganização de que falo se deve também aos modos simbólicos de reprodução da lógica hegemônica, como determinados setores da mídia escrita, por exemplo, que durante séculos estiveram aliados à construção de papéis negativamente marcados para a classe social miserável consolidada – constantemente descrita como composta por pessoas de má índole. No cenário nacional de transição do século XIX para o XX passaram a pulular as representações obtusas e estereotipadas que criminalizavam tipos específicos, marcando “uma dicotomia: de um lado, o trabalhador assalariado, representado pelo imigrante branco, ordeiro, virtuoso; de outro, o pobre que não trabalhava, representado pelo negro liberto, malandro, preguiçoso, vicioso” (PEREIRA, 2008, p. 48).

Como apresentado, desde tempos longevos, houve o movimento de sofisticada construção discursiva para consolidar posições de subalteridade e de superioridade. O trabalho de naturalização da superioridade social, desse modo, recorreu a instituições de poder que perpassaram (e perpassam) setores de natureza chave, possibilitadores de transformações sociais. Tais movimentos sociodiscursivos contribuíram, desse modo, para a formação de um grupo social invisibilizado e alvo de um sem-número de violências (físicas e simbólicas), reunido no que se considera uma população: a população em situação de rua.

Na pobreza extrema, a situação de rua é uma das realidades mais cruéis geradas a partir da profunda falta de consciência cidadã, com vistas à ideologia do lucro como objetivo maior. Assim, como explicamos, não se sustenta atribuir à situação de rua o caráter de “fenômeno natural”, pois as relações sociais amparadas na linguagem e no discurso lograram reforçar sistemas de poder direta e indiretamente responsáveis por essa realidade.

Teoria e(m) movimento – pé na rua e mãos à obra

Quando nos é proposta uma reflexão adequada acerca de conjunturas quaisquer, mostra-se necessário o comprometimento com questões temporalmente cumulativas. É por essa razão que, para contribuirmos para a reflexão acerca dos entraves que dificultam o enfrentamento efetivo da pobreza extrema, é necessário – em termos bastante diretos – olharmos para trás. Precisamos inclusive estruturar para onde olharemos com acuidade para, conseqüentemente, retomarmos as relações que, somadas, construíram a realidade enfrentada.

Assim exposto, a partir desta seção, este trabalho se dedica a trazer a questão da situação de rua no intuito de centralizar sua resistência. É nossa escolha no que tange a refletir sobre a pobreza extrema: focar um de seus aspectos mais desumanos e urgentes, porém sem contribuir com a visão fatalista com a qual boa parte da sociedade está familiarizada. Refletir, portanto, sobre a situação de rua é, de fato, uma ação de resistência, e isso vem sendo desenvolvido em trabalhos de perceptível preocupação social: este, especificamente, associa-se à empreitada de não naturalizar, tampouco atuar com assistencialismo no que tange às pessoas em situação de rua. Nossa proposta deseja acrescentar força às problematizações críticas

voltadas à realidade de mais de uma centena de milhares de pessoas que continuam invisibilizadas pelo Estado (IPEA, 2016).

Observando que muito do que alimenta uma visão de verdadeira ojeriza à população em situação de rua (e as ações a ela atreladas, das quais falaremos mais adiante) está cotidiana e sistematicamente plasmada na linguagem, não podemos negligenciar os efeitos e as repercussões por ela alcançados; mais, não podemos deixar de nos ater ao fato de que a linguagem articula, influencia e modifica até sentidos sociais. Assim, é altamente relevante despertar para o lugar social da linguagem, ou melhor, do discurso como “elemento semiótico integrado a práticas sociais” (RESENDE, 2009), sendo um “modo de ação” inerente às relações humanas e situado historicamente.

Portanto, desde uma dimensão mais teórica, para iniciarmos esta reflexão, remontamos à abordagem linguístico-discursiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), como explica Santos (2013, p. 19), “um conjunto de abordagens teórico-metodológicas que intenta dar conta da investigação interdisciplinar da linguagem em seu aspecto discursivo”; influenciada em alguns trabalhos centrais de Fairclough (2003; 2010), mas com base principal em analistas latino-americanos/as que concentram suas investigações nas relações sociais e no aspecto potencialmente transformacional assumido no discurso por atores e grupos sociais envolvidos em questões específicas da esfera social.

Trabalhos tais como os de Resende (2008; 2009), Ramalho e Resende (2011), Pardo (2011) e Marchese (2011; 2012) possibilitam atrelar os estudos críticos voltados ao discurso a um recorte posicionado e orientado para a intervenção concreta das questões investigadas da realidade social. Cabe também destacar que as discussões aqui desenvolvidas trazem dimensões demarcadas dos níveis da estrutura linguística e da discursiva com base nas relações de poder estabelecidas entre a representação

política da população em situação de rua e o Estado. Essa tomada discursiva tem, portanto, pontos de forte inter-relação com conceitos básicos da teoria funcionalista da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF); assim, os aspectos de interação e de uso da estrutura da língua discutidos neste trabalho – bem como as repercussões nos atos de reflexão sobre a situação de rua – são influenciados segundo a gramática da experiência (SILVA, 2009b) oferecida pela teoria.

A LSF, teoria linguística e modelo de epistemologia para a perspectiva funcionalista da linguagem (ao mostrar-se como reveladora na superfície textual) (HALLIDAY, 2004; SILVA, 2005), dialoga com o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT). A união dos métodos (LSF e MSDALT) permitiu construir uma das partes fundamentais da tese “A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)¹”, de onde são retiradas as considerações detalhadas nas seções que seguem.

MNPR: movimento na rua

No que diz respeito à reflexão sociológica, recorreremos a autores/as que tratam dos temas de identidade, opressão e luta social. Este trabalho

¹ O nome histórico do movimento social, de acordo com suas próprias lideranças e os diversos registros de luta, é “Movimento Nacional da População de Rua”; ainda assim (apesar de nosso profundo respeito à autodefinição do MNPR), alinhados com uma perspectiva discursiva crítica concernente às potencialidades transformacionais da linguagem, optamos por incluir o termo “em Situação” ao nome do Movimento no título de nosso trabalho – e, algumas vezes, utilizar tal versão (Movimento Nacional da População **em Situação** de Rua), de maneira flutuante, durante a tese. Sobre a importância de problematizar e romper com termos ideologicamente naturalizados, confrontar o Capítulo 2 de Santos (2013).

foca, assim, na mobilização organizada da população em situação de rua (sua luta como entidade de projeto com proposta de protagonismo político) e em uma reflexão acerca de como determinadas condutas de resistência impactam centralmente a efetividade de projetos contra-hegemônicos. Mais especificamente, autores/as como Gohn (2008; 2013), Alonso (2009) e Oliver (2009) organizam o que maneja a mobilização social a partir das novas configurações assumidas por movimentos sociais na atual fase da modernidade. Alinhando-os/as com intelectuais como Cox (1959), Ramos (1960), Fanon (1968; 2008), Hall (2005), Souza (2009), Collins (2013), Silva (2009a), aproximamos questões de exclusão operadas pela hegemonia do cenário no qual o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) opera.

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé”. O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de agosto de 2004: 15 pessoas que dormiam no local foram atacadas, sendo sete delas brutalmente assassinadas. Os agressores não foram identificados, mas as vítimas sim: todas elas pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (uma das pastorais historicamente ligadas à TL). Em sua pesquisa sobre características constitutivas da população em situação de rua, Costa (2007) explica:

O MNPR, desde seu nascimento, esteve sempre próximo ao MNCR, e como este último, também se apresenta como um movimento de escala nacional. Contudo, o MNPR possui

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

articulações em poucas cidades brasileiras, sendo as principais São Paulo e Belo Horizonte. Cidades onde, justamente, a Pastoral do Povo da Rua é mais ativa (COSTA, 2007, p. 137).

Voltando à tragédia acontecida na capital paulista em 2004, ela foi o estopim para que pessoas em situação de rua se organizassem em mobilizações que demandavam uma posição oficial ante a ausência de políticas públicas de proteção e defesa dos seus direitos, bem como o enfrentamento concreto da problemática no Brasil. Imbuídos do propósito de mudança social, lideranças da situação de rua de estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais uniram-se ao já constituído Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (o MNCR, instituído desde 2001 e formado por cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, nacionalmente consolidadas desde os anos 1990) e, mobilizados em conjunto na “Marcha Nacional do MNCR em Brasília”, estabeleceram uma articulação política que já vinha sendo realizada por meio de fóruns e plenárias desde o massacre de 2004. Por conseguinte, em setembro de 2005, pessoas em situação de rua vindas de Belo Horizonte, convidadas para participar do IV Festival Lixo e Cidadania do MNCR, conseguiram, de modo mais estruturado, articular com outras capitais a presença de pessoas em situação de rua no evento, fundando, então, o Movimento Nacional da População de Rua.

A construção do discurso político do MNPR sempre esteve bastante atrelada a outros contextos de mobilização. É perceptível a natureza diretamente imbricada com discursos consagrados ligados à pobreza e a instituições que sempre se relacionaram com o público “mais necessitado” (como suas relações diretas com o assistencialismo). Desse modo, a participação de grupos da Igreja, do Estado e do terceiro setor serviu de plano

para que o MNPR pudesse estabelecer-se como um movimento social em busca de projeção nos embates sociais e também obter um corpo político mais sólido para demandar a mudança de realidade imaginada para essa população. Por outro lado, tais vínculos contribuem, simultaneamente, para questionáveis ambivalências discursivas.

Como participante direto das mudanças sociopolíticas no Brasil, o MNPR desenvolveu um *modus operandi* característico quando pensamos em mobilização social sob uma perspectiva oitentista (GOHN, 1997; 2013): o Movimento nasceu e se consolidou sob a égide de um governo de aberto discurso social, e suas coordenações mostraram-se atentas ao posicionar-se nesse discurso, aliando-se acertadamente a lutas historicamente estabelecidas – como a dos/as catadores/as de materiais recicláveis – e ao governo “mais à esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT). Provavelmente, isso tenha acontecido e se dê em razão, entre outras coisas, da própria heterogeneidade daqueles/as que compõem o MNPR, mas não podemos deixar de atentar para os “bons contatos” que o movimento social conseguiu ao estabelecer uma ligação tão íntima com o Estado e a Igreja.

As próximas partes deste texto tratarão especialmente do trabalho realizado com base em nossa pesquisa de doutorado já mencionada. Para tanto, escolheremos uma das coordenações que fizeram parte da investigação e contribuiram centralmente para que os resultados pudessem ser refletidos e consolidados. As duas seções seguintes, portanto, apresentarão uma discussão sobre aspectos etnográficos e linguístico-discursivos e as considerações levantadas a partir dessa relação. A proposta é, com a escolha de uma das coordenações do MNPR – sendo essa quantidade decidida por conta das limitações de espaço do gênero discursivo –, discutir as problemáticas que determinadas relações concretizam.

Para reflexão: narrativas do MNPR e sua dimensão semântico-discursiva

Para pensarmos mais apropriadamente sobre o papel do discurso na ação do MNPR – que intitula este texto –, atrelamos, como já defendido, a questão linguística a uma pesquisa de cunho social mais aprofundada. Na pesquisa que dá origem a este texto, após decidirmos as escolhas metodológicas realizadas, procedemos à esquematização de como se daria a interação com o método qualitativo de visitas a campo. Tais procedimentos possibilitaram a geração de dados etnográficos, mais especificamente as entrevistas que compuseram parte fundamental da tese.

As visitas e as interações foram estruturadas para serem realizadas com as/os representantes do MNPR (coordenadores/as) em cinco estados do Brasil. As coordenações foram selecionadas devido à atuação diante das lutas pela superação da situação de rua e aos resultados políticos conquistados por meio de intervenção social direcionada a esse objetivo. As circunstâncias de abordagem e negociação para a realização das entrevistas aconteceram de modos distintos com as representações do Movimento, pois, em ocasiões específicas, estabelecemos contato para o esclarecimento de pontos cruciais do momento da investigação a ser construído.

Nosso contato com as coordenações do MNPR vinha se realizando desde a participação nos dois principais eventos de mobilização política do movimento social – as primeiras edições do Congresso Nacional do MNPR, ocorridas, respectivamente, em 2012 e 2014. Na época, conseguimos articular com as coordenadoras e os coordenadores como realizaríamos a etapa de entrevistas da pesquisa. Participando dos congressos, conseguimos dialogar mais de perto com os/as representantes do MNPR, logrando, assim, aproximar-nos das pessoas que podiam reunir

e compartilhar as informações necessárias para a percepção representacional – complementar à acional (quando de nossa participação nos congressos) – do movimento organizado de luta.

À época, a coordenação nacional era composta por Anderson Lopes (coordenador do MNPR de São Paulo), Samuel Rodrigues (MNPR de Minas Gerais), Maria Lucia Santos (coordenadora do MNPR da Bahia) e Antonia Cardoso (MNPR-DF) (todos/as com trajetória na situação de rua e centrais no então desenho político do Movimento), e assim alcançamos balizar de fato como se daria a etapa de campo. Desse modo, durante o tempo em que estivemos trabalhando em conjunto, participando de discussões do Movimento com o Estado (ocasiões como representantes da sociedade civil em reuniões intersetoriais promovidas pelo Estado e nas discussões sobre o fortalecimento do Fórum da População em Situação de Rua do Distrito Federal), conseguimos a organização de um calendário de interações com cada representante.

Aqui, traremos a interação com a memorável coordenadora Maria Lucia Santos – à qual dedico este trabalho –, responsável pelo MNPR-BA e com a qual desenvolvemos uma das etapas mais consistentes da pesquisa de doutoramento.

MNPR-BA e, no meio do caminho, o Estado – considerações analíticas

A relação de Maria Lucia Santos com nossa pesquisa foi fruto de um trabalho anterior, quando realizamos pesquisa sobre uma publicação ligada à situação de rua, e já naquele momento havíamos ouvido seu relato de experiência. Uma das mais destacadas presenças do I e do II Congresso Nacional do MNPR, Lucia encabeçou a organização do primeiro evento político da população em situação de rua, o qual aconteceu em Salvador.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

Sua postura de liderança e exigência de atenção a cada detalhe dos dois momentos de 2012 e 2014 não impediram nosso contato relacionado à realização da entrevista para nossa pesquisa. Nós já havíamos adiantado a necessidade de conversar especificamente sobre sua experiência de coordenadora na Bahia. Aliás, a coordenação baiana, à época de Lucia, era conhecida como uma das mais bem-sucedidas em termos de resultados e comunicação com as autoridades para a atenção direcionada à situação de rua.

A entrevista realizada na coordenação baiana do MNPR foi uma das mais ricas da etapa de campo da pesquisa. Estar pessoalmente na sede do MNPR-BA apontou-nos um caminho que apenas pelos diálogos promovidos oficialmente não seria tão esclarecedor.

A etapa de geração de dados etnográficos de entrevistas conseguiu completar uma parte essencial para a construção das reflexões acerca da análise da ação social operada pelo MNPR em suas coordenações de maior representatividade. A sistematização dos dados gerados nas entrevistas, como mencionamos, foi concentrada na aplicação linguístico-discursiva do MSDALT.

As análises realizadas apontaram que a representação inicial do MNPR-BA sobre sua luta se relacionava reiteradamente com questões de avanços na mudança na perspectiva ideológica de identificação da população em situação de rua com o trabalho do Movimento. Em outras palavras, era central a mudança da identidade da pessoa em situação de rua. Ademais, as oportunidades conquistadas referentes à problemática da situação de rua estão atreladas à relação (definida como) bem-sucedida com o Estado.

A coordenação baiana do Movimento desenhou a função primordial de sua existência, uma vez que ele abriu caminhos e gerou oportunidades, estando, entre elas, o fato de “muitas pessoas” não mais avaliarem

negativamente a população em situação de rua – trata-se da causação, anteriormente mencionada –, ou seja, novamente questões de nova construção de identidades.

A presença do Estado foi outro ponto de relevância na representação discursiva do MNPR-BA, que construía a participação do governo na luta pela superação da situação de rua como uma oportunidade, um acesso distinto à percepção social. Ainda assim, com as análises, pudemos perceber que um dos aspectos mais destacados pela representação discursiva da coordenação baiana é a identificação ambivalente do governo e de suas ações políticas: inicialmente, o Estado é discursivamente centralizado – e mais ainda é o serviço prestado a atores sociais em situação de rua.

O Estado, então, foi fortemente definido como uma realidade problemática para a população em situação de rua; o próprio Movimento apontou que, para ele, o entendimento das pessoas em situação de rua como algo negativo justificava fortemente a intervenção do MNPR, o qual, em contraponto inicial, é identificado positivamente por recursos linguísticos (tais como a metáfora do “divisor de águas”, cujo sentido é o de separar uma situação de outra de modo definitivo).

O MNPR é representado como um poder de intervenção/ação simbólica para que a identificação das pessoas em situação de rua não seja mais socialmente caracterizada de modo negativo. Aparentemente, seria essa uma das conquistas advindas da existência e da ação do MNPR-BA para a situação de rua. As dificuldades são atreladas para além do questionamento das ações do governo e caracterizadas como parte da relação característica com as pessoas em situação de rua.

A coordenadora do MNPR-BA constituiu suas intervenções com base em uma percepção crítica acerca da relação de seu diálogo com o Estado, ativando pressuposições que indicavam uma realidade nada

satisfatória, mas que assegurava ao Movimento uma possibilidade de estar mais próximo das decisões de poder. Tais representações discursivas atrelavam à luta do MNPR – ainda que em relação tão próxima com o Estado – força discursiva de busca por um enfrentamento que parecia dar-se de forma reflexiva (sem um desenho de mudança mais concreto desse diálogo pouco satisfatório).

A liderança linguisticamente reforçava a relação com o Estado como estratégica para determinadas realizações. Entretanto, a análise linguístico-discursiva advinda da aplicação do MSDALT apontou identificações discursivas de insuficiência; assim, pudemos observar que se tratava de uma aparente conquista, mas o texto semantizava algo bastante enrijecido quanto a intervenções mais concretas.

O Estado, identificado nas três esferas de atuação (a saber, municipal, estadual e federal) pela coordenadora, foi mais salientado durante a entrevista em relação à interação em nível federal, no qual a articulação com o MNPR passava pelas esferas mais locais, perpassando ministérios e secretarias relacionadas ao mais alto poder estatal; essas representações do governo foram frisadas com ações de intervenção, mas ligadas a uma prática de ações de governo: a realização de momentos de diálogo – consonante com a prática adotada pelo movimento social.

O MNPR-BA, em seu relato, apresentou uma postura aparentemente (e constantemente) mais ponderada, sem deixar de levar em consideração “os perigos” que uma relação de parceria pode suscitar. Desde uma perspectiva mais específica, observamos que o MNPR assumia a liderança de decisão referente aos objetivos, no entanto referindo-se mais a uma necessidade de atenção por parte das políticas públicas, em uma relação de dependência consciente. A coordenadora, por vezes, envolvia-se fortemente com suas declarações sobre a condição de miserabilidade

(em sentido amplo) da população em situação de rua, fazendo um julgamento negativo acerca de toda a situação engessada pela agência reduzida do Estado. Ela, apesar da crítica genuína, não pareceu concluir o que justificava o motivo de o Estado portar-se do modo representado; em vez disso, vimos, vez ou outra, a inclusão de um argumento que tinha a ver com a ligação partidária: a crença de que o Partido dos Trabalhadores (PT) (condensado simbolicamente na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva) ainda via a situação de rua como prioridade.

A representação do Movimento foi, como já dito, identificada de forma positiva: em essência e em sua atuação comum voltada à população em situação de rua. Ao identificar-se positivamente, em contraposição a uma atitude que “despertaria cuidado” em relação aos parceiros (destacada, aqui, a presença do Estado), a liderança do MNPR-BA acabava por elencar características e passava a ressignificar – mesmo que com uma perceptível simpatia pelo PT – o entendimento de não ser vinculado a partidos políticos. Tal fato mostrou-se bastante relevante, pois pudemos relacionar a conduta discursiva com a crise de confiabilidade enfrentada nos últimos tempos pelos partidos políticos – outro entrave central para a construção de relações já clássicas em muitos movimentos sociais (GOHN, 2013). Por pressuposição – categoria basilar dos estudos de ADC (FAIRCLOUGH, 2003; PARDO ABRIL, 2013) –, depreendemos um alerta realizado pela coordenação de que os movimentos sociais podem servir de plataforma política, o que caracterizaria a anulação política (e não político-partidária) do MNPR, tendo em vista isso ser um degrau para atingir outros fins que em nada se interessam pela situação de rua.

Com o Movimento baseado na Bahia, pudemos observar que a representação pôs em evidência o MNPR(-BA) identificando-se positivamente – assim como nas entrevistas dos/as demais coordenadores/as – no que diz

respeito a um trabalho com vistas à luta pela visibilidade e pela mudança da perspectiva ideológica relacionadas à população em situação de rua. Para tanto, a coordenadora construiu a identidade do movimento social recorrendo ao uso de metáforas (como a mencionada “divisor de águas”) e pela descrição da relação com parcerias e com o Estado. Cabe registrar que as parcerias – que não tinham a ver com o Estado propriamente – foram identificadas como agregadas à ação do MNPR-BA mediante prévia seleção e percepção acerca da intenção em colaborar. A coordenadora assumiu um discurso de autonomia ao identificar como pouco confiáveis algumas dessas parcerias, caracterizando-as também como bem-vindas, desde que não se mostrassem oportunistas. De qualquer forma, de acordo com sua representação, o crivo da coordenação foi posto antes que elementos externos dessem início a um envolvimento com o MNPR-BA.

Fazendo um balanço da representação discursiva do MNPR-BA quanto à superação da miserabilidade profunda vivenciada por pessoas em situação de rua, mais especificamente no que diz respeito ao governo, a coordenadora não dispensou críticas à relação construída com ele. Ainda assim, sua representação destacou a importância concreta do trabalho conjunto, refletida nos resultados para as ações do MNPR-BA. Pudemos observar, assim, que a ação do MNPR-BA, embora expressamente envolvida com setores do governo e com outros parceiros, propôs uma estratégia discursiva de ocupar conscientemente espaços institucionais a fim de agilizar resultados lentos (in)operados justamente pelo poder institucional. A questão encontra eco na representação das outras coordenações entrevistadas (SANTOS, 2017). Analisando como se portaram as categorias que possuem mais ocorrências focalizadas, pudemos observar como se misturaram ainda mais o Movimento e o papel das parcerias, no caso, a mais central – o Estado.

Considerações finais

Este trabalho é um demonstrativo da necessidade de se pensar sobre a naturalização da pobreza extrema neste país: ser miserável tem sido, há muito, algo praticamente entendido como uma categoria social pertencente ao mundo “civilizado” (SANTOS, 2013).

A seleção pela entrevista da valiosa coordenadora do MNPR-BA nos dá uma percepção da complexidade de se pensar as estratégias de superação da situação de rua – até mesmo quando havia um contexto político de abertura para questões sociais no Brasil. Com a fala do MNPR-BA, ficou ainda mais marcado que a situação de rua tem de ser encarada a partir de perspectivas multidimensionais: desde a mudança pelas vias de identidade social até a execução de políticas públicas de caráter efetivo baseadas no monitoramento e no acompanhamento.

Com a análise linguístico-discursiva – promovida pelo MSDALT –, emergiu, entre outras coisas, a compreensível preocupação da coordenadora em mudar as percepções ideológicas da sociedade em relação à identidade dos atores sociais em situação de rua. Não obstante, na mencionada representação, a pessoa em situação de rua acabou, mais uma vez, assumindo o papel de mera beneficiária da luta promovida pela coordenação nacional do Movimento. Não se percebeu uma postura discursiva mobilizadora que envolvesse o coletivo (de pessoas) em situação de rua no tocante à reflexividade para a intervenção junto ao MNPR. A ação aqui referida diz respeito à formação crítica do público diretamente relacionada aos problemas causados inclusive pelo mesmo Estado, o qual, aparentemente, é identificado como parcialmente aberto à agenda de mudança social.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

Desse modo, de forma mais ampla, seria recomendável, no lugar de uma resposta, propor uma nova questão: a situação de rua já não era a narrativa-estigma para a pessoa que fracassou, afinal que fracasso é esse dirigido a quem não foram dadas oportunidades iguais de atuar no mundo? Então, ser miserável pode ser visto como mais uma ilustração da “história única”, criando estereótipos, roubando das pessoas sua dignidade (ADICHIE, 2009). Não somos iguais, uma vez que esta nação começou, desde cedo, com as marcações das diferenças; nós, povo preto, povo pardo, povo pobre, desde sempre tivemos um lugar reservado para não avançar.

O entendimento de nossas identidades, no entanto, “não é um processo sem crises [...]. É processo dinâmico, em que sujeitos se constroem, são construídos e reconstruídos continuamente” (SILVA, 2009a, p. 183); com base nisso, a resistência analiticamente observada no discurso de cada um/a dos/as coordenadores/as – levadas em consideração as diferenças também apontadas – oferece uma abertura para (possíveis) outros contornos de intervenção. Como nos mostrou a discussão neste trabalho, as posturas pouco efetivas do Estado, uma intervenção externa à situação de rua, trouxeram abalos nos discursos das coordenações. Cada ação não efetiva para a população em situação de rua implica mais irmãos e irmãs que desaparecem, são mortos (até chacinados): a mobilização social, portanto, mostra-se literalmente vital para quem padece da condição. Assim, ter a possibilidade de conhecer o MNPR e contribuir com sua luta foi um presente raro, em que o processo foi bastante doído, afinal foi um contínuo remexer na cicatriz. Muitas vezes, o trabalho solitário e reflexivo atou-me, mas, ao mesmo tempo, fez-me entender a mim mesmo como ator social diretamente envolvido e parte de uma luta que não pode ser minimizada nem desconhecida.

Assim sendo, este trabalho deve ser interpretado como um ponto de partida, considerando que um dos fatores que chamam a atenção para a construção da desigualdade no Brasil é o lugar social do negro: margem, favela, pobreza, subemprego são algumas das heranças históricas. Tudo consequência de um longo período de escravização seguido de uma libertação burocratizada que atendeu aos anseios da elite e apagou o grupo negro do processo – a semente da miserabilidade (SILVA, 2009a, p. 139). Precisamos atentar para a urgência de enfrentar a situação de rua. Silva (2006, p. 88), destacando a situação de rua, adverte:

São recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e, geralmente, conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

Assim, a culpabilização da pobreza – sua responsabilização – corresponde a uma lógica discursiva ideológica, ou seja, de mais um discurso que mascara realidades. Cabe, portanto, ilustrar o quanto a percepção discursiva referente à situação de rua bem como seu estudo responsável são fundamentais para desmascarmos verdades tidas como únicas, que mostram grupos sociais como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente. Ainda, aqui, propusemos um exemplo do que o início dessas considerações trouxe, a perspectiva de luta baseada na ação social conjunta, mas que, se não bem articulada, pode acabar contribuindo para

o engessamento transformacional. O MNPR-BA, por meio da análise de sua entrevista, mediante articulação, chegou a alcançar avanços, mas sem a segurança de continuidade, algo que, de acordo com o discutido neste texto, afeta a postura política do próprio MNPR. Pudemos pensar o contexto no qual se desenvolveu a luta do Movimento e também questionar a gênese de sua criação, tão relacionada ao Estado.

Avançando com a discussão, em um sentido menos explícito, adentramos, com a pesquisa geratriz deste artigo, um espaço menos contextual e mais linguístico, ou melhor, discursivo: tendo percebido como o mundo social no qual está inscrito o MNPR se formou, onde, nesses embates e busca por autonomia política, a linguagem se encontraria? Vimos que em todos os seus aspectos, pois todos são mediados pela instância do texto. Discutimos sobre como a ADC nos oferece um campo de investigação amplo ao estudar a linguagem de modo reflexivo; como as instâncias textuais, produtos concretos das relações discursivas, atualizadas em práticas sociais, necessitam cada vez menos receber um olhar ingênuo, uma vez que possuem a capacidade de articular realidades, por reunir a ação, a representação e a identificação das práticas sociais e das estruturas sociais. Os textos inclusive dão-nos possibilidades de entendimento de como processos discursivos funcionam localizados nas ações da sociedade, pois, no mundo social, visões particulares (como a estereotipagem da situação de rua e a criminalização dos movimentos sociais) conseguem projetar-se por meio de sua capacidade de articular-se na vida cotidiana pelos mais diversos gêneros em sofisticados discursos e estilos (FAIRCLOUGH, 2003).

Como últimas palavras, reforçamos que a razão de tratar de textos em uma pesquisa sobre o MNPR teve a ver com o lugar que os discursos das coordenações do movimento social assumiam nas representações

de sua luta; assim, como vimos, foi problemático articular o discurso protagonista buscado pelo MNPR com o discurso ideológico de que as pessoas em situação de rua dão problemas para a construção da mobilização política do Movimento – a população em situação de rua, de fato, é reflexo de um problema que não é de sua responsabilidade, mas de uma parte poderosa do Estado que, por tempos, a expulsou do espaço cidadão (assim como por outras instituições, como a Igreja, por exemplo, que construíram uma lógica de ser outrificado, como explica Collins (2016, p. 106) acerca da postura discursiva hegemônico-ideológica:

Compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar o seu *status* prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata.

Lembremos que todo esse processo de construção simbólica se estabeleceu no mundo por meio dos diversos textos, e é ainda com vista neles que tratamos do MSDALT, uma ferramenta de verdadeira utilidade para acessarmos níveis da superfície e da interioridade das representações discursivas do MNPR cristalizadas nas entrevistas. Antes de partir para

as análises, expusemos como se delineou propriamente nosso trabalho em termos prévios ao escrutínio das manifestações discursivas do Movimento. Foi importante articular o que tínhamos de conhecimento acerca do MNPR às questões metodológicas que uniam teoria e prática.

Com as considerações traçadas neste texto, cabe, portanto, reforçar a necessidade de o MNPR rever – de modo mais contundente – o nível (e o tipo) de envolvimento com o Estado e parcerias em comparação com a relação desenvolvida com os atores sociais em situação de rua. Com a crítica explanatória, pudemos provocar algumas questões em um momento de discorrer sobre como os três primeiros capítulos desembocaram nas observações da reflexão analítica, além de introduzir e explicitar o conceito de “redes pragmáticas”, lançando, por fim, uma proposta de intervenção.

A título de fechamento, gostaria de destacar que as Forças que escrevem comigo e norteiam este trabalho não me deixam concebê-lo como mais um texto acadêmico realizado, uma parte da cadeia de gêneros localizados e definidos, como nos iluminam as teorias. Este trabalho – assim como a tese de onde ele veio – pretende também ser uma plataforma para uma maior intervenção no mundo, para minha aplicação prática das redes pragmáticas e um convite a participarmos, de maneira conjunta, com o MNPR e os movimentos sociais na luta por uma agenda de mudança social estratégica e efetiva.

Não podemos deixar de registrar que este trabalho é encerrado em um momento extremamente difícil para o Brasil: um momento de sequestro de direitos conquistados, de fortes e sucessivos golpes contra o ideal de abertura à diferença e de escalada da perspectiva ideológica de extrema direita, bem como de negligência frente a questões fundamentais ligadas aos direitos humanos. Assim, nossa pesquisa, apesar de centrar-se nele, não se restringe a falar do MNPR, vai além, quer unir quem conseguir

atingir para, juntos/as, irmos contra uma lógica que nos infecta os olhos, a mente e nossas bocas, engessando reações.

Gostaríamos de destacar, no entanto, que essa influência de constrangimento estrutural não é mais forte do que o poder de ação daqueles/as que conseguem entender a gênese covarde, baseada e mantida na falta de tantos para a manutenção de tão poucos. A resistência segue a Luta. A Luta continua!

Referências

ADICHIE, C. *O perigo de uma única história*. Publicado pelo canal TED. [Oxford:] [s. n.], 2009. 1 vídeo (19min 16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo, *Lua Nova*, v. 76, 2009.

COLLINS, P. H. *On intellectual activism*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 1, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, D. L. R. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2017.

COX, O. C. *Caste, class & race: a study in social dynamics*. Nova York: Monthly Review Press, 1959.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2013.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: UFBA, 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

FRAGA FILHO, W. F. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

GOHN, M. G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.

JESUS, J. G. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, 2005.

MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis sociodiscursiva: una propuesta a partir del Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos*. Buenos Aires: Editorial Tersites, 2011.

MARCHESE, M. C. *Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado: el déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Buenos Aires, 2012.

MARCHESE, M. C. Estado de excepción y políticas de emergencia: su impacto sobre la construcción simbólica del espacio habitacional. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília; v. 1, n. 15, 2014.

NATALINO, M. A. C. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVER, L. Conflictos y tensiones en torno del estado ampliado en América Latina, Brasil y México entre la crisis orgánica del Estado y el problema de la hegemonía. In: GAVIA, M. F.; GUILLÉN, D. *Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2009.

PARDO ABRIL, N. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago de Chile: Frasis, 2013.

PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, 2010.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística. Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

3. Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro

PEREIRA, C. P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. Uberaba: Saga, 1960.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Brasília: Pontes Editores, 2009.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, D. E. G. (Org.). *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.

SILVA, D. E. G. (Org.). Representações discursivas da pobreza e gramática. *Revista Delta*, v. 25, n. 3, 2009b.

SILVA, F. C. Oliveira da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2009a.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

4

“Eu me sentia um professor”: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras

Juliana de Freitas Dias

Gina Vieira Ponte de Albuquerque

Introdução

O projeto Mulheres Inspiradoras inaugurou em Brasília, no ano de 2014, uma nova consciência do trabalho educacional em torno da escrita, da literatura e das questões de gênero, de raça e de classe na escola. A professora e autora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, ao tomar sua posição crítica no centro dessa interseccionalidade, entregou-se ao trabalho pedagógico, que durou um ano, com adolescentes. Nesse processo defrontou-se com o medo da liberdade quando se movimentou pela chamada “consciência crítica” e toda a sensação de desmoronamento que persegue esse movimento, já alertado por Paulo Freire, ainda em 1971. Ao abrir essa fenda na escola, o projeto Mulheres Inspiradoras inseriu esses/as estudantes como sujeitos diante de suas histórias, as quais penetraram os portões da escola sob a roupagem de currículos vivos e legitimados por uma prática pedagógica crítico-transgressiva (HOOKS, 2014).

Com ênfase na valorização da mulher, o programa Mulheres Inspiradoras fomenta um projeto que incentiva o protagonismo de jovens estudantes a partir da leitura de diferentes obras de autoria feminina e da produção sociopolítica e consciente de textos autorais. Também contribui para uma formação de professoras/es com base na concepção de docentes como intelectuais transformadoras/es (GIROUX, 1997), que adotam metodologias ativas (BERBEL, 2010) para a promoção de uma educação democrática, transformadora e humanizada.

Neste capítulo apresentaremos o projeto Mulheres Inspiradoras e sua linha biográfica desde 2014 até os dias atuais. Em seguida, a voz da autora Gina Vieira tomará o protagonismo no texto para contextualizar sua história de vida como professora, mulher, negra, filha da periferia e autora de um projeto premiado e hoje alocado como política pública educacional da capital do país. Na última seção, propomos um diálogo entre as vozes de professoras e alunas/os participantes do projeto¹ e as vozes de pensadoras/es e pesquisadoras/es engajadas/os com a educação crítico-transgressiva decolonial.

Projeto Mulheres Inspiradoras: educação para a transformação social

O projeto Mulheres Inspiradoras foi desenvolvido em 2014 e 2015, em duas edições, com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de Ceilândia. A iniciativa surgiu de uma percepção de que as meninas, provavelmente como resultado de um processo de

¹ Essas falas são parte dos dados gerados em dois momentos da pesquisa: no contexto da primeira realização do projeto, no CEF 12 de Ceilândia, em 2014, analisados em 2015 pela própria autora do projeto; e no contexto da ampliação do projeto, gerados pelo grupo de pesquisa Gecria/UnB em 2017.

gendramento ao qual são submetidas desde que nascem, tendem a reproduzir, em suas redes sociais, uma representação da mulher objetificada. Tereza de Laurettis (2001) discute como as produções culturais, os filmes, as novelas e os discursos atuam como tecnologias de gênero que determinam de que maneira homens e mulheres podem performar na nossa cultura.

Tornou-se corriqueira entre as jovens a prática de *sexting*, que é o comportamento de postar fotos e vídeos nas mídias sociais digitais em que elas se apresentam performando de maneira erotizada. A estratégia metodológica do projeto foi apresentar outras referências com base nas quais elas pudessem questionar os lugares preestabelecidos para as mulheres na nossa cultura e pudessem também ter outras fontes de inspiração e vislumbrar outras possibilidades identitárias. Para tanto, as seguintes ações foram propostas: leitura de seis obras escritas por mulheres (*O diário de Anne Frank*; *Eu sou Malala*; *Quarto de despejo – diário de uma favelada*; *Não vou mais lavar os pratos*; *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz*; e *Espelhos, miradouros e dialéticas da percepção*, os três últimos de autoria de Cristiane Sobral); estudo da biografia de dez grandes mulheres (Anne Frank, Carolina Maria de Jesus, Cora Coralina, Irena Sendler, Lygia Fagundes Telles, Malala, Maria da Penha, Nise da Silveira, Rosa Parks e Zilda Arns); entrevista com mulheres da comunidade de Ceilândia: Patrícia Melo Pereira, jovem negra que sempre estudou em escolas públicas de Ceilândia e que, após enfrentar grandes privações econômicas que poderiam afastá-la da escola, ao receber o apoio de uma professora, além de permanecer cursando o Ensino Médio ainda se matriculou em um curso pré-vestibular e conquistou uma bolsa de estudos para cursar medicina fora do Brasil. Passou sete anos na Venezuela enfrentando uma série de dificuldades, retornou formada em medicina comunitária e já teve seu certificado validado no Brasil.

A segunda personalidade feminina a ser levada à escola foi Madalena Torres, que pretendia dedicar sua vida aos mais pobres engajando-se como freira em uma ordem religiosa ligada à Igreja Católica e acabou envolvendo-se nos movimentos sociais. Construiu uma trajetória de dedicação à alfabetização de adultos em Ceilândia, tendo sido um dos nomes importantes para a criação do Centro de Alfabetização Paulo Freire (Cepafre).

Outra mulher que esteve na escola para ser entrevistada pelos/as estudantes foi Creusa Pereira dos Santos Lima, que dedicou mais de trinta anos de sua vida à alfabetização de crianças em Ceilândia. E, por fim, também foi levada à escola Cristiane Sobral, escritora, atriz, professora e dramaturga que produz uma literatura que promove a celebração da estética negra e a reflexão sobre questões de gênero, raça e classe.

Na última etapa do projeto, as/os estudantes foram convidadas/os a escolher e entrevistar a mulher inspiradora de suas vidas. O objetivo era que, com base nos dados obtidos, elas/es produzissem um texto autoral, escrito em primeira pessoa, contando a história dessa mulher. Também foram realizadas atividades relacionadas à prevenção da violência virtual contra mulheres, com base em estudos de casos e produção de audiovisuais, em que as/os estudantes veteranos na escola (9º ano) elaboraram curtas-metragens, peças de teatro e documentários nos quais orientavam as/os estudantes mais jovens sobre como lidar com as mídias sociais digitais com ética, responsabilidade e segurança. O projeto também promoveu uma campanha de combate à violência contra as mulheres pelas redes sociais.

Depois de sua primeira edição, já em 2014, o projeto foi agraciado com o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos e com o 8º Prêmio Professores do Brasil. Em 2015, obteve também o I Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos. Em 2017, a partir do Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável entre o governo do Distrito

Federal (GDF) – por meio da Secretaria de Educação – e a Corporação Andina de Fomento (CAF), o projeto passou por uma expansão para 15 escolas da rede pública do Distrito Federal e ganhou o estatuto de Programa de Ampliação. A Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) também colabora nessa parceria como gestora dos recursos repassados pela CAF.

O programa de ampliação levou, em 2017, a outras escolas o projeto Mulheres Inspiradoras, trabalhando ativamente para a difusão de uma perspectiva de educação para a cidadania, para a equidade de gênero e para a transformação social. As ações do programa se iniciaram em 2017 com o curso de formação docente ofertado a mais de trinta professoras de diferentes componentes curriculares selecionadas para desenvolver o projeto. O curso teve como objetivo apresentar os princípios que fundamentam o programa, as metodologias e as temáticas que envolvem o projeto e oferecer orientações e subsídios para seu desenvolvimento. Outra ação do programa que merece destaque foi a distribuição de um pequeno acervo com as obras propostas pelo PMI para o trabalho de leitura nas escolas contempladas. Cada escola recebeu 21 exemplares dos livros *Não vou mais lavar os pratos* e *Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz*, de Cristiane Sobral, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, *Diário de Anne Frank*, escrito por Anne Frank e publicado por seu pai, Otto Frank, e *Malala: a menina que queria ir para a escola*, de Adriana Carranca.

Ao longo da formação, professores e professoras selecionados para realizar o projeto em suas unidades de ensino têm a oportunidade de entrar em contato com o percurso didático-metodológico proposto no projeto piloto e conhecer os princípios que nortearam sua sistematização. Esses princípios são: *i*) concepção do/a professor/a como intelectual transformador/a e autor/a da própria prática (GIROUX, 2017); *ii*) valorização do protagonismo e dos saberes prévios de estudantes (FREIRE, 2002); *iii*) compreensão de

que professores/as de todas as áreas são agentes de letramento (BORTONI-RICARDO; MACHADO; CASTANHEIRA, 2010); *iv*) fomento à leitura em sala de aula (PENNAC, 1993); *v*) concepção da escrita como prática social (GARCEZ, 2012); *vi*) utilização de metodologias ativas (BERBEL, 2011); *vii*) valorização do legado de mulheres inspiradoras em diferentes narrativas históricas e âmbitos da sociedade (HOOKS, 2018); *viii*) alinhamento com a pedagogia de projetos (PRADO, 2005); *ix*) compreensão da aprendizagem como processo (DEMO, 2006); *x*) trabalho pedagógico integrado à comunidade; *xi*) transformação da sala de aula em uma comunidade de aprendizagem (HOOKS, 2017); *xii*) educação em e para os direitos humanos; *xiii*) respeito à diversidade e promoção da equidade de gênero (AUAD, 2018). Na primeira edição, o Programa de Ampliação da Área de Abrangência do projeto Mulheres Inspiradoras chegou a cerca de 3 mil estudantes e formou 47 professoras e um professor.

Ainda em 2017, quando o projeto se transformou em programa de governo, foi necessário contar com o apoio de um grupo de pesquisa para proceder à avaliação dos resultados obtidos. A Universidade de Brasília (UnB) tem apoiado a iniciativa por meio da realização de avaliações qualitativas da aplicação do programa e de pesquisas em Análise de Discurso Crítica, em Literatura e em Educação. Compartilhamos, ao longo de quase dois anos, experiências e conhecimentos novos e inovadores, unindo o fazer/pensar/ser de professoras/es do chão da sala de aula de escolas públicas da periferia de Brasília e o fazer/pensar/ser de professoras/es e pesquisadores/as de mestrado e de doutorado por intermédio do convênio firmado pelo Programa de Ampliação da Área de Abrangência do projeto Mulheres Inspiradoras e o Grupo de Pesquisa Educação Crítica e Autoria Criativa (Gecria) da UnB.

Em 2018, o Programa de Ampliação tornou-se uma política voltada para o processo formativo de professores e professoras visando à

construção de projetos autorais. Está filiado à Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores da SEEDF-Eape e à Subsecretaria da Educação Básica (Subeb), especificamente na Coordenação de Educação do Campo, Temas Transversais e Diversidade (Coete). Para a realização da iniciativa naquele ano foram selecionadas mais 26 escolas de seis regionais diferentes de ensino e cerca de 50 professores e professoras estiveram em formação às segundas e às quintas-feiras na Eape.

A voz da autora do projeto *Mulheres Inspiradoras*: a narrativa de vida de Gina Vieira

A paixão pela palavra escrita entrou em minha vida pelas narrativas de minha mãe. Venho de uma família simples. Pai não alfabetizado, branco, nascido em Sobral, no Ceará, filho de um homem do campo, e mãe mineira, negra, nascida em Manhuaçu, filha de agricultores, que depois que migrou para a cidade grande atuou, boa parte de sua vida, como trabalhadora doméstica. Ela foi alfabetizada já adulta e só estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Meus pais viveram experiências diferentes com a leitura, mas em alguns aspectos semelhantes. Meu pai teve a possibilidade de aprender a ler porque meu avô pagava professora particular para alfabetizar os filhos. Porém, ele se ressentia de não ter conseguido levar seu processo de alfabetização a termo. Minha mãe, por sua vez, nunca pôde ir à escola na infância. Aos 5 anos, no lugar de um brinquedo, deram-lhe uma enxada para trabalhar. Cultivavam a terra alheia para obter o sustento.

Assim, os dois, por motivos diferentes, viveram a experiência de conduzir suas vidas e suas existências desprovidos dos saberes dos mais letrados. Porém, ambos eram doutores na arte de educar e ensinaram-nos

a amar a escola com todas as nossas forças. Quando os filhos foram chegando, e foram oito filhos ao todo, minha mãe decidiu ficar em casa para cuidar de nós. Tínhamos de viver com o orçamento de meu pai, que era vendedor ambulante. Ele vendia bolachões, montado em sua bicicleta cargueira, fornecendo o produto para os pequenos comércios, quitandas e bodegas que surgiam na recém-fundada Ceilândia

Minha mãe fez questão de ficar em casa para cuidar de nós porque acreditava que, se delegasse essa tarefa a outra pessoa, não haveria o zelo pretendido por ela. E foi assim, ficando conosco em casa, que ela se tornou contadora de histórias. Contava histórias de assombração, de almas penadas, de “mula sem cabeça”. Eu ficava apavorada com as narrativas. Ia dormir com medo. Tinha pânico de andar no escuro, mesmo dentro de casa, à noite. Mas como eu amava aquelas histórias!

Ela contava também acontecimentos de sua própria vida, de sua infância. Falava sobre como era difícil trabalhar na roça, na “panha” de café, as dificuldades que enfrentava por viver de favores, na casa de um tio, trabalhando à exaustão para garantir o teto e o prato, sem jamais receber o afeto esperado. Contava-nos como ela, já adulta, desejava aprender a ler e a escrever. Dizia-nos que pegava um pedaço de jornal ou qualquer outro papel que tivesse letras impressas e mostrava a um e a outro, pedindo-lhes que dissessem para ela que letras eram aquelas. O desejo que ela tinha por aprender a ler era tão grande que foi em busca de alcançá-lo, quando já adulta; aprendeu as primeiras letras com a ajuda da irmã mais velha e pôde, também, frequentar classes do extinto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) – projeto do governo federal brasileiro para alfabetização de adultos durante a ditadura militar no país.

Os únicos livros aos quais ela pôde nos dar acesso foram a Bíblia e os livros didáticos. Durante muito tempo ela não frequentava igrejas,

sentia-se decepcionada com o racismo manifestado em algumas delas: “Como podem exigir que eu tenha um cabelo longo como um véu se o meu cabelo é crespo e só cresce para cima?”, ela dizia. Mas não abria mão de que conhecêssemos a palavra de Deus. Nós a líamos todos os dias. Ela sentava e lia em voz alta para que ouvíssemos. À medida que alguns passavam a ser alfabetizados, ela os convidava a lerem também.

Meu pai veio para Brasília à época da construção da cidade. Trouxe uma quantia de dinheiro razoável para começar uma vida nova por aqui. Ele queria construir a própria autonomia e sair da dependência de meu avô. O fato de não ser alfabetizado o fez ser vítima fácil de golpistas. Perdeu todo o dinheiro que havia trazido e, por um sentimento de dignidade, disse que não voltaria para o Ceará com “uma mão na frente e outra atrás”, e por aqui ficou. Assim, os dois, cada um a seu modo, sabiam bem a falta que a escola e o saber formal faziam.

Dessa maneira, ter uma vida limitada pelas imposições aos que não sabem ler fez com que minha mãe e meu pai apresentassem a leitura a mim e a meus irmãos como a coisa mais importante do mundo. A forma como falavam da leitura me fazia crer que quem lia era alguém iluminado, com superpoderes, alguém capaz de vencer tudo e todos. E eu passei a desejar entrar na escola como se isso fosse, de fato, a coisa mais importante da minha vida.

Minha irmã, dois anos mais velha que eu, já sabia ler, já frequentava a escola. Eu a via como um ser mágico, superior. Eu queria muito aquilo para mim. Porém, quando entrei na escola, uma pequena escola pública próxima à minha casa, descobri que ler não era tarefa fácil. Ao debruçar-me sobre as letras, expostas na cartilha de alfabetização, elas não faziam nenhum sentido. As palavras escritas não eram tão eloquentes quanto os meus me haviam contado. Para mim, elas eram silenciosas. Não diziam

nada. Quando cursei a primeira série, parecia que todos sabiam ler. Parecia que toda a minha turma era alfabetizada, menos eu. Passei a ter pavor de que a minha professora descobrisse a minha ignorância. Tinha medo de que meu desconhecimento das letras fosse exposto.

Recordo-me de que a professora colocava textos no quadro e tomava a nossa leitura. Eu ficava atenta, ouvindo a leitura de outras crianças, e decorava as pequenas histórias que elas liam para que, quando chegasse a minha vez de ler, eu o fizesse de forma a convencer a minha professora de que, assim como as outras crianças, eu já sabia ler. Só eu sei a luta que era para decorar aqueles textos! Eu suava frio, ficava tensa a aula inteira.

Fui aprovada para a segunda série com notas medíocres. Mas, felizmente, na série seguinte tive uma professora que iluminou meus dias na escola. Ela percebeu as minhas fragilidades e ofereceu-me o acolhimento afetivo que eu precisava para vencer o medo de aprender. À ocasião, eu havia me transformado em uma criança silenciosa, quieta, pelos recorrentes episódios de agressões e xingamentos motivados pela cor da minha pele, pelo meu cabelo crespo e pelas roupas puídas que eu vestia. Fui me silenciando na esperança de que as agressões cessassem. Uma das minhas fantasias de infância era ter o poder de tornar-me invisível para que as pessoas não me vissem e, portanto, aquelas situações tão recorrentes de agressão deixassem de acontecer. Essa professora percebeu-me apesar do meu silêncio. Foi tão amorosa que me colocava no colo e ensinava-me com uma paciência e um zelo jamais percebidos por mim antes.

A partir daquele momento fui resgatando a ideia implantada por minha mãe em minha cabeça de que a leitura poderia trazer sentimento de realização e alegria. Foi como ter um grande clarão. Aprendi a ler, a escrever e, o mais importante, passei a obter prazer naquilo. Ali, naquele momento, passei a crer também que ser professora era a coisa mais

relevante que o ser humano poderia querer ser na vida. E defini um sonho a perseguir: eu seria professora para ajudar outras crianças a se libertarem do medo de aprender. Eu queria ser professora para ajudar crianças a acordarem os sentidos guardados nas letras, nas palavras, nos textos.

Dessa forma, depois que aprendi a ler, à medida que fui cursando as séries seguintes, estabeleci como meta não deixar que meus irmãos, mais novos que eu, vivessem o sofrimento que eu havia vivido. Assim, a partir dos meus 8 anos de idade, brincando de escolinha com eles, ensinei-os a ler, a escrever, a somar e a subtrair. Eles entraram na escola alfabetizados, e um deles foi até mesmo passado para uma série seguinte dada sua desenvoltura na leitura de textos.

Depois da aprendizagem consolidada, passei a transitar com mais segurança no mundo da leitura. Adotei a prática de escrever diários. A essa altura minha mãe teve de voltar a trabalhar, e ela trazia da casa de suas patroas agendas usadas que elas lhes doavam. Eu pegava aquelas agendas e nelas passei a guardar os meus segredos. Eu escrevia o que acontecia comigo todos os dias e lia, relia, escrevia, lia novamente. Aquilo me acalmava, dava-me prazer.

Depois, meu acesso ao material de leitura foi ampliado porque os meus dois irmãos começaram a trabalhar como jornalheiros. Traziam gibis velhos para casa e eu amava lê-los. Devorava as histórias da Turma da Mônica, eram as minhas preferidas. Mas também gostava das histórias de Walt Disney.

Com muito custo realizei o sonho de ser professora. Estudei na Escola Normal de Ceilândia dos 15 aos 17 anos. Com 18 anos prestei meu primeiro concurso público para a Fundação Educacional do Distrito Federal. Aos 19 anos já estava em sala de aula.

Atuei como alfabetizadora durante seis anos e, em 1996, recebi o convite de uma amiga para trabalhar em uma biblioteca como professora

articuladora de projetos literários. Não tinha muita noção do que seria aquilo, mas aceitei o desafio pela possibilidade de fazer algo diferente. Na ocasião, as políticas públicas para a formação de leitores/as ganharam uma força nunca vista em Brasília. Começaram a ser oferecidos cursos de formação para professores/as atuantes em biblioteca, cursos para professores/as regentes trabalharem na perspectiva de formação do aluno leitor.

Passei a fazer todos os cursos oferecidos, ir a todas as palestras. E foi nessa ocasião que me dei conta da minha ignorância em relação ao texto literário. Eu havia passado pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio sem ter criado laços com a literatura. Recordo-me de duas professoras de português, nos anos finais do Ensino Fundamental, que nos incentivavam a ler. Uma trabalhava com os livros da Série Vagalume, na 5ª série, e a outra trabalhava com as Histórias para gostar de ler, na 7ª série. No Ensino Médio, estudávamos literatura, mas sem o contato com o texto literário. Só teorias, todas estudadas no manual didático de Douglas Tufano.

Nesse período, nos cursos e nas palestras de formação oferecidos, ouvi a fala de muita gente apaixonada pela literatura. Luiz Milanese, Lygia Bojunga, Ana Maria Machado, Wanderley Geraldi, Lucília Garcez. E foi em uma das palestras dadas, em que Lucília fazia parte da mesa, que alguém da plateia perguntou-lhe que obra da literatura brasileira ela considerava a maior de todas. Lucília, então, passou a falar sobre *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Mas não foi qualquer fala. Foi uma fala apaixonada, uma fala de encanto, de devoção por aquela obra. Uma fala que me envolveu e fez-me desejar ler o livro.

Somado a isso, quanto mais eu me aprofundava nos saberes relacionados à formação de leitores, mais eu tinha consciência da trajetória restrita que eu tinha na literatura. Passei a sentir-me um embuste, um engodo. “Como eu posso estar em uma biblioteca com o compromisso

de formar leitores/as do texto literário se eu mesma conheço tão pouco de literatura?” E foi nessa ocasião que eu, até então sem formação em nível superior, decidi cursar Letras – Português e Respectivas Literaturas na Universidade Católica de Brasília. Queria tornar-me uma professora de biblioteca mais competente, mas queria também experimentar aquele prazer estético sobre o qual os apaixonados pela literatura falavam.

Entrei no curso de Letras com assombro. Que mundo é esse da palavra poética, do texto literário? Tive a alegria de ter grandes mestres como Susana Souto, Sebastião Rios, Socorro Vale, que me fizeram compreender a complexidade do texto literário, sem, contudo, perder de vista a beleza dele. Tive o prazer de conhecer Machado de Assis, Clarice Lispector, Adonias Filho, Autran Dourado, Manuel Bandeira e encontrei o tão celebrado prazer estético sobre o qual eu ouvia os amantes da literatura falarem.

Em especial, o professor Sebastião Rios e a professora Susana Souto auxiliarem-me nesse processo de entendimento do texto literário ao desenvolverem um projeto voltado para o estudo de obras que tinham como temática “os sertões”. Lemos *O sertanejo*, de José de Alencar, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, e o tão esperado *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Foi um enorme achado! Lutei para vencer a dificuldade de compreensão das primeiras cem páginas e descobri naquele romance novas chaves para elaborar minha existência. Encantei-me com as máximas que atravessam a obra. Refleti sobre meu sentido no mundo quando vi Riobaldo repetir, reiteradas vezes: “Viver é perigoso, carece de ter coragem” (ROSA, 2001, p. 26).

Depois da leitura daquele romance eu nunca mais fui a mesma. Encontrei nos livros, nas obras literárias, as pontes necessárias para que eu conseguisse dialogar melhor comigo mesma. Descobri nas páginas dos romances,

nos versos dos poemas o caminho mais rico, mais pulsante para elaborar minha existência, para colocar-me no mundo com mais lucidez e coragem.

A partir da minha própria experiência com o texto literário, estabeleci a literatura como prioridade em meu trabalho como professora. Hoje, tenho como princípio básico do meu fazer pedagógico que todo projeto, toda intervenção feita na escola para promover aprendizagem e desenvolvimento dos/as alunos/as, deve ter como base a leitura. A leitura do que circunda o/a aluno/a, a leitura do mundo que ele/ela traz inscrita em si mesmo, a leitura de suas potencialidades e também a leitura do texto literário. Fui percebendo que a literatura apresenta-se como um elemento decisivo para a humanização, como uma ferramenta imprescindível ao processo de construção da nossa existência.

Assim, segui fazendo meu trabalho como formadora de leitores, coordenadora pedagógica e professora dos anos finais do Ensino Fundamental. Tudo ia bem até que, em um dado momento, passei por um longo processo de adoecimento que me afastou das salas de aula. Passei dez meses enfrentando a angústia da depressão e tentando compreender o que havia me levado para aquele lugar e para aquele estado de ânimo. Após várias reflexões, fui percebendo que meu adoecimento estava relacionado, em certa medida, ao meu contexto de trabalho. Eu sentia dificuldades para estabelecer conexão com os/as estudantes. Eu os/as percebia apenas fisicamente na escola, alienados de tudo o que era proposto para eles/elas. As condições de trabalho às quais eu estava submetida, a sobrecarga de turmas, a carga horária extenuante, tudo cooperava para que eu me sentisse triste, desmotivada e sem esperanças.

Entendi que havia chegado a uma encruzilhada: ou eu abandonaria a profissão e buscaria outro caminho que me proporcionasse maior satisfação, ou eu seguiria, mas queria seguir feliz.

Escolhi a segunda alternativa. Fui apercebendo-me de que meu lugar é no chão da escola, na sala de aula. Mas entendi, também, que minha formação até ali estava sendo insuficiente para ajudar-me a lidar com todos os desafios que me estavam sendo postos no exercício do magistério. A partir daí decidi reinventar-me. Entendi que precisava fortalecer minha formação. Inseri-me em vários cursos de extensão e em duas especializações promovidas pela Universidade de Brasília. Tornei-me especialista em Educação a Distância, em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e participei dos cursos “Gestar Português”, “Tecnologias na Educação” e “Alfabetização e Linguagem”, além de um curso sobre Juventude, Diversidade e Convivência Escolar promovido pela Secretaria de Estado de Educação em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape).

Depois dessas vivências, meu olhar para o espaço escolar e para o fazer pedagógico foi transformado. Senti ainda mais a necessidade de adotar práticas consistentes e sistemáticas de trabalho com a leitura e a escrita autoral. Buscava fugir de um paradigma de ensino de língua que passava por uma prevalência de tarefas escolares muito associadas a cópias do quadro e cópias do livro didático e uma abordagem estruturalista da língua. Ao longo da minha passagem por oito escolas diferentes, observei que aos/às estudantes eram apresentadas muitas categorias e terminologias gramaticais, mas eles/elas não eram colocados/as em situações de produção textual que lhes permitissem aplicar os conhecimentos apreendidos ou compreender como se procede à análise linguística de um texto.

Somado a isso, como parte da inserção das novas tecnologias à minha prática pedagógica, criei uma página em uma rede social para interagir com os/as estudantes e conhecer os conteúdos postados e acessados por eles/elas. Em certa ocasião, ao acessá-la, deparei com um vídeo produzido

e postado por uma aluna de 13 anos no qual ela se apresentava trajando roupas que expunham o corpo. Ela dançava uma música com forte apelo sexual e executava uma coreografia com gestos erotizados. Observei que, pelo *post*, a menina obteve centenas de visualizações e dezenas de “curtidas”². Notei também que alguns comentários postados pelas pessoas que visualizaram o vídeo eram ofensivos e depreciativos e traziam um conteúdo misógino e machista. Para minha surpresa, a estudante não percebeu nos comentários nada que a ofendesse. Ao contrário, sentiu-se valorizada e passou a fazer outras postagens, cada vez mais provocantes.

Fiquei muito incomodada com o fato de uma menina de 13 anos se expor nas redes sociais, em especial no Facebook, no qual há o risco de enormes danos. Realizei algumas pesquisas sobre o tema e descobri que aquele comportamento tem sido uma prática cada vez mais recorrente entre jovens e adolescentes – postar as próprias imagens e vídeos contendo teor sexual. Decidi, então, sistematizar um projeto que permitisse aos meninos e às meninas refletirem de forma crítica sobre o papel da mulher na sociedade e, principalmente, que lhes desse condições de ampliar seus repertórios de leitura e exercitar a escrita autoral. O princípio básico que norteou o projeto foi: se as meninas e os meninos estão tomando para si o referencial da mulher reduzida a objeto sexual, uma intervenção possível seria oferecer outras mulheres como referência para que eles e elas pudessem se inspirar.

O projeto traduziu-se em uma alternativa ao modelo educacional prevalecente que eu percebi que precisava superar. Os resultados obtidos foram positivos e incluíram a mudança de percepção da minha identidade como educadora, como mulher negra e como pessoa no mundo.

² Curtidas é o termo adotado pela rede social Facebook para demonstrar apreciação ou concordância com uma postagem.

Também percebi mudanças na identidade dos/as estudantes em relação a como eles viam o espaço escolar e as atividades propostas nas aulas de Língua Portuguesa.

Por uma pedagogia crítica de projetos

Escolhemos três tópicos relevantes que marcaram o projeto Mulheres Inspiradoras nessa trajetória de ampliação: *i*) conceito de cultura; *ii*) conhecimento crítico; *iii*) visão de futuro. Esses eixos são ampliados para realçar uma dialogia com os pressupostos da educação crítica em Freire (2002) e Giroux (1997) na perspectiva decolonial e feminista, em hooks (2017), Lugones (2014), Alzandua (2005) e Somé (2007).

Noção de cultura

A filósofa argentina Maria Lugones (2014) defende o lugar da interseccionalidade de raça, gênero e classe nos estudos decoloniais e levanta a bandeira de que é preciso lançar uma lente aprofundada na lógica da opressão, que é uma lógica categorial. Ou seja, precisamos nos libertar das categorizações que dividem o mundo e os seres baseadas em um pensamento dualista, mecânico e homogêneo. A decolonialidade é o espaço de superação das divisões, as quais existem apenas porque há uma história de dominação que narra o mapeamento de uma lógica categorial em seu funcionamento como lógica da opressão, ambas como criações ideológicas da modernidade. Resistir a essa lógica categorial de realidades binárias é o primeiro passo da resistência ao pensamento colonial.

Nesse sentido, podemos nos fazer perguntas importantes com ênfase na colonialidade do saber no que tange a uma pedagogia crítica de projeto:

i) Esse conhecimento que me é colocado me impede de compreender o mundo a partir do lugar e do modo onde e como vivo? ii) Minha experiência de vida é apartada desse saber? iii) Qual a epistemologia que me diz respeito? iv) Como sei das coisas da vida com base na minha visão de mundo e no modo de saber dos meus ancestrais?

O projeto Mulheres Inspiradoras desloca/rompe o conceito tradicional de cultura dominante ao tratar a escola como lugar social. Desperta na/o docente o desejo de olhar mais a fundo as culturas das maiorias excluídas³ e, ao fazer isso, traz o confronto já constituído e solidificado entre culturas dominantes e subordinadas, questionando as bases de um paradigma binário sob a ótica colonial de ser e de existir.

O projeto ilumina e cria espaço para a visibilização das vozes e das histórias culturais dos sujeitos participantes da comunidade escolar – pais, professores, família, vizinhança –, e isso faz com que esses sujeitos “acordem” e “enxerguem” a escola de forma diferente. Sentem-se aceitos e incluídos. Destacamos o texto de um estudante que participou da primeira edição do projeto, no qual ele relata sua experiência de participação em um dos processos pedagógicos com ênfase no potencial agentivo protagonista dentro das estratégias metodológicas adotadas. Ele se refere a um evento coletivo que ocorreu na escola; por meio de seu texto, podemos focalizar as representações discursivas de uma ação social promovida pelo projeto na voz de estudante:

Pra mim esta foi a melhor parte de todas, tá ali na frente explicando e fazendo, isso pra mim é incrível, porque eu sempre gostei muito de tá falando de tá contando para

³ Termo utilizado por Giroux (1997) como uma forma de crítica diante das chamadas minorias.

as pessoas como foi o nosso trabalho, como que é cada uma dessas pessoas, tá ali na frente, sabe, é um negócio muito legal, você tá produzindo os seus textos, os seus cartazes, os seus folders, tudo foi maravilhoso para mim, porque eu nunca tive chance, o máximo que eu tive foi ficar na frente da minha turma explicando para alguns colegas meus, e não, isso foi totalmente novo, eu expliquei para várias turmas, várias pessoas, vários professores, várias estudantes, pessoas totalmente novas que eu não conhecia e para mim foi maravilhoso, porque eu podia ir me acostumando com as pessoas, vivendo daquele jeito, descobrindo, começando a conviver mais com as outras pessoas e a partir disso o meu vocabulário foi funcionando... eu comecei super tímido, quando eu comecei a explicar, nossa! eu estava mega nervoso, super tímido, no final do dia eu tava já como se fosse um professor, eu me sentia um professor, entrava turma e saía turma... o negócio era incrível, entrava turma eu explicava, saía turma eu explicava, foi impressionante para mim (V., 14 anos, estudante do 9º ano do Ensino Fundamental).

O texto evidencia a representação positiva que o estudante constrói sobre a experiência pedagógica vivida no evento do projeto escolar. São avaliações valorativas expressas no texto em uma escala crescente de intensidade, de modo que a experiência vai sendo construída textualmente por meio do uso de termos como “incrível”; “maravilhoso”, “funcionando”. O aluno apresenta a própria ação, de modo que o conjunto semântico passa por uma intensificação, iniciando com o uso de adjetivos, seguido da estratégia da repetição de operadores modais como “totalmente” e de qualificadores como “novo” e “vários”, e, por fim, com a ênfase em processos verbais como “foi funcionando”, “podia ir

me acostumando”, “vivendo daquele jeito”, o que reforça o dinamismo e a gradação da agência do estudante no evento discursivo do projeto. Os processos verbais “explicando”, “fazendo”, “ir me acostumando”, “descobrimo”, “começando a conviver mais” contribuem para caracterizar o processo mais amplo de recontextualização⁴ por meio da transformação de elementos da prática social vinculados aos modos cristalizados e naturalizados do “ser aluno/a” a partir do cruzamento com elementos da prática social ligada à docência e ao “ser professor/a”. Vemos aqui, sob a ótica da recontextualização, um aspecto discursivo identificacional importante, o qual pode ser entendido em sua faceta emancipatória que opera para desconstruir a lógica colonial característica da posição e da prática social hegemônicas ligadas à educação, como é expresso em “como se fosse um professor, eu me sentia um professor”.

Esse modo de considerar as redes de práticas e posições que operam no projeto contribui para a superação de separações, divisões e binarismos; em outras palavras, trata-se de uma prática que opera na esteira do eixo decolonial da educação. Nas palavras de Giroux (1997, p. 39): “Isto também significa que professores, pais e outros devem lutar contra a impotência dos estudantes, afirmando suas próprias experiências e histórias culturais”.

Dessa maneira, o projeto Mulheres Inspiradoras ajuda o/a professor/a, junto a seus/suas alunos/as, a indagar, a questionar como a cultura dominante, como a lógica binária colonial ainda funciona nos dias de hoje nas escolas, nos currículos, nas práticas – como todo esse construto

⁴ O conceito de “recontextualização” foi usado por Fairclough (2003) com base em Bernstein na sua sociologia educacional (BERNSTEIN, 1990). Nesse processo, ele chama a atenção para o fato de que a recontextualização pode operar em um movimento de apropriação, transformação e colonização, o que deve ser considerado de acordo com cada contexto discursivo em foco.

vai apagando o brilho, vai silenciando as vozes, vai se apegando a mitos, mentiras (que parecem “verdades”) e injustiças no cotidiano da escola.

Esse confronto ideológico gera muitas tensões. Desloca representações de mundo que estavam adormecidas, desperta sujeitos que estavam “mortos”, que, aliás, tinham sido “assassinados” (GIROUX, 1997). Mitos como: a execução do projeto impede o trabalho em torno de conteúdos das avaliações nacionais, como PAS e Enem; ou falsas crenças (mitos criados e naturalizados cotidianamente contados e recontados) calcadas em ideias de que ser um bom profissional tem a ver com “dar conta” de todo o conteúdo, do livro didático etc.; ou mesmo injustiças como ideias que aniquilam e enfraquecem a agenda gênero-raça-classe na escola, muitas vezes julgada como “modismo”. Concepções cristalizadas que precisam ser colocadas em questão e que são problematizadas pelo projeto Mulheres Inspiradoras, como a ideia de que teoria e prática não dialogam e de que as transformações necessárias ao espaço escolar virão de soluções trazidas por pessoas externas a ele. Uma das professoras que participou da formação e aplicou o projeto na unidade de ensino em que atua destaca como o projeto se apresentou como uma possibilidade para abordar temas essenciais, alinhados à ideia de educação em e para os direitos humanos, e a relevância de ele ter sido criado por uma professora da Educação Básica. Ela diz:

Além da formação, o que mais me marcou foi saber que o projeto saiu da experiência vivida em sala de aula e não da cabeça de uma pessoa que não conhece de perto esse universo. Não foi criado a partir de uma situação hipotética, mas sim de uma preocupação real, e teve um cuidado todo especial em não ditar regras engessadas e rigorosas, pois o projeto pode ser adaptado para a realidade de cada

escola, de cada sala de aula, de cada aluno. E quanto mais se trabalha o tema, mais ideias de valorização dos direitos humanos e de cidadania vão se agregando ao eixo central, que é a igualdade de gêneros, o empoderamento feminino e a valorização da mulher (D., professora do 1º ano do Ensino Médio no CEM 1 do Riacho Fundo).

Conhecimento crítico

O conhecimento deve ser ligado à questão do poder. Giroux (1997, p. 39) destaca que “o conhecimento crítico ajudaria a elucidar como tais grupos puderam desenvolver uma linguagem e um discurso oriundo de sua própria herança cultural parcialmente distorcida. O que essa sociedade fez de mim que eu não quero mais ser”? As educadoras e educadores críticos precisam questionar suas fidelidades, seus vínculos às verdades epistemológicas às quais estão filiados, presos, enganchados. Suas concepções são abertas? Dialogam com outras visões de mundo, com outros saberes? Estão a serviço da libertação? Do sentimento de pertencimento?

Ecoamos neste momento com bell hooks ao chamar o amor de volta aos estudos científicos das ciências humanas e sociais de linha crítica. Para hooks (2006), o lugar do amor nas lutas pela libertação precisa ser resgatado, pois a ética do amor intervém naquele nosso desejo autocentrado e egoísta para a mudança. É preciso abraçar a mudança, como afirma hooks, ou abraçar a comunidade, como Sobonfu Somé (2007) conclama. As lutas partidas em nossos interesses e em nossas agendas pessoais contribuem para o fortalecimento da opressão e dos modos coloniais da existência. Nesse sentido, o projeto Mulheres Inspiradoras atua com foco emancipatório sobre as interconexões e as interdependências dos sistemas de dominação que tiram a força e a energia vital do ser, e não apenas do

negro, da mulher ou do pobre. O foco é o ser humano e a luta é contra a desumanização desse ser em nome da bandeira da opressão, da dominação e do poder de uns sobre os outros. Nessa perspectiva, uma estudante do Ensino Médio, com 15 anos de idade, fala sobre a experiência de ter entrado em contato com o projeto, de ter vivenciado a metodologia proposta por ele e do impacto disso na sua percepção das opressões e dos constrangimentos a que estava sendo submetida por ser mulher.

Através da arte e da força feminina que eu encontrei escondida e empoeirada, eu posso me reconstruir e aquecer os sonhos que eventualmente congelei comigo. Agora é tudo diferente. Antes eu precisava de uma razão para viver, precisava que alguém estivesse do meu lado o tempo todo, era escrava da aprovação dos demais e precisava de um modelo a ser seguido, porque eu repudiava o que eu sentia, odiava o que eu era e simplesmente me renegava [...] existem coisas que a força que nos move traz como presente pra nós, e, sim, tudo isso tem sido um presente, cujas marcas eu hei de carregar o resto da minha vida. Foi humano, foi acolhedor, foi mulher e foi força. Obrigada, mil vezes, pois graças a este projeto Mulheres Inspiradoras eu passei a me reconhecer e a me enxergar como uma mulher inspiradora também (G., estudante do Ensino Médio, 15 anos).

Ao abraçar a mudança, não podemos deixar pontos cegos nos guiarem e nos dividirem, pois corremos o risco de abraçarmos armadilhas, já visualizadas por Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do oprimido*: a falsa coragem que defende a liberdade, mas que esconde o medo de perder um lugar “seguro”. Ao longo do projeto, durante a formação, reiteradas vezes foi destacada a razão primeira que motivou a sua criação: a necessi-

dade de construir outro paradigma educacional, a urgência em reinventar o fazer pedagógico, correndo todos os riscos inerentes a essa escolha. Professores e professoras foram, assim, motivados a pensar sobre seu trabalho em uma perspectiva de avaliar o potencial humanizador do que fazem, em uma perspectiva de reflexividade, como aponta a fala de uma das professoras aqui destacada:

Agora que está repleta de ideias, planos e sonhos é hora de organizar e colocar tudo isso para funcionar. Não se perder nisso tudo será seu maior desafio. O mais engrandecedor não obstante é que tudo se soma perfeitamente a tudo o que você já vem plantando e perseguindo na vida: a busca por um mundo mais diverso e sem opressão (A., professora do CED 07, Taguatinga, Ensino Médio).

Nesse sentido, as experiências construídas em sala de aula no projeto Mulheres Inspiradoras estão ligadas a processos profundos e sutis de mudanças de identidades que operam no âmbito da decolonização do “eu” dos sujeitos participantes. Maria Lugones (2014) relaciona a colonização do ser à ideia de desumanização desse ser, ou seja, abrange aspectos ligados à redução ativa da agência das pessoas com foco em questões articuladas na intersecção raça-classe-gênero.

Para pensar um processo de decolonização do ser é preciso tecer um caminho que vai de encontro à *i*) colonização das memórias; *ii*) colonização da relação do ser com o mundo e com a Terra; *iii*) colonização das noções de si e das pessoas; e, finalmente, *iv*) colonização das relações entre seres humanos. O projeto Mulheres Inspiradoras propõe um método ativo e coletivamente construído para palmilhar esse caminho decolonizador por meio do resgate das memórias de vida da comunidade escolar

por meio da abertura de novas possibilidades de relações humanas, materiais e simbólicas. Gina realça as raízes dessa construção ao retomar sua própria origem por meio de dona Djanira, sua mãe, a qual ganha voz no exercício reflexivo da própria filha:

Ter uma vida melhor... eu nem sabia direito o que significava ter uma vida melhor, mas a minha mãe falava disso com tanta clareza, contundência, com tanta persuasão que eu passei a desejar ter uma vida melhor. Eu imaginava que ter uma vida melhor pudesse ser dispor de sabonete para tomar banho, dispor de sapatos novos para calçar, não precisar comprar roupa usada, saber o que era comer uma maçã, por exemplo. E isso já bastava para que eu fosse atrás de uma vida melhor (ALBUQUERQUE, 2015, p. 15).⁵

Como clama Glória Anzaldúa (2005, p. 705) em sua linguagem poética desencaixada dos padrões acadêmicos de escrita,

[...] não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido. [...] A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a nova consciência, teremos que deixar a margem oposta como o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia (ALZANDÚA, 2005, p. 233).

⁵ Esse trecho faz parte de um trabalho acadêmico escrito por Gina em 2015.

Visão de futuro

Para pensarmos em processos educacionais de decolonialidades, podemos caminhar um pouco mais refletindo com Maria Lugones (2014), tomando consciência de que, para decolonizarmos esses poderes dominantes e opressores, é necessário encarar a resistência não como fim da luta, mas como começo. A feminista chicana Glória Alzandúa (2005) também afirma que o contrapositionamento é um passo em direção à liberação da dominação cultural, mas que não deve ser encarado como meio de vida. Até hoje, os estudos discursivos voltaram-se para a compreensão dos processos negados a subjetividades opositoras: legitimidade, autoridade, voz, sentidos e visibilidades – mas o que fazer com esses estudos? Aqui entra a articulação dos processos decoloniais do saber e do poder. Com Lugones (2014), vamos compreendendo a infrapolítica como a jornada do ser para voltar para dentro a fim de traçar uma nova política de resistência que não toma os ideais opositoras como sua meta, mas como seu começo. É assim que podemos revelar potencialidades das comunidades que recusam significados dados. Desse modo, construímos uma nova política, centrada em reexistências decoloniais.

E foi nesse momento que a professora Creusa irradiou a minha vida de esperança [...] eu via algo que ainda não tinha percebido nos olhos que me enxotavam, me empurravam e me xingavam pelo simples fato de ser negra e pobre. Hoje me pergunto se ela tinha uma sensibilidade tal que percebeu a minha tentativa de me esconder e de me tornar invisível e compreendeu a origem desse sentimento. Hoje me questiono se ela, ser ela mesma uma mulher negra, em um mundo tão preconceituoso e racista a fez ver em

mim a dor que ela talvez já carregasse. O fato é que ela me deu o acolhimento afetivo que eu precisava para crer que poderia aprender e que tinha algum valor, a despeito do que eu ouvia todos os dias, a todo momento, na escola (ALBUQUERQUE, 2015, p. 19).

Não se trata de apenas destituir os mitos, mas atingir, focar os desejos; desejos que se ligam ao “anseio por uma nova sociedade e novas relações sociais, relações livres da patologia do racismo, discriminação sexual e dominação de classes” (GIROUX, 1997, p. 40). Sobre o abraço da comunidade, Somé (2007, p. 40) nos ensina: “A maior parte das vezes, nossas crises não são complicadas. Quando as mantemos escondidas, elas vão crescendo a cada dia, e depois começam a nos estrangular. Então precisamos estar abertos a outras pessoas para que nossos relacionamentos funcionem”. O projeto Mulheres Inspiradoras colabora para a construção desse olhar no seio da educação.

Segundo hooks (2017), a comunidade de aprendizado tem como um grande propósito abraçar o multiculturalismo e a mudança. Um pouco do quanto o projeto anuncia de mudança é mencionado por uma das professoras em formação:

A cada nova dinâmica, a cada novo conceito, a cada nova apresentação de novos espaços você irá entrar num processo profundo de transformações pedagógicas com quebras dolorosas de conceitos e construções árduas de tantos outros. O nome desse processo é crescimento, e crescer dói muito (M., professora do 7º ano do CEF 34, Ceilândia).

Significa substituir o foco em segurança pela sensação de um compromisso partilhado e de um bem comum que nos une, o que está na base

de uma educação crítica e holística (VIEIRA; DIAS, 2017). Trata-se de reconhecer o valor de cada voz individual dos/as alunos/as, dos/as docentes e de outros membros da comunidade escolar, em diferentes gêneros textuais, orais e escritos, sejam eles biografias, diários de bordo, memoriais de leitura, escritas literárias... O importante é o gesto de ouvir um ao outro, pois, segundo a educadora crítica, o som de vozes diferentes é um exercício de reconhecimento que garante que nenhum/a aluno/a permaneça invisível em sala. Ilustrando como a proposta de ouvir o outro é materializada no projeto Mulheres Inspiradoras, uma das professoras participantes do Programa de Ampliação em 2017 afirma:

Vejo no projeto Mulheres Inspiradoras uma fonte muito rica de saberes que poderemos trabalhar com nossos alunos de forma mais sistematizada e coerente; uma forma de trabalhar as questões de gênero, de valorizar a imagem e a importância da mulher em nossa sociedade e em nosso país; uma forma de aproximar ainda mais a nossa comunidade da nossa escola, uma forma de autoconhecimento, pois, conhecendo um pouco mais a história de cada professor/a, de cada aluno/a e de cada responsável por nossos estudantes, poderemos minimizar os conflitos e angústias que constantemente se fazem presentes no ambiente escolar (M., vespertino, CILC de Ceilândia).

O currículo que traz em seu cerne uma perspectiva crítica impacta nos modos de conhecer e nos modos de ser e, assim, torna-se possível construir/pertencer a uma nova comunidade de aprendizado. A pensadora hooks discute essa perspectiva ao afirmar que “o multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula” (HOOKS, 2017, p. 65).

De acordo com hooks, temos, como professores/as, de abrir mão do nosso desejo secreto de ser amados/as pelos/as alunos/as e de nossa necessidade de afirmação imediata de sucesso no ensino. Trata-se de construir um processo novo. Leva um tempo para que os/as alunos/as sintam esse desafio como positivo. No contexto de aprendizagem multicultural, os/as professores/as e alunos/as têm de aprender e aceitar diferentes maneiras de conhecer novas epistemologias.

Considerações finais

Giroux (1997) e outros educadores críticos, como Paulo Freire (2002) e bell hooks (2017), lembram-nos da importância das alianças, das vinculações entre professores para juntos atuarem no processo de democratização da escola. O isolamento dos professores mina as possibilidades de construir os discursos da resistência, da mudança, da emancipação. O processo de separação entre professores/as e alunos/as está ligado a um processo ideológico de fragmentação (THOMPSON, 1995). A divisão em dois mundos, como o teórico e o prático, a universidade e a pesquisa de um lado e o/a professor/a e sua práxis de outro, contribui para validar a lógica da colonização do discurso educacional tradicional; contribui para separar o que é inseparável quando o que se pretende é o trabalho pedagógico crítico e comprometido com a mudança social.

O projeto Mulheres Inspiradoras trabalha, portanto, com foco nas alianças entre professores/as e professores/as, entre professores/as, alunos/as e comunidade escolar, entre pesquisa e ensino, entre teoria e prática, trabalhando a favor de uma significativa comunidade de aprendizado que o projeto ajuda a criar. Traça um caminho metodológico inovador, crítico e criativo voltado para a decolonização do ser, com base em transgressões de poderes e de saberes legitimados.

As vivências relatadas e analisadas ao longo dessa experiência pedagógica inovadora revelaram que os/as alunos/as desafiaram todo o espaço educacional diante da abertura de um novo *sentir* em sala de aula; todos foram instados a praticar compaixão, empatia e humildade. Há dor em abandonar velhas formas de pensar e de saber. Educadores críticos devem respeito a essa dor, pois em uma pedagogia crítica decolonial toda dor precisa ter lugar. Este trabalho parte de uma visão de relações orgânicas e sistêmicas em que é preciso assentir para a vida e “tomar” a força dos que vieram antes de nós e abriam nossos caminhos de vida. Só assim é possível fortalecer os conceitos de comunidade, sociedade e humanidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Gina. *Projeto Mulheres Inspiradoras: o fortalecimento da identidade dos estudantes e das estudantes por meio da pedagogia de projetos*. Monografia de final do curso de especialização Letramentos e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais (6ª a 9ª série). CFORM: Universidade de Brasília (UnB), 2015.

ALBUQUERQUE, Gina. *Projeto Mulheres Inspiradoras: o papel da educação na promoção da equidade de gênero*. Artigo apresentado na disciplina Saúde Mental, sob orientação da profa. Valeska Zanella. Universidade de Brasília (UnB), 2018.

AUAD, Daniela. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza/rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), p. 320, set.-dez. 2005.

BERBEL, Neusi Aparecida. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jul. 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. *Formação do professor como agente letrado*. São Paulo: Contexto, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DE LAURETTIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

DEMO, Pedro. *Formação permanente e tecnologias educacionais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. *Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. *O amor como prática da liberdade*. Nova York: Routledge, 2006. p. 243-250. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

PRADO, Maria Elizabette Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Biancocini de; MORAN, José Manuel (Org.). *Integração das tecnologias na educação*. Brasília: Ministério da Educação/Seed/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odyseus Editora, 2007.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIEIRA, Viviane; DIAS, Juliana de Freitas. Análise de discurso crítica e filosofia da meta-realidade: reflexões sobre ética e identidades. *Polifonia*, v. 23, n. 33, p. 51-69, 2016.

5

Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres

Débora de Carvalho Figueiredo

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, as constituições e os regimes jurídicos de muitos países, assim como leis e tratados internacionais, têm se comprometido com a cidadania igualitária para mulheres e homens. Apesar disso, existe uma distância considerável entre esse comprometimento formal com o princípio dos direitos iguais para todos e com a luta contra a discriminação de gênero e as desigualdades concretas experimentadas pelas mulheres em suas vidas cotidianas.

Esse descompasso se dá porque os próprios conceitos de gênero, igualdade de gênero, cidadania e igualdade de cidadania são objeto de constante luta e contestação, como evidencia a atual onda de manifestações fascistas relativas a gênero que vivemos no Brasil. Para me situar nesse campo tão disputado, adoto a noção de cidadania igualitária como um padrão que engloba a cidadania formal, ligada a um território com fronteiras fixas, mas também uma noção mais substantiva, ou mais ambiciosa,

de cidadania, que inclui direitos, benefícios, deveres e obrigações que os membros de uma sociedade esperam compartilhar, mas que também ambiciona alcançar a inclusão, o pertencimento, a participação e a afiliação de todos na comunidade cidadã (MCCLAIN; GROSSMAN, 2009).

Apesar das conquistas dos últimos cinquenta anos em termos de igualdade formal, a cidadania igualitária ainda é impedida por problemas estruturais causados por desigualdades de gênero, raça, classe, entre outros. No terceiro milênio, as mulheres continuam impedidas de gozar de uma cidadania plena devido a problemas como a feminização da pobreza, a divisão desigual do trabalho doméstico, o não reconhecimento dos cuidados como trabalho a ser remunerado, a violência doméstica, a falta de acesso das meninas e das mulheres à educação formal e a carreiras de poder, a baixa representatividade das mulheres na vida política, para citar apenas alguns. Em resumo, as desigualdades de gênero e de poder permanecem entrincheiradas em três esferas fundamentais do mundo social: a esfera doméstica, a esfera do trabalho e a esfera da política representativa.

Como feminista, neste capítulo discuto alguns dos entraves e dos desafios para a cidadania das mulheres, sobretudo no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, tomando como objeto o discurso jurídico, abordado aqui a partir do cotejo entre teorias jurídicas feministas e os estudos críticos do discurso.

Teorias jurídicas feministas

As teorias jurídicas feministas propõem-se a considerar o papel do direito na conquista da igualdade de gênero. A pergunta básica é: é possível conquistar a igualdade de gênero judicialmente? Para responder a essa questão, as perspectivas feministas reconhecem a complexidade

das estruturas e das relações de poder nas sociedades contemporâneas e se voltam para as formas como essa complexidade gera hierarquias de gênero e para o papel que a lei e o Direito podem ocupar no combate às desigualdades e na conquista, ambiciosa, da cidadania plena.

Com relação à cidadania, algumas propostas feministas atuais concebem o poder como fenômeno multifacetado que demanda uma análise das condições internas necessárias para o exercício da agência de cada cidadão e das condições externas necessárias para garantir o gozo da liberdade. Em outras palavras, abordagens feministas transformaram o Direito não apenas numa ferramenta de lutas de gênero, mas também num espaço dessas lutas.

A partir dos anos 1960, os movimentos pelos direitos civis em vários países engajaram-se na produção de teorizações críticas e ativismo político que atingiram todas as instituições sociais, incluindo o sistema jurídico. Desde então, as desigualdades de gênero e os direitos das mulheres tornaram-se um dos principais *fronts* das lutas sociais, e os movimentos feministas passaram por diversos estágios e tendências, tanto em termos teóricos quanto em termos das pautas e práticas militantes (MOTA DE SOUSA, 2014).

As lutas pelos direitos das mulheres no campo da justiça formal foram capitaneadas, nos anos 1960/1970, pelo *feminismo liberal*. Uma vez que, por séculos, a lei usou o argumento da diferença para justificar o tratamento desigual entre mulheres e homens, o feminismo liberal adotou o princípio da igualdade formal para lutar contra a discriminação, ou seja, o argumento era que a lei deveria reparar situações discriminatórias declarando que as mulheres eram iguais aos homens em direitos e obrigações. O feminismo liberal, portanto, exigia que a lei oferecesse resposta a casos concretos de discriminação salarial, trabalhista ou relativa a benefícios

sociais. Em termos de conquistas para os direitos das mulheres, o feminismo liberal, mais do que criar um novo espaço, conquistou aberturas num espaço já existente (por ex., no mercado de trabalho).

Entretanto, as desigualdades de gênero mostraram-se resistentes às reformas legais propostas e conquistadas pelo feminismo liberal de segunda onda, revelando-se muitas das vezes como igualdade *de jure*, mas não *de facto*. A igualdade formal mostrou-se insuficiente para lidar com situações particulares em que a diferença precisava ser levada em consideração, o que deu origem ao *feminismo da diferença*, cunhado por Carol Gilligan na década de 1980.

Para o feminismo da diferença, certos tipos de tratamento “especial” (por ex., licença maternidade; quotas de gênero na política representativa) são políticas sociais que têm a igualdade como efeito ou meta, não como ponto de partida (diferente da visão do feminismo liberal, que propunha a igualdade formal como condição primeira dos indivíduos).

Além do feminismo da diferença, a partir dos anos 1980 outra corrente feminista surgiu na luta pelos direitos das mulheres: o *feminismo radical*. Para o feminismo radical, a questão não é se a lei gera desigualdade para as mulheres, mas se a lei gera dominação para as mulheres. Para as feministas radicais, as mulheres estão subjugadas ao poder masculino, e as relações heterossexuais são o mecanismo central de reforço dessa opressão. O feminismo radical foca muito mais as desigualdades de poder do que as diferenças: da perspectiva do feminismo radical, o que mais distingue homens e mulheres é o desequilíbrio de poder, e a desigualdade é uma questão de distribuição de poder. Para essa vertente do feminismo, os homens exercem intencionalmente seu poder sobre as mulheres porque obviamente auferem benefícios e vantagens com essa opressão (MOTA DE SOUSA, 2014).

A partir dos anos 1990, mais uma corrente juntou-se às teorizações feministas já existentes: o *feminismo pós-moderno*. Para o feminismo pós-moderno, tanto o feminismo cultural, que associa a diferença na mulher à experiência da maternidade, quanto o feminismo radical, que liga a dominação feminina à subordinação sexual, são verdades parciais que não consideram a totalidade das experiências vividas pelas mulheres. O argumento do feminismo pós-moderno é que nem todas as mulheres serão mães, e nem todas terão relações heterossexuais com subordinação sexual, daí o argumento de que é necessário expandir a luta por igualdade para alcançar outros sujeitos sociais e outras formas de opressão e desigualdade não ligadas à heterossexualidade e à maternidade, por exemplo, as opressões e as desigualdades vividas por homossexuais e pessoas trans.

Assim como Foucault questionou a capacidade emancipadora dos princípios modernos de autonomia, liberdade e justiça, que supostamente seriam garantidos pela lei, também o feminismo pós-moderno, ou pós-estruturalista, questiona a capacidade do Direito de promover a emancipação e a libertação da mulher. Talvez a contribuição mais importante do feminismo pós-moderno para o campo da lei seja o combate ao essencialismo e a afirmação do direito à diversidade, do direito de não ser assimilado por nenhuma categoria e do direito de exercer a identidade de gênero para além do binarismo masculino-feminino (EICHNER, 2009).

Outra corrente que tem ganhado bastante força é o feminismo negro. Segundo Carneiro, a diversificação das concepções e das práticas políticas que a ótica das mulheres de grupos subalternizados (e.g. negras e indígenas) introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos

políticos e exige o reconhecimento da diversidade e das desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003).

Atualmente tem se falado em uma quarta onda do feminismo, que pode ser chamada de *feminismo transnacional*. Muitas feministas perceberam que decisões tomadas em um território frequentemente provocam impacto na vida de mulheres fora dele. Essas feministas também perceberam a força da opinião pública transnacional, que atravessa fronteiras por intermédio dos meios de massa globais e da cibertecnologia, como foi o caso da greve internacional das mulheres e da marcha mundial das mulheres em 2017. Sob o *slogan* “direitos das mulheres, direitos humanos”, feministas ao redor do mundo estão conectando lutas contra práticas patriarcais locais com campanhas para reformar o direito internacional. Nessa fase, uma preocupação maior é com o desafio às injustiças interligadas geradas pela má distribuição e pelo não reconhecimento.

A atual fase dos feminismos torna visível uma terceira dimensão da justiça de gênero além da *redistribuição* e do *reconhecimento*. Fraser (2007) chama essa terceira dimensão de *representação*. O feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada.

A quarta onda do feminismo, com forte atuação das feministas latino-americanas (por ex., o movimento #NiUnaMenos), assume a luta de outras mulheres como lutas próprias. Com a criação dessa rede internacional, podemos alcançar o que Fraser chama de feminismo dos 99%, ou seja, um feminismo sem lideranças, feito pela maioria e para a maioria. Para Fraser, esse conceito deve ser aplicado a todos os movimentos sociais: LGBTQs, indígenas, ambientalistas, numa luta comum para abolir as hierarquias e criar formas não capitalistas de fazer política.

Discurso, gênero e poder: o direito como mecanismo gerante

E onde entra o discurso nessa discussão? Em termos de afinidades teóricas, os estudos do discurso e as teorias feministas aproximam-se particularmente na proposta do feminismo pós-moderno, corrente que toma a linguagem e o discurso como conceitos centrais na análise do ordenamento social e jurídico. Para o feminismo pós-estruturalista, a linguagem é importante não como um conjunto de palavras ou vocábulos, ou como um conjunto abstrato de regras gramaticais, mas como um sistema gerador de significados e de sentidos. Os estudos discursivos críticos e o feminismo pós-estruturalista também compartilham a definição de discurso como um conjunto de afirmações, termos, categorias e crenças sobre a realidade, ligado ou a uma base ideológica (e.g. discurso sexista, discurso fascista) ou a uma base institucional (e.g. discurso jurídico, discurso médico, discurso jornalístico).

Longe de serem neutros ou desinteressados, os discursos, como formas situadas de ver, pensar e representar a realidade, vão constituir nossas visões de mundo, nossas relações sociais e nossas identidades. Na medida em que a elaboração de sentidos envolve conflitos de poder e de força, as identidades hegemônicas, incluindo as identidades hegemônicas Mulher e Homem, são produzidas justamente por aquelas instituições que têm o poder de determinar os sentidos dominantes e de produzir conhecimento supostamente objetivo. Os grupos sociais detentores de maior poder são aqueles capazes de examinar, avaliar e punir as ações de outros grupos, por exemplo, por meio das instituições do aparato de governança (RESENDE, 2017), como é o caso do Judiciário.

Partindo da visão do poder como um efeito discursivo, na perspectiva pós-estruturalista, os sujeitos, ao interagirem com o social, internalizam

as forças disciplinares normalizadoras e estilizam suas identidades, como diria Stuart Hall (2004), adaptando suas preferências ao *status quo* e ao que o *status quo* lhes permite, sempre dentro de fronteiras bem delimitadas de classe, gênero, raça, etc. A diferenciação dos seres humanos por gênero é fundante da nossa forma de compreender e negociar a ordem social. Ou seja, ainda que do ponto de vista pós-estruturalista a diferenciação por gênero seja vista como construção ideológica, como efeito discursivo, ela é determinante para a estrutura binária da linguagem, dos significados e da compreensão do mundo.

Como participantes ativos do processo de diferenciação de gênero, podemos afirmar que a lei e o Direito são *gendrados* (isto é, marcados por especificidades de gênero), mas também são mecanismos *gendrantes* (ou tecnologias de gênero, nos termos de Teresa de Lauretis), isto é, a lei e o Direito são criadores e replicadores de especificidades e posições de gênero (SMART, 1992). Meu interesse, como analista feminista de discurso, é compreender o papel da linguagem e do discurso no funcionamento do Judiciário como mecanismo gendrado e gendrante.

Do ponto de vista discursivo, no funcionamento do sistema jurídico há uma luta para fixar a compreensão e a representação de gênero, sobretudo no que se refere aos significados relativos à diferenciação dos gêneros. Por conta disso, a análise crítica e feminista do discurso jurídico deve focar as estratégias da lei e do Direito para fixar o gênero dentro de sistemas rígidos de significado. Sobre o caráter gendrante do discurso jurídico, Allen afirma que ele

[...] incorpora a divisão sexual não apenas no que a lei e o Direito podem “fazer” de forma legítima, em termos de provisões e procedimentos, mas também, e mais

profundamente, no que a lei e o Direito podem argumentar com razoabilidade. Entretanto, abaixo desses podemos traçar um terceiro e mais profundo nível de divisão sexual no discurso jurídico – o nível daquilo que a lei e o Direito podem pensar de forma inteligível. O que esses argumentos revelam é que, em última análise, o discurso jurídico simplesmente não consegue conceber um sujeito para o qual o gênero não seja um atributo determinante: a lei simplesmente não consegue pensar sobre tal sujeito (ALLEN, 1987, p. 30).

Segundo Foucault (1987), os sistemas jurídicos de poder regulam a vida política em termos negativos, pela limitação, pela proibição, pelo controle e pela proteção dos seus destinatários, e ao fazê-lo produzem e reproduzem os próprios atores sociais que estão sujeitos a eles. Assim, a Justiça é entendida não apenas como possível aplicadora de leis mais igualitárias, ou um meio para alcançar a igualdade de gênero, mas como parte ativa da própria criação e fixação das diferenças polarizadas de gênero. Nesse sentido, a categoria “Mulher”, com M maiúsculo, uma categoria abstrata e ideal, é uma posição de gênero produzida também pelo Direito. Ou seja, o ordenamento jurídico pode ser descrito como coautor, juntamente com outras instituições como a ciência, a religião e a família, da categoria “Mulher”.

As categorias “Mulher” e “Homem” são discursivamente instauradas, portanto. Não se trata de categorias meramente biológicas, ou seja, os traços biológicos não são essências que vão dar forma a categorias homogêneas que chamamos de “Mulher” e “Homem”. Tomando essas identidades como efeitos discursivos, o importante do ponto de vista da análise feminista de discurso é nos voltarmos para as estratégias (dentre elas o discurso jurídico, em parceria sócio-semântica com os discursos

de outras disciplinas, como a ginecologia, a endocrinologia, a psiquiatria) que criam e estabilizam as categorias “Mulher” e “Homem”, lembrando que essas categorias são histórica e culturalmente situadas, contraditórias e até mesmo ambivalentes, nunca monolíticas, fixas ou fechadas.

A construção discursiva de certos tipos de mulher (por ex., prostituta, mulher que aborta, mulher promíscua, mãe solo, infanticida) se dá em relação ao modelo ideal de “Mulher”, que por sua vez é construído em contrapartida ao modelo do “Homem” ideal. Dessa forma, além de ser parte de um par binário fundante, a categoria “Mulher” representa sempre um dualismo, anjo e demônio, santa e puta, pura e impura.

Na concepção pós-estruturalista de poder, o discurso ocupa um papel central na construção e na replicação das normas de cidadania, na forma como os sujeitos sociais veem a si mesmos e na variedade de possibilidades sexuais e reprodutivas, por exemplo, que eles entendem como desejáveis ou realistas. Para o feminismo pós-estruturalista, analisar os aspectos discursivos das normas que regem a cidadania sexual e reprodutiva nos ajuda a perceber como os diversos componentes da cidadania são complexos e estão em constante contestação e disputa na vida contemporânea. Entretanto, dizer que as normas que regem o sexo e a reprodução são temporais, contingentes e sempre abertas à contestação não significa dizer que elas são somente discursivas, ou que não produzem efeitos materiais.

Nesse sentido, duas diferenças entre a visão pós-estruturalista do papel do discurso no ordenamento social e a abordagem da análise crítica de discurso, de origem marxista, com a qual me identifico, precisam ser marcadas. Primeiro, para a ACD o poder e suas hierarquias de opressão não são apenas discursivos ou simbólicos, mas ocupam lugares concretos e produzem efeitos materiais na vida de opressores e oprimidos, como

ilustram a concentração de renda, o ódio de classe e de raça, a pauperização dos trabalhadores, a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, o genocídio da juventude negra, a demonização e a perseguição dos membros das comunidades LGBTQ, a misoginia e o ódio às mulheres.

Segundo, embora nossa ação no mundo seja sempre socialmente constrangida – agimos dentro de um quadro de potencialidades oferecidas pelos sistemas sociais abstratos (classe, raça, gênero, sexualidade, instituições, linguagem) que ao mesmo tempo permitem e constroem o que podemos fazer/dizer –, a ACD não acredita em determinismos. Apesar dos constrangimentos definidos nas estruturas e nas práticas sociais,

os atores sociais são dotados de liberdade relativa, e assim podem estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. É isso o que significa dizer que a vida social é um sistema aberto, que, embora estruturado, permanece passível de transformação por meio da ação situada (RESENDE, 2017, p. 15-16).

Por fim, vale lembrar que, em termos de mecanismos geradores, o discurso jurídico, além de produzir efeitos materiais na vida das mulheres, ocupa também um papel pedagógico no que diz respeito ao gênero, ou seja, ele tanto estabelece e fixa o “normal” em termos de comportamento sexual para as mulheres quanto aponta as formas de punição para aquelas que se afastarem dessa “normalidade”. Por exemplo, no caso da criminalização do aborto, a punição recebida por algumas mulheres é também um modo de disciplina e supervisão das mulheres em geral.

Entretanto, na aplicação das formas disciplinares jurídicas se interseccionam os eixos de gênero, raça e classe, gerando formas distintas e

sobrepostas de opressão. Com relação ao crime de aborto, por exemplo, embora o ordenamento jurídico alcance todas as mulheres, o braço da lei e da ordem atinge majoritariamente mulheres pobres, negras e periféricas, em situação de vulnerabilidade. Como evidência, cito o levantamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com base em processos de aborto em trâmite no estado entre 2005 e 2017 e que teve como objetivo traçar o perfil das mulheres criminalizadas por abortarem. A pesquisa chegou a um conjunto de 42 mulheres denunciadas por aborto no estado do Rio de Janeiro nesse período.

Cerca de metade dessas mulheres realizou autoaborto, o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, tipificado no artigo 124 do Código Penal. Esse grupo apresentava a conjunção de vulnerabilidades de raça e de classe: 60% das mulheres que abortaram sozinhas ou com ajuda de terceiros eram negras e já enfrentavam mais de três meses de gestação, período considerado menos seguro para a interrupção da gravidez.

O estudo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro também indica que mulheres com condições financeiras de pagar pelo procedimento em clínicas clandestinas conseguem tomar a decisão com mais rapidez e, portanto, em geral, enfrentam menor perigo no que diz respeito aos riscos do aborto em gravidez avançada. Embora não haja informações sobre escolaridade ou raça em alguns dos processos, o estudo afirma, com base nos dados disponíveis, que há mais mulheres brancas e com maior escolaridade neste grupo (LIMA, 2017).

Em termos nacionais, em 2017, 18 estados brasileiros registraram 331 processos pela prática do autoaborto. Uma grande parte desses processos é resultado de denúncias de profissionais de saúde no momento em que a mulher buscava o atendimento de emergência para tratar uma complicação. Ou seja, “as únicas mulheres criminalizadas são aquelas que já se

submetem a procedimentos inseguros e arriscados e recorrem ao sistema público de saúde – portanto, são mulheres que já se encontram em uma situação vulnerável”, como aponta a advogada Mariana Prandini Assis, do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular (GUIMARÃES; VERAS, 2017, s/p).

Segundo a advogada, a partir da denúncia, as mulheres passam a sofrer ainda a violência do sistema penal: “Como os dados da pesquisa da Defensoria Pública do Rio nos mostram, as mulheres criminalizadas são mães, pobres, negras e sem nenhuma condenação penal anterior. A gente pode imaginar as consequências da criminalização para essas mulheres, cujas vidas são marcadas pela cotidiana negação de direitos” (GUIMARÃES; VERAS, 2017, s/p).

Igualdade e cidadania das mulheres

Como apontei anteriormente, meu objetivo neste capítulo é utilizar teorias jurídicas feministas e a análise crítica do discurso para discutir a construção da cidadania das mulheres pelo discurso jurídico. O conceito de igualdade e cidadania para as mulheres é historicamente recente. Durante séculos, as mulheres foram proibidas de possuir propriedades, desempenhar profissões, ocupar cargos políticos, votar, ou seja, foram situadas pelo Estado e pelo Judiciário muito mais como assujeitadas e minorizadas do que como cidadãs plenas. Embora nas sociedades contemporâneas as proibições citadas tenham sido removidas, as mulheres continuam em posição de desigualdade: ganham menos que os homens, assumem a maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidados, são sub-representadas em todas as esferas de poder (político, corporativo, científico, religioso), em muitos países são impedidas de ter acesso à educação sexual e a

serviços de saúde sexual/reprodutiva e continuam sendo vítimas frequentes da violência masculina na forma de assédio, estupro e feminicídio.

Apesar de mais de cinquenta anos de uso do ideal da igualdade para confrontar discriminações de gênero na distribuição do poder entre mulheres e homens, as políticas de subordinação e dominação permanecem entrenchadas no ordenamento social e nas instituições estruturais da sociedade, incluindo o Judiciário. Como afirma Fineman:

Embora leis neutras em relação a gênero estejam firmemente instaladas nos códigos e tenham sido vitoriosas num nível retórico, desigualdades estruturais na esfera doméstica, associadas com o cuidado do outro, ainda sobrecarregam tipicamente as mulheres mais do que os homens, mesmo depois de décadas de reformas feministas pela igualdade (FINEMAN, 2009, p. 254).

Por conta disso, autoras como Fineman são contrárias à noção de igualdade formal, que, segundo ela, é sempre desigual, uma vez que nossa sociedade é plena de desigualdades que não conseguem ser adequadamente contempladas por um conceito de natureza meramente formal. Na opinião de Smart (1992), uma vez que o Judiciário está inserido na vida política e cultural das sociedades humanas e funciona em sintonia com elas, só será possível conquistar tratamento justo para as mulheres quando elas ocuparem todos os tipos de posições no ordenamento social, de forma que a distinção de gênero se torne redundante – ou seja, um objetivo ainda muito longínquo.

Fineman (2009) acredita que uma forma de se aproximar do alvo da igualdade é avançar além da questão de gênero e construir um modelo abrangente baseado no conceito de vulnerabilidade humana universal.

Dessa perspectiva, a investigação teórica e empírica da desigualdade volta-se não só para a discriminação, mas também para a existência de inúmeros privilégios em todas as esferas sociais, e aponta os benefícios e as vantagens que grupos restritos obtêm da hierarquização e das exclusões que estruturam a sociedade e suas instituições.

A igualdade formal das mulheres é fraca, e suas promessas, ilusórias, porque não levam em consideração as desigualdades de circunstâncias geradas tanto pela vulnerabilidade universal e inevitável inerente à condição humana quanto pelas instituições sociais, notadamente a família e o Estado. A igualdade formal presume que os papéis, as obrigações e os fardos impostos pela sociedade e pela cultura são os mesmos para mulheres e homens, o que obviamente não é verdadeiro.

Ainda que não seja o único eixo de opressão e desigualdades sociais, o gênero é um ponto óbvio de entrada para construir essa análise mais ampla da igualdade porque as mulheres historicamente foram marcadas como distintas em relação ao Estado e à esfera pública. O conceito de cidadania para as mulheres e as responsabilidades atreladas a esse conceito sempre foram ancorados na família, e não na vida política ou no livre mercado.

Os resquícios dessa distinção fundante permanecem em vários aspectos da noção de cidadania das mulheres. Apesar das conquistas em termos de igualdade formal, nós mulheres continuamos sub-representadas nos espaços *mainstream* de poder, e as conquistas que tivemos podem ser retiradas a qualquer momento. A igualdade permanece um alvo fugidivo para as mulheres em termos práticos e materiais, em parte porque continuamos presas à noção pré-jurídica de família, na qual as mulheres possuem responsabilidades e papéis reprodutivos únicos que as definem de forma essencial e necessariamente subordinada, num mundo que valoriza o sucesso econômico e ignora o trabalho doméstico.

Cidadania sexual e reprodutiva

McClain e Grosmann (2009), juristas feministas norte-americanas, identificam cinco dimensões no conceito de cidadania igualitária que se interseccionam e influenciam umas às outras: a cidadania constitucional, a cidadania democrática, a cidadania social, a cidadania sexual e reprodutiva e a cidadania global. Meu foco de interesse é a cidadania sexual e reprodutiva e os discursos que constituem o gênero, o sexo e a reprodução, sobretudo para as mulheres. A dimensão sexual/reprodutiva remete ao fato de que o conceito de cidadania sempre foi diferenciado por sexo; pertencimento e inclusão nas categorias “Homem”/“Mulher” dependem da capacidade do sujeito social de aderir a modelos considerados apropriados e hegemônicos de sexualidade, de relacionamento afetivo-sexual e de família. No que se refere à mulher, historicamente ela foi construída na cultura ocidental moderna como corpo objetificado e comodificado para fins sexuais e/ou reprodutivos. O valor da mulher foi, e ainda é, atribuído por homens no mercado amoroso e sexual, e os usos desse corpo-reprodutor são determinados pelo Estado e regulados pelo Direito.

Na contemporaneidade, a cidadania permanece condicionada à conformidade a normas sexuais e reprodutivas específicas (EICHNER, 2009). Segundo Cossman (2009), o conceito contemporâneo de “cidadania sexual” inclui certo grau de “liberdade”, mas é acompanhado de uma série de regras e códigos que disciplinam o exercício da sexualidade para cada sexo. No momento atual, a dimensão sexual da cidadania toma como norma uma sexualidade heterossexual voltada para o mundo privado e para a família.

Esse modelo vem sendo construído desde o final do século XIX, quando a dimensão de gênero foi sobreposta a outras dimensões das atividades sexuais de uma pessoa (por ex., número, tipo físico ou idade de

parceiros/as) na definição da “orientação sexual”. A partir daí, a cidadania sexual passou a ser vista a partir de uma lente de gênero, marginalizando aquelas e aqueles que se engajam em práticas sexuais não heterossexuais ou não voltadas para a monogamia, o espaço doméstico e a família.

Como a cidadania é sexuada, as formas de cidadania sexual e reprodutiva para homens e para mulheres são distintas. Para as mulheres, as normas que regem as práticas sexuais e reprodutivas constroem a sexualidade “apropriada” como heterossexual, romântica, monogâmica, parte de uma relação amorosa “estável” e, embora atualmente representada como supostamente orgástica, ainda assim colada à procriação. Ou seja, outras formas de uso da sexualidade e do corpo são alvo de sanção social e até mesmo de punição jurídica (em diversos países, o aborto, a homossexualidade¹, a compra e venda de serviços sexuais² e o adultério feminino ainda constituem crimes).

Silvia Federici (2017), de uma perspectiva marxista feminista, localiza na passagem do feudalismo para o capitalismo a gênese da atual situação de desigualdade e subalternidade econômica, sexual e reprodutiva das mulheres. Segundo sua análise, o surgimento do trabalho assalariado,

¹ Segundo o relatório da Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais e Intersexuais (Ilga) “Homofobia de Estado”, publicado em maio de 2017, a homossexualidade é crime em 72 países do mundo, podendo em oito deles ser punida com a pena de morte. <https://exame.abril.com.br/mundo/ser-homossexual-e-crime-em-72-paises-mostra-relatorio/>.

² O tratamento dado pelo Estado e pelo Direito à prostituição tem sido tema de muitos debates. Em diversos países a venda de serviços sexuais não é crime, porém a forma como a prostituição é vista varia entre eles. Alguns consideram a prostituição nociva para as mulheres e por conta disso adotam um modelo abolicionista que criminaliza a compra de serviços sexuais (e.g. Suécia, Islândia, Noruega, França), enquanto outros adotam um modelo legalista, que não criminaliza nem a venda nem a compra de serviços sexuais e reconhece a prostituição como profissão legalizada (Holanda, Alemanha, Dinamarca). Há também países que não regulamentam a prostituição.

que substituiu a partir do século XVI o trabalho de subsistência da Europa pré-capitalista (ou feudal), gerou um regime monetário no qual somente a produção para o mercado era definida como atividade criadora de valor. A partir de então, a produção do trabalhador (geração de filhos) e a reprodução da força de trabalho (cuidados das crianças e do trabalhador no espaço doméstico) passaram a ser consideradas sem valor do ponto de vista econômico e, portanto, passaram a ser vistas como não trabalho. Em consequência, “a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres’” (FEDERICI, 2017, p. 145).

A partir do renascimento, a família foi transformada em instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho. Para isso, o Estado passou a controlar as populações (o próprio conceito de “população” foi criado no período do Iluminismo) e passou também a intervir, por intermédio da Igreja e do Judiciário, na sexualidade, na procriação e na vida familiar, gerando o que Foucault (1997) chamou de biopoder e biopolítica, ou seja, o controle e a otimização do uso dos corpos e das populações com vistas a sua funcionalidade e produtividade máximas. Com a criação do Estado moderno e do capitalismo, as mulheres foram escravizadas à procriação e colocadas diretamente a serviço da acumulação primitiva, gerando e cuidando dos trabalhadores sem qualquer custo monetário. Como argumenta Federici (2017, p. 180):

O Estado [capitalista] não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade

as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra a vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador.

Os direitos reprodutivos incluem não só a liberdade de decidir se e quando ter filhos, mas também o acesso à educação sexual, ao planejamento familiar, aos métodos contraceptivos, assim como a proteção contra a discriminação e o apoio a mulheres grávidas ou com filhos pequenos. Esses direitos são componentes centrais e determinantes da cidadania das mulheres. Entretanto, historicamente, conceber, gestar, parir e cuidar vêm sendo vistos não como direitos a serem livremente exercidos (ou não) pelas mulheres, mas como obrigações/deveres das mulheres, como não trabalho ou como trabalho não remunerado. Isso se dá porque dois estereótipos de gênero são constantemente reproduzidos pelo Judiciário – primeiro, de que o cidadão prototípico é homem, jamais grávido, jamais lactante; segundo, a visão das mulheres como corpos reprodutores e como cuidadoras permanentes, sempre sujeitas às demandas de outros (filhos, netos, cônjuges, pais) (STARK, 2009).

Apesar disso, do ponto de vista discursivo é importante lembrar que as regras patriarcais e heteronormativas que determinam a cidadania sexual e reprodutiva não formam um discurso monolítico, absoluto ou único. Essas normas são cercadas por múltiplos discursos que disputam com elas a construção e a fixação de significados, havendo sempre resistência na forma de contra-discursos e de comportamentos considerados subversivos ou desviantes. Nas palavras de Nancy Fraser (1997, p. 197), “vivemos num tempo de intensa contestação em relação a gênero, sexualidade e diferença sexual. Longe de ser exclusivamente patriarcal, a interpretação desses termos está a todo o momento sujeita a disputas”.

Considerações finais

As desigualdades persistentes entre homens e mulheres levam muitas feministas a argumentar que serão necessárias mudanças estruturais no ordenamento social antes que possamos alcançar a participação cidadã plena das mulheres na vida social. No horizonte das teorias críticas feministas, a cidadania das mulheres só vai se concretizar com uma alteração de paradigma, abandonando o falocentrismo, que toma o masculino como padrão normativo universal, e destruindo suas polaridades.

A luta das mulheres também precisa ser travada no campo do Direito, uma luta pelo reconhecimento da igualdade e da diferença, ou seja, uma luta para que o Direito, como conjunto de discursos e práticas, a partir de uma perspectiva da cidadania igualitária, consiga incluir as diferenças sem enfatizá-las e nunca reforce as desigualdades já existentes entre homens e mulheres.

Infelizmente, o ordenamento jurídico contribuiu e contribui para a desigualdade de direitos, no passado proibindo o acesso da mulher à esfera pública, no presente eximindo-se de regular a esfera doméstica, garantindo também ali a dominação masculina. No que diz respeito aos direitos das mulheres, a esfera doméstica permanece relativamente intocada, marcada pela invisibilidade e pelo silêncio, um espaço no qual mulheres e crianças são frequentemente vítimas da violência masculina, e o trabalho doméstico e de cuidados feito pelas mulheres não é reconhecido nem remunerado.

Para finalizar, quero enfatizar que, apesar dos muitos entraves à cidadania sexual e reprodutiva das mulheres, sempre houve resistência contra a opressão capitalista patriarcal, sempre houve subversão e dissidência em relação às normas que regem a afetividade, a sexualidade, a reprodução e

a organização familiar. É importante enfatizar as muitas formas de resistência das mulheres, desde as micro até as macrorresistências, para não cairmos numa nova forma de determinismo que sugere que, uma vez que o poder é constitutivo das identidades de gênero, ele produz mulheres de forma predeterminada, calculada, homogênea e sempre desempoderada.

Nesse sentido, a função de uma teoria discursiva crítica sobre gênero, sexualidade e reprodução não é apenas apontar a existência de opressões e hierarquias sexuais, mas identificar as condições sociais, políticas e jurídicas que podem estimular a capacidade dos sujeitos de subverter normas opressivas em suas vidas diárias, incluindo aquelas relativas ao gênero. Embora o gênero possa ser tomado como uma ficção discursiva, sempre instável e contestada, sempre entrecruzada com outras estruturas de poder, ainda assim ele permanece um importante eixo de controle e opressão material e simbólica que afeta diretamente as experiências de vida dos cidadãos e, portanto, deve estar sempre no nosso horizonte de lutas feministas pela igualdade.

Referências

ALLEN, H. *Justice unbalanced*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COSSMAN, B. Sexual citizens: freedom, vibrators, and belonging. In: MCCLAIN, L. C.; GROSSMAN, J. L. (Ed.). *Gender equality: dimensions of women's equal citizenship*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.

EICHNER, M. Feminism, queer theory, and sexual citizenship. In: MCCLAIN, L. C.; GROSSMAN, J. L. (Ed.). *Gender equality: dimensions of women's equal citizenship*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FINEMAN, M. A. Equality: Still illusive after all these years. In: MCCLAIN, L.C.; GROSSMAN, J. L. (Ed.). *Gender equality: dimensions of women's equal citizenship*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, N. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge, 1997.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 291, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200002>.

GONZALEZ, M. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. *Revista Cult*, nov./2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>.

GUIMARÃES, P.; VERAS, N. Brasil registra um processo por autoaborto todo dia. *Catarinas*, 03/05/2018. Disponível em: <http://catarinas.info/brasil-registra-um-processo-por-autoaborto-todo-dia/>.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LIMA, J. D. Qual o perfil das mulheres processadas por terem feito aborto. *Nexo*, 04/12/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/04/Qual-o-perfil-das-mulheres-processadas-por-terem-feito-aborto>.

MOTA DE SOUSA, R. A. B. *Teorias feministas do Direito: a emancipação do Direito pela mulher*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. PUC-RJ, 2014.

RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V.; REGIS, J. *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. São Paulo: Pontes, 2017.

SMART, C. The woman of legal discourse. *Social & Legal Studies*, v. 1, p. 29-44, 1992.

STARK, B. Reproductive rights and the reproduction of gender. In: MCCLAIN, L. C.; GROSSMAN, J. L. (Ed.). *Gender equality: dimensions of women's equal citizenship*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.



6

Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais

Virgínia Colares

Introdução

No Brasil, a exigência constitucional e processual de fundamentação das decisões – *princípio da fundamentação* – decorre da necessidade de permitir a visualização dos elementos formadores da convicção – *princípio do livre convencimento motivado* – de ministros e magistrados que representam o Estado. Nesses eventos comunicativos que desembocam no ato de prolatar uma decisão, determina-se o que é justo para o caso concreto e faz-se obrigatório cumprir a decisão, se necessário, por meio de coerção do próprio Estado. O § 1º do art. 489 do Código de Processo Brasileiro (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015) procurou concretizar o comando constitucional, ao exemplificar, em seis incisos, situações nas quais não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão.

Esse diploma legal impõe aos estudos do discurso uma abordagem específica do contexto jurídico, exigindo aporte teórico-metodológico para

que essas questões sociais prementes sejam tratadas de maneira comprometida e deem conta dos requisitos legais do contexto de uso. Assim, “[...] as condições de uso da linguagem abrangem múltiplos aspectos, simultâneos e sucessivos, no contexto institucional da Justiça, criando um ‘novo objeto’, devendo extrapolar a mera análise linguística para construir um objeto de estudo de natureza interdisciplinar: os usos da linguagem regidos pelos princípios jurídicos” (COLARES, 1992; 2003, p. 89). Os textos produzidos socialmente em eventos autênticos do Judiciário são resultantes da estruturação social da linguagem que os consome e os faz circular. Por outro lado, esses mesmos textos são também potencialmente transformadores dessa estruturação social da linguagem, assim como os eventos sociais são tanto resultado quanto substrato dessas estruturas sociais.

Assim, o Legislativo construiu os seis incisos do art. 489 para explicitar as situações nas quais não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, a seguir:

Art. 489

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (BRASIL, 2015).

Nossa hipótese, ao longo de várias análises críticas do discurso jurídico, é de que ocorre um ocultamento ideológico que forja a ideia de que a linguagem é neutra e produzida num vácuo social.¹ O objetivo do projeto guarda-chuva do grupo de pesquisa Linguagem e Direito (CNPq) é identificar nas peças processuais autênticas as pistas e os efeitos jurídico-processuais das estratégias linguístico-discursivas desse ocultamento ideológico. A pesquisa em andamento busca o estreitamento teórico entre o Direito, como Ciência Social Crítica, e a Linguística, abrindo o diálogo entre as Teorias do Processo e a Análise Crítica do Discurso (ACD). Parte-se do pressuposto de que a prolatação de decisões judiciais é uma prática discursiva mediadora que ocorre entre um texto (oral ou escrito) e uma prática social, regulada por códigos de leis (textos). A Linguística Aplicada ao Direito pode contribuir para um melhor entendimento das relações entre o uso da linguagem na construção do discurso jurídico. Adota-se a agenda da análise crítica do discurso jurídico, portanto, com vistas a construir os alicerces para uma hermenêutica endoprocessual.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XXII Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi), na cidade de São Paulo, nos dias 13-16 de novembro de 2013, com o título *Análise crítica do discurso jurídico: o caso do regime de bens do casamento*.

A agenda da abordagem e as categorias de análise

A linguagem tem papel central na reflexão e na construção das relações de poder e hegemonia. A lacuna ou insuficiência nas Ciências Sociais, constatada por Chouliaraki (2005), de teorizações acerca do papel da linguagem na vida social e a ausência das ferramentas apropriadas – nessas Ciências Sociais – para a análise empírica dos materiais verbais produzidos socialmente o fez eleger, como objeto de estudo, as práticas sociais.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) configura-se como um campo de estudos que busca descrever e explicar tal envolvimento da linguagem no funcionamento da sociedade contemporânea. Direcionada ao estudo das dimensões discursivas da mudança social, a ACD apresenta uma concepção de linguagem e um suporte de análise para a investigação dos modos como a relação discurso/sociedade se concretiza na prática social. A compreensão que tem Fairclough (1992; 2003) do processo social teve influência da obra de Harvey (1996). A produção teórica de David Harvey contribui para entender as mudanças sociais na acumulação capitalista, no urbanismo, na produção dos espaços sociais e políticos do capitalismo contemporâneo. Em *Justice, nature and the geography of difference*, partindo dos conceitos fundamentais na tradição marxista, o autor incrementa o debate das Ciências Sociais, incluindo cinco elementos: semiose, relações sociais, poder, instituições, crenças e valores culturais. A semiose é um elemento central do processo social que é dialeticamente relacionado aos outros. Assim, as relações entre os elementos do processo social são diferentes, mas não são separadas: cada elemento, dialeticamente, interioriza os outros sem reduzir-se a eles; daí a relevância da linguagem para a compreensão das relações sociais, do poder, das instituições, das crenças e dos valores culturais. Esses elementos são parcialmente semióticos,

sem se reduzirem à semiose. Portanto, as instituições sociais são organizadas por relações interpessoais parcialmente semióticas/discursivas.

A Lei Federal n. 13.105/2015, em seu art. 489, estabelece formalmente os elementos essenciais da sentença, a seguir: I – *o relatório*, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; II – *os fundamentos*, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; III – *o dispositivo*, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

A redação do diploma legal insinua a “arena esterilizada”² onde os elementos materiais do processo são neutros e expostos sem nenhuma manipulação das palavras, sem as poeiras sociais, psicológicas, econômicas, históricas, etc.

Para Fairclough (2000, p. 167), a análise das práticas sociais constitui um foco “teoricamente coerente e metodologicamente efetivo”. Chouliaraki e Fairclough (1999) salientam que compreender o momento discursivo significa observar a articulação não só dos vários momentos em uma prática social, no caso a prolação de decisões judiciais, como também a relação entre diferentes práticas. Na Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ)³, o estudo de decisões consiste em observar como os julgadores podem posicionar-se em relação a essas práticas sociais, reproduzindo uma ordem discursiva da instância jurídica ou (re)articulando as mesmas práticas sociais/institucionais criativamente.

² Marcelo Dascal, ao descrever a semântica ingênua, constrói a alegoria da “arena esterilizada” na disputa de ideias.

³ Desde a criação do Grupo de Pesquisa Linguagem e Direito na Plataforma Lattes do CNPq, no ano 2000, esses estudos transdisciplinares têm sido nomeados de Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ), por analisarem exclusivamente o discurso produzido nessa instância social.

A prática *social*, para Fairclough (2003, p. 23-26), consiste na articulação de elementos sociais (alguns não discursivos), a saber: (1) a *ação* e a *interação*, relações sociais, pessoas (com crenças, atitudes, histórias, etc.); (2) o *mundo material*; e (3) o *discurso*, que incorpora a linguagem, entendida por esse autor como a base de toda ação social.

O autor reelabora o arcabouço da abordagem tridimensional do discurso, produzindo uma explicação mais consistente ao incorporar três conceitos centrais: (a) o de *estruturas sociais* (entidades sociais como a economia, a justiça, as classes sociais e a própria linguagem); (b) o de *práticas sociais* (articulações de elementos sociais relacionados a áreas específicas da vida social, como a escola, o Judiciário, a família); e (c) o de *eventos sociais* (o fazer concreto dos agentes sociais materializado em forma de textos, como, no nosso caso, as decisões judiciais).

Fairclough (1992; 1995) defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações, às vezes construindo o consenso. No âmbito do discurso jurídico, esse consenso configura-se em “senso comum teórico dos juristas”:

[...] um conglomerado de opiniões, crenças, ficções, fetiches, hábitos expressivos, estereótipos que governam e disciplinam anonimamente a produção social da subjetividade dos operadores da lei e do saber do direito, compensando-os de suas carências. Visões, recordações, ideias dispersas, neutralizações simbólicas que estabelecem um clima significativo para os discursos do direito antes que eles tornem audíveis ou visíveis (WARAT, 1995, p. 96).

Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma as visões de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

As formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral, como dá a essa concepção de ideologia proposta um sentido negativo (THOMPSON, 2002, p. 87).

O modelo de análise ou agenda da ACD, proposto por Fairclough (1992), constrói-se numa concepção tridimensional do discurso, ou seja, a análise do texto, a análise das práticas discursivas em articulação com a análise das práticas sociais. A noção de prática discursiva explicita o modo como agimos com os gêneros textuais. Segundo o autor, “a prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 106). Os textos são produzidos mediante o modo como os sujeitos aprenderam a realizá-los em determinados meios sociais; no nosso caso, na instância jurídica, mediante determinado discurso. Esse saber é dinâmico e está em transformação constante. Conforme afirma o autor, “a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 92).

A constituição discursiva de uma sociedade decorre de uma prática social que está seguramente arraigada em estruturas sociais concretas

(materiais) e, necessariamente, é orientada para elas, não é fruto de um mero livre-arbítrio de indivíduos isoladamente. O discurso jurídico materializa as práticas sociais de uma tradição por meio da produção de textos. Portanto, todo discurso é uma construção social, não individual, e somente pode ser analisado ao se considerar seu contexto histórico-social. Assim, podemos dizer que discurso é o espaço de onde emergem as significações.

Modos de operação da ideologia

A linguagem que usamos define nossos propósitos, expõe nossas crenças e valores, reflete nossa visão de mundo e a do grupo social em que vivemos e pode, ainda, servir como instrumento de manipulação ideológica. O termo *ideologia*, usado pela primeira vez por Destutt de Tracy (2012) em 1796 – publicado em 1803 no livro *Éléments d'idéologie*, em Paris, pela editora Courcier –, recebeu inúmeras concepções desde então. Os autores que consagraram o termo sem dúvida foram Karl Marx e Friedrich Engels em vários momentos. Entretanto, a adoção do conceito de ideologia, neste trabalho, não implica necessariamente sua utilização como algo que ofusca a verdade e leva a uma falsa consciência em contraste com algo considerado verdadeiro e real. A ideologia opera por intermédio da linguagem, que viabiliza a ação social, sendo parcialmente constitutiva daquilo que, nas nossas sociedades, é denominado “a realidade”. Conforme Thompson (1985, p. 95): “[...] a concepção crítica da ideologia [...] denota uma preocupação com o modo como os sujeitos se envolvem em processos de transformação, destruição ou reforço das suas relações com os outros e com o real social.

Em sua obra *Ideologia e cultura moderna*, Thompson (2011) apresenta as transformações dos conceitos de ideologia propostos por Destutt

de Tracy, Lenin, Lukács e Manheim, apresentando ainda, com base na teoria social crítica, uma classificação própria de *ideologia*. O autor, portanto, não buscava esgotar o conceito de ideologia, tampouco reabilitar concepção anterior, buscava sim uma formulação alternativa do conceito de ideologia como forma de investigação social. Nesse cenário, para Thompson (2011, p. 97):

De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal. Ao tratar o erro e a ilusão como uma possibilidade contingente, ao invés de como uma característica necessária da ideologia, nós podemos aliviar a análise da ideologia de parte do peso epistemológico colocado sobre ela desde Napoleão. Entretanto, engajar-se na análise da ideologia não pressupõe, necessariamente, que os fenômenos caracterizados como ideológicos foram mostrados, ou podem ser vistos como errôneos ou ilusórios.

Dessa forma, a Análise Crítica do Discurso Jurídico do acórdão relativo ao regime de bens do casamento, objeto deste capítulo, faz ancoragem nos modos de operação da ideologia propostos por Thompson, a seguir:

Quadro 1. Modos de operação da ideologia (compilado de Thompson, 1995, p. 81)

(continua)

Modos gerais	Algumas estratégias típicas da construção simbólica
<p>Legitimação Relações de dominação são representadas como legítimas.</p>	<p><i>Racionalização</i>: uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações. <i>Universalização</i>: interesses específicos são apresentados como interesses gerais. <i>Narrativização</i>: exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.</p>

Quadro 1. Modos de operação da ideologia (compilado de Thompson, 1995, p. 81)

(conclusão)

Modos gerais	Algumas estratégias típicas da construção simbólica
Dissimulação Relações de dominação são ocultas, negadas ou obscurecidas.	<i>Deslocamento</i> : deslocamento contextual de termos e expressões. <i>Eufemização</i> : valorização positiva de instituições, ações ou relações. <i>Tropo</i> : sinédoque, metonímia, metáfora.
Unificação Construção simbólica de identidade coletiva.	<i>Estandartização</i> : um referencial padrão proposto como fundamento partilhado. <i>Simbolização da unidade</i> : construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.
Fragmentação Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante.	<i>Diferenciação</i> : ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo. <i>Expurgo do outro</i> : construção simbólica de um inimigo.
Reificação ⁴ Retração de uma situação transitória como permanente e natural.	<i>Naturalização</i> : criação social e histórica tratada como acontecimento natural. <i>Eternalização</i> : fenômenos sócio-históricos como permanentes. <i>Nominalização/passivação</i> : concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações.

Fonte: elaboração própria com base em Thompson (1995, p. 81)

Modalização

Os modalizadores são marcas textuais explícitas ou implícitas que evidenciam a atitude do enunciador ante aquilo que diz. A modalização subdivide-se em *modalização da enunciação* e *modalização do enunciado*, sem, contudo, haver uma dissociação entre ambas (PARRET, 2002).

A modalização da enunciação remete às marcas usadas no ato da comunicação oral ou escrita; enquanto a modalização do enunciado é “o valor que o enunciador atribui aos estados de coisas que descreve ou alude em seus enunciados e/ou aos participantes desses estados de coisas” (PINTO, 1994, p. 97).

⁴ Do latim *res, rei*, coisa, matéria, remete ao processo histórico das sociedades capitalistas que transformam a subjetividade humana em objetos inorgânicos, perdendo autonomia e autoconsciência.

Classifica-se a modalização do enunciado como: *alética* – representa um grau de possibilidade; *epistêmica* – representa um grau de certeza ou de plausibilidade; *deôntica* – representa um grau de obrigação ou de liberdade; *axiológica* – representa um grau de adesão; *ôntica* – representa um grau de factualidade ou de aparência dos estados das coisas descritos (PINTO, 1994).

A modalização da enunciação pode ser:

1. *Declarativa* – Milton Pinto (1994, p. 84) diz que, para que se reconheça essa modalidade, um texto tem de ser proferido: por quem de direito, no lugar adequado, no momento devido, com tempo de duração e velocidade corretos, com a expressão corporal e os comportamentos esperados, com a forma linguística consagrada, com o vestuário exigido e, ainda, com a utilização dos objetos e dos instrumentos requeridos.
2. *Representativa* – o enunciador assume uma divisão igualitária de poderes sobre o universo de referência com seu interlocutor; o âmbito sintagmático pode ser marcado por meio dos verbos de asserção, opinião, contestação, retratação, concordância, entre outros, conjugados na primeira pessoa do indicativo.
3. *Declarativo-representativa* – o enunciador deseja ser reconhecido como detentor da fé pública; os enunciados tendem para uma impessoalização (PINTO, 1994, p. 87).
4. *Expressiva* – refere-se à afetividade ou ao juízo de valor que o enunciador deposita nos estados das coisas descritos. Textualmente, essa modalidade é marcada pelo uso de palavras e locuções pelas quais se exprimem afetividade e/ou valores.

5. *Compromissiva* – o enunciador assume perante o interlocutor o papel de quem se obriga, em algum momento futuro, a tornar verdadeiro o estado de coisa ali expresso por ele. Verbos de compromisso como jurar, prometer, apostar, ter a intenção, comprometer-se são os marcadores diretos desse tipo de modalidade.
6. *Diretiva* – busca-se que o interlocutor tenha o comportamento expresso aludido pelo enunciado. Esta modalidade distribui-se por meio de hierarquias, que podem ir da expressão da ordem aos requerimentos e pedidos, à sugestão, ao conselho, aos pedidos de informação e à interpelação.

Operadores argumentativos

A argumentatividade está inscrita na própria língua, não é algo a mais acrescentado ao texto. Todo dizer é um meio de levar o interlocutor a seguir certa direção, chegando a uma conclusão ou servindo para desviá-lo dela (DUCROT, 1977).

A argumentação é entendida como um conjunto de regras internas à língua que comandam o encadeamento dos enunciados, orientando a enunciação em certa direção. A argumentatividade implícita tem marcas explícitas na própria estrutura da frase: morfemas e expressões que, para além do seu valor informativo, servem, sobretudo, para dar ao enunciado certa orientação argumentativa. Esses elementos explícitos, os articuladores, são denominados *operadores argumentativos* (responsáveis pela força argumentativa dos textos) pela função que desempenham. Esses elementos linguísticos pertencem às *classes gramaticais invariáveis* (advérbios, preposições, conjunções, locuções adverbiais, prepositivas, conjuntivas) ou então são palavras que não foram incluídas em nenhuma das dez classes

gramaticais, merecendo, assim, “classificação à parte”, denominadas palavras *denotativas* ou *denotadores* de inclusão, de exclusão, de retificação, etc. (ASCOMBRE; DUCROT, 1976; DUCROT, 1977; 1987).

Na realização das pesquisas com decisões judiciais, identificamos os seguintes *operadores argumentativos* indicadores de: contraposição; tempo; lugar; consequência ou conclusão; condição; finalidade; causa; autoridade; comparação; proporção; exemplificação; modo; alternância; reformulação; adição; síntese; restrição; explicação; parcialidade; inexatidão; ênfase/destaque; assunto; ordem; ápice de uma escala; exceção/exclusão; inclusão; conveniência do enunciado; negação; corroboração.

Análise Crítica do Discurso Jurídico

Com o objetivo de investigar, na sua superfície textual, os modos de operação da ideologia da prática social de prolatar decisões judiciais, recortamos como *corpus* um acórdão – gênero textual produzido coletivamente por um tribunal, que poderá manter, reformar, total ou parcialmente, a sentença prolatada pelo juiz de primeira instância.

O acórdão analisado, do ponto de vista do funcionamento ideológico, é marcado por estratégias de unificação, um dos *modus operandi* da ideologia. Thompson (1995, p. 6) afirma que: “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e das divisões que possam separá-los”. Isso ocorre nas decisões de segunda instância nas quais os desembargadores (identidade coletiva), em reunião colegiada, reavaliam um pedido feito ao Estado e negado pelo magistrado na primeira instância.

Nosso grupo de pesquisa Linguagem e Direito adota o procedimento metodológico de anonimizar as peças jurídicas autênticas para minimizar a possibilidade de identificação das pessoas envolvidas no processo judicial, tanto as partes como os magistrados. Sabe-se que, juridicamente, não é necessário, pois são documentos públicos coletados nos *sites* oficiais dos tribunais; por essa razão mantém-se o número do processo para que os advogados pesquisadores possam consultar outras peças dos autos. As decisões judiciais são transcritas de maneira inalterada, inclusive os equívocos de digitação, pontuação, concordância, negrito, maiúsculas etc. Para a análise, recebem numeração das linhas para facilitar a indicação das marcas textuais identificadas, assim como são fragmentadas em blocos de textos e esses fragmentos também são numerados.

No acórdão analisado, um casal interpõe pedido de autorização judicial para alteração do regime de bens do casamento, qual seja, o da separação total de bens. Julgado improcedente o pedido em primeira instância, foi interposta apelação ao tribunal, que deu provimento ao recurso.

Fragmento 1

1. ACÓRDÃO

2. Vistos, relatados e discutidos os autos.

 3. Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal
 4. de Justiça do Estado, à unanimidade, prover o apelo.

 5. Custas na forma da lei.

 6. Participaram do julgamento, além da signatária (Presidente), os eminentes
 7. senhores DES. FULANO
 8. e DES. BELTRANO DE TAL.
-

Já na linha 1 do Fragmento 1, a denominação do tipo de decisão coletiva, “ACÓRDÃO”, constrói a ideia de unidade da decisão colegiada da instância decisória – uma *padronização* (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado).

A linha 2 remete ao mundo consciente do experienciar, no qual “ver”, “relatar” e “discutir” são as ações realizadas sobre os autos do processo, processos verbais do mundo do dizer (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 172). Na prática, entretanto, a oração faz parte de um texto formulaico que se repete em todos os acórdãos, refletindo a circularidade do discurso jurídico e um descompasso entre as ações evocadas pelos verbos e o que efetivamente ocorre no andamento processual.

As linhas 3 e 4 sinalizam o modo de operação da ideologia de *unificação*, marcado na superfície textual pelo verbo “acordar”, que faz desaparecer diferenças; a expressão “os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado” nomeia o grupo de indivíduos numa identidade coletiva, acentuada pelo modalizador axiológico “à unanimidade”; assim essa expressão afirma o grau de adesão ou aprovação intelectual (normativa ou veridictória) do grupo coeso em “prover o apelo”. Ao usar o modalizador “à unanimidade”, os desembargadores fortalecem as relações de dominação desse grupo coeso; dessa forma, a *reflexividade* reproduz uma ordem discursiva institucional e anônima.

A linha 5 expressa o processo verbal material do fazer/agir do grupo de autoridades sobre a realidade, estabelecendo a quem compete pagar as despesas do processo, ou seja, “Custas na forma da lei”. O modo de operação da ideologia de *reificação*, por meio da estratégia de “nominalização/passivação”, chama a atenção de certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores (grupo de autoridades) e ações pelo uso anônimo de “na forma da lei”.

A modalidade diretiva da enunciação, “einentes senhores”, das linhas 6 a 7, frequentemente utilizada pelos enunciadores no discurso jurídico, estabelece quem é o relator e quem são os demais desembargadores da referida Câmara, estabelecendo as relações sociais. Esse tipo de modalidade da enunciação, segundo Pinto (1994), distribui-se por meio de hierarquias, podendo ir da expressão de ordem aos requerimentos e pedidos ou mesmo à interpelação pura e simples. No Fragmento 1 configura-se na forma de tratamento empregada usualmente entre os próprios desembargadores entre si.

Fragmento 2

9. Cidade Brasileira, 01 de junho de 2010.

10. DES. SICRANO DA SILVA,

11. Relator-Presidente.

As linhas 9-11 (Fragmento 2) correspondem à parte formulaica do documento, na qual se identificam local, data, relator/a do acórdão.

Fragmento 3

12. RELATÓRIO

13. DES. SICRANO DA SILVA (RELATOR-PRESIDENTE)

14. FLPR. e EDSP. interpõem pedido de autorização judicial para alteração do
15. regime de bens do casamento, noticiando terem casado pelo regime da separação
16. total de bens. No entanto, ao longo dos treze anos de matrimônio, construíram,
17. mediante esforço comum, uma empresa, mas que, por força do regime de bens
18. contratado, constituirá bem incomunicável. E, por força do art. 977 do Código
19. Civil, os cônjuges casados pelo regime da separação obrigatória de bens estão
20. impedidos de contratar entre si. Requerem o deferimento do postulado (fls. 2/3).
21. O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento da pretensão (fls. 22/24).

22. Sentenciando, o magistrado julgou improcedente o pedido formulado pelos requerentes (fls. 33/34).
 23. Os autores interpuseram embargos de declaração, os quais foram julgados
 24. improcedentes pelo juízo a quo (fls. 36/49).
 25. Inconformados, apelam os requerentes, asseverando serem casados pelo regime
 26. da separação total de bens, sendo que, ao longo do casamento, constituíram uma
 27. empresa com o esforço comum. Assim, com o advento do Novo Código Civil,
 28. necessitam adequar a empresa à nova legislação. Sustentam a possibilidade de
 29. aplicação do art. 1.639, §2º, do Código Civil aos casamentos celebrados
 30. anteriormente à vigência desse estatuto legal. Requerem o provimento do
 31. recurso (fls. 53/62).
 32. O Ministério Público opinou pelo provimento do apelo (fls. 66/71).
 33. Subiram os autos a esta Corte, tendo a Procuradoria de Justiça manifestado-se (sic)
 34. pelo conhecimento e provimento do apelo (fls. 74/78).
 35. Foi observado o disposto no art. 551, §2º, do Código de Processo Civil.
 36. É o relatório.
-

A expressão “RELATÓRIO”, na linha 12, nomeia a parte da peça jurídica sob análise e sinaliza a *narrativização*, pois o relatório apresenta exigências de *legitimação* inseridas em histórias do passado que legitimam o pedido de reexame feito ao tribunal. As narrativas são introduzidas com a indicação das folhas dos autos (linhas 20, 21, 22, 24, 31, 32, 34), nas quais se encontram as informações sinteticamente apresentadas na peça atual e que podem ser conferidas nos autos do processo judicial.

Nas linhas 14-16, o relator informa “quem” pede “o quê” ao Estado brasileiro. Ainda na linha 16, o operador argumentativo “No entanto” estabelece relações de disjunção entre o regime de separação total de bens do casamento e a constituição de uma empresa entre os cônjuges.

O regime em vigor torna-os impedidos de contratar entre si. A linha 20 explicita o que está sendo requerido ao Estado e remete ao passado ao indicar as folhas (fls. 2/3).

As linhas 21 e 22 registram posições antagônicas entre o Ministério Público e o magistrado que julgou o pedido, razão pela qual os autores interpuseram embargos de declaração, que são recursos processuais previstos no Código de Processo Civil, Lei n. 5.869/1973, art. 535 – cabem embargos de declaração quando (Alterado pela L-008.950-1994): I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal –; mas, como dito na linha 24, foram julgados improcedentes.

O modo de operação da ideologia observado na decisão do magistrado de primeira instância (ou juízo *a quo*) aparentemente é a *reificação*, que consiste na retração de uma situação transitória como permanente e natural. No caso, o juiz está considerando o regime de separação total de bens algo imutável “permanente e natural”, ou seja, está considerando fenômenos sócio-históricos como permanentes, realizando ideologicamente a *eternalização*. A ação judicial é datada em 2005, e o Código Civil sofreu mudanças em 2002, como será visto na argumentação do desembargador relator.

A linha 36, explicitamente, “É o relatório”, marca a segmentação do gênero textual.

Fragmento 4

37. VOTOS

38. DES. SICRANO DA SILVA (RELATOR-PRESIDENTE)

39. Trata-se de pedido de alteração de regime de bens de casamento celebrado em 40. 21 de novembro de 1989, portanto, antes da vigência do Código Civil, Lei 41. 10.406/2002 (fls. 8/9). Os apelantes convencionaram o regime da separação total

42. e pretendem alterá-lo para o da comunhão parcial de bens, sob o argumento de
 43. terem constituído, em comunidade de esforços, uma empresa, tendo que se
 44. adaptar à nova legislação (artigos 977 e 2.031 do Código Civil).
-

O voto do relator inicia-se com o operador argumentativo *introdutor de assunto* “Trata-se de [...]” (linha 39), que apresenta o caso, juntamente com a data de celebração do casamento (21 de novembro de 1989), uma evidência de *racionalização*, um modo de operação da ideologia que constrói uma cadeia de raciocínio, procurando justificar um conjunto de relações em torno da transição do Código Civil, que somente em 2003 entrou em vigor. Na linha 34 está expressa a decisão do tribunal “pelo conhecimento e provimento do apelo (fls. 74/78)”, restando a fundamentação jurídica que se dá pela *racionalização*.

A estratégia linguístico-discursiva de *legitimação, modus operandi* da ideologia, estabelece relações de dominação, oferecendo argumentos representados como legítimos, materializa-se na superfície textual com a utilização do operador argumentativo “portanto” (linha 40). Assim, o desembargador relator constrói seu texto articulando a data do casamento com o Novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002, fls. 8/9), interligando-os com o conectivo que estabelece relação de consequência ou conclusão, ou seja, está posta sua tese jurídica.

A justificativa do pedido é apresentada na voz do relator com a expressão “sob o argumento de” (linha 42), legitimador de sua tese jurídica. Ideologicamente, a argumentação leva o interlocutor a seguir certa direção, chegando a uma conclusão; assim como o faz afastar-se da tese jurídica do juiz *a quo*.

Os interesses específicos do casal são apresentados como interesses gerais – *universalização*, uma vez que o casamento se deu em regime de

separação total de bens e, por conseguinte, a empresa é tida como bem incomunicável. O Novo Código Civil (arts. 977 e 2.031) é o interesse geral a ser protegido no acórdão.

Fragmento 5

45. Merece acolhida a irresignação.

46. Dispõem os artigos 2.039 e 1.639, §2º, do Código Civil, respectivamente:

47. O regime de bens nos casamentos celebrados na vigência do Código Civil

48. anterior, Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, é o por ele estabelecido.

49. É admissível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em

50. pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões

51. invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

52. Ainda que uma leitura conjunta e açodada dos dispositivos supra-referidos

53. possa aparentar a existência de conflito entre ambos, tal conclusão não deve

54. prevalecer.

Na linha 45, o relator explicita na superfície textual seu posicionamento favorável aos autores.

O Fragmento 5 reproduz os artigos 2.039 e 1.639, § 2º, do Código Civil nas linhas 47-48 e nas linhas 49-51. O operador argumentativo “respectivamente” (linha 46) atua como mero indicador de estruturação do texto atual. Observa-se, aparentemente, um paradoxo: de um lado o “regime de bens” não pode ser alterado por ser estabelecido pela Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916; de outro, é admissível a alteração do “regime de bens”. Empate técnico entre as duas instâncias? Ou racionalização criativa para expor a base legal sustentadora de uma argumentação?

A expressão “Ainda que” (linha 52) contrapõe o imaginável conflito entre os artigos mencionados com sua plausível e pacífica coexistência. Como falar de “[...] uma leitura conjunta e açodada [...]”? Para ter sido

uma leitura apressada em demasia, os dispositivos suprarreferidos estão em ordem invertida na sequência numérica (2.039 e 1.639) e muito distantes um do outro. Refletem, ideologicamente, um *deslocamento* no âmbito da *dissimulação* por refletir relações de dominação ocultas, negadas ou obscurecidas pelo deslocamento da ordem dos dispositivos legais para construir a argumentação, além de caracterizar uma ironia (*tropo, dissimulação*) pelo exagero na adjetivação da “leitura” dos artigos de lei.

Fragmento 6

-
55. O preceito do primeiro artigo acima transcrito tem por objetivo resguardar o
 56. direito adquirido e o ato jurídico perfeito, logo, a segurança das relações
 57. jurídicas, em face das alterações promovidas pelo Código Civil relativamente ao
 58. regramento específico de cada regime de bens. Logo, o que se pretende
 59. assegurar aos consortes é a aplicação da legislação por eles escolhida por
 60. ocasião da celebração do matrimônio, nos exatos termos da lei então em vigor.
-

O Fragmento 6 expõe, doutrinariamente, o artigo 2.039, § 2º, do Código Civil. O indicador de consequência/conclusão *logo* surge em dois momentos (linhas 56 e 58) para conduzir a argumentação exposta. A legalidade é expressa pelos estereótipos jurídicos (WARAT, 1995) “direito adquirido”; “ato jurídico perfeito”; “segurança das relações jurídicas”; “regime de bens”; “nos exatos termos da lei”. Nesse contexto, o vocábulo *então* (linha 60) assume um papel de operador argumentativo indicador de temporalidade.

As expressões modalizadoras “em face das” (linha 57) e “relativamente” (linha 57) estabelecem vinculações entre as informações que lhes precedem e sucedem, restringindo o âmbito de aplicação das primeiras: resguarda a segurança das relações jurídicas, não sob qualquer aspecto, mas quanto às alterações legislativas surgidas; não quaisquer alterações do Código Civil, mas aquelas relativas ao regime de bens.

Fragmento 7

-
61. Por outro lado, a redação do art. 1.639, §2º, do diploma civil institui novidade no
62. ordenamento jurídico, porquanto, diversamente da imutabilidade do regime de
63. bens prevista no antigo Código Civil, possibilita aos cônjuges a alteração desse
64. pacto, mediante autorização judicial e pedido motivado de ambos os consortes,
65. com o resguardo de eventuais direitos de terceiros.
-

O operador argumentativo de contraposição “Por outro lado” (linha 61) introduz o contra-argumento para o conflito entre os artigos da mencionada lei. A já citada “novidade” instituída pelo Código Civil de 2002 é ressaltada pelo modalizador “diversamente” (linha 62).

As linhas 63-65 reproduzem quase totalmente o conteúdo do art. 1.639, § 2º, do Código Civil, posto nas linhas 49-51. Enquanto o art. 2.039, § 2º, do Código Civil determina a manutenção da imutabilidade do regime de bens, o art. 1.639 admite tal alteração. Os instrumentos por meio dos quais pode ocorrer tal modificação são introduzidos pelo operador argumentativo “mediante” (linha 64). Essa diferença constitui a explicação pretendida pelo indicador “porquanto” (linha 62).

Fragmento 8

-
66. Portanto, essa faculdade conferida aos cônjuges em nada afronta os direitos que
67. se pretende assegurar pelo art. 2.039 da Lei 10.406/2002, mormente se
68. considerada a consensualidade do pedido e o amparo a direitos de terceiros.
69. Muito pelo contrário: em verdade, houve uma otimização do princípio da
70. autonomia da vontade do casal, consagrado no princípio da livre estipulação do
71. pacto (art. 1.639 do Código Civil), de forma que se revela descabido afastar tal
72. ampliação de direitos dos casamentos celebrados sob a égide do antigo estatuto
73. civil.
-

A racionalização como *modus operandi* da ideologia constrói uma cadeia de raciocínio na qual a utilização de operadores argumentativos simula a construção de silogismos, daí o uso excessivo de indicadores de conclusão “logo”, “portanto”, “porquanto”, “mormente”, “pois” etc.

As decisões colegiadas constituem jurisprudência e, assim, assumem o papel de leis. O art. 1.639, § 2º, do Código Civil, reproduzido anteriormente (linhas 49-51) e repetido pelo relator desse acórdão (linhas 63-65) onde substituí “*É admissível*” por “possibilita”, requer que seja “*apurada a procedência das razões*”, *não contemplada em sua argumentação*.

Para enfatizar que não há incompatibilidade entre os artigos 2.039 e 1.639, § 2º, do Código Civil (linha 46), o Fragmento 8 faz uso do indicador “Portanto” (linha 66). Os operadores “mormente” (linha 67) e as expressões “Muito pelo contrário” (linha 69) e “em verdade” (linha 69) enfatizam/ratificam essa informação. Na linha 71, o indicador “de forma que” aponta para mais uma conclusão na argumentação.

Fragmento 9

74. Outrossim, cumpre observar a dinâmica da vida moderna que, muitas vezes, vem
75. a interferir nas relações patrimoniais dos consortes, fazendo com que o
76. regimento escolhido não mais atenda aos anseios do par.

77. In casu, o regime estabelecido foi o da separação total de bens. No entanto, na
78. constância do matrimônio, o casal constituiu uma empresa em conjunto,
79. referindo a comunhão de esforços na concretização desse objetivo.

Mais um argumento é apresentado na linha 74 por meio do indicador de adição “Outrossim”. Na linha 77, um dos inúmeros exemplos de uma característica de estilo no redigir de muitos juristas, a desnecessária substituição de expressões existentes e corriqueiras do vernáculo por correspondentes latinos, “*In casu*”, que caracteriza o pejorativo “juridiquês”

e não uma necessidade técnica do jargão profissional de nomear algo específico não contemplado pela linguagem ordinária.

O indicador de *contraposição* “No entanto” (linha 77) confronta o regime antes escolhido pelo casal (separação total de bens) com a necessidade de comunicabilidade para que possam gerir a empresa constituída por seus esforços comuns.

Fragmento 10

-
80. Assim, ainda que não se aplique ao caso em tela o art. 977 do diploma civil,
81. diversamente do referido pelos recorrentes, pois não se trata de separação
82. obrigatória de bens, tem-se que a justificativa apresentada relativa à criação em
83. conjunto da sociedade comercial apresenta-se suficiente para o deferimento do
84. pedido.
-

O uso de indicadores de conclusão que se reinventa nos leva a tentar compreender esse momento discursivo como uma articulação não só dos vários momentos dessa prática social, como também a relação entre diferentes práticas, reproduzindo uma ordem discursiva que reflete a *reflexividade* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O desembargador inicia mais uma conclusão do voto usando o operador “Assim” (linha 80), imediatamente seguido pelo indicador de contraposição “ainda que” (linha 80) para dizer que o artigo 977 do Código Civil não se aplica ao caso. Pode-se inferir que tal diploma deve ter sido usado em algum momento processual, talvez pelo primeiro juiz. Segundo esse artigo, estão impedidos de contratar, entre si, os cônjuges em regime de separação obrigatória de bens. Não se trata do caso em questão, pois a separação de bens foi uma opção do casal.

Fragmento 11

-
85. Outrossim, o entendimento desta Câmara já está pacificado no sentido da
86. possibilidade de aplicação do artigo 1.639, §2º, do Código Civil aos casamentos
87. celebrados antes da vigência desse estatuto legal.
88. Nesse sentido, colacionam-se os seguintes precedentes desta Corte:
89. REGISTRO CIVIL. REGIME DE BENS. ALTERAÇÃO. REQUISISTOS.
90. CASAMENTO CELEBRADO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916.
91. POSSIBILIDADE. A regra do art. 2039 do CC/02 não fere o ato jurídico
92. perfeito. Assim, mesmo diante do novo regramento trazido pelo atual código
93. civil que modificou as regras dos regimes de bens, existe a possibilidade
94. jurídica de alterar o regime de bens para matrimônios realizados sob a égide do
95. CC/16. APELO PROVIDO. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70010447043, SÉTIMA
96. CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇADORES, RELATOR: XXXXYYYYY
97. TTTTTTTTTT JJJJJ, JULGADO EM 30/03/2005)
98. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS ENTRE
99. OS CÔNJUGES. Casamento celebrado sob a égide do antigo Código Civil.
100. Alteração. Possibilidade. Sociedade comercial entre cônjuges. Art.
101. 1.639, § 2º. O art. 2.039, constante das disposições finais e transitórias
102. do Código Civil em vigor não impede a mudança do regime de bens para
103. casamentos celebrados na vigência do Código Civil de 1916. RECURSO
104. PROVIDO. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70009777947, OITAVA CÂMARA
105. CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: WWWWWW
106. GGGGGGGG TTTTTTTTTT, JULGADO EM 10/03/2010).
-

A expressão “já está pacificado” quer dizer, no “mundo do Direito”, que o entendimento é hegemônico, há um consenso. As construções discursivas das práticas sociais na instância jurídica são partes dessas práticas, constituindo-as na medida em que dizer o direito é usar a linguagem, é a isso que Chouliaraki e Fairclough (1999) denominam *reflexividade*. Além disso, as práticas sociais podem depender dessas construções

textuais para sustentar relações de dominação; dessa forma, a *reflexividade* funciona ideologicamente. Daí o desembargador relator, utilizando-se da jurisprudência, ter como objetivo buscar a credibilidade na sua fundamentação e decisão, além de tirar de si a total responsabilidade pela decisão proferida e transformá-la numa decisão colegiada e constitutiva da ordem discursiva.

Aqui, mais uma vez, evidente é a presença da modalidade declarativa. Conforme Pinto (1994), é o tipo de modalidade que apresenta exigências rituais mais nítidas, tendo de ser proferido por quem de direito, no lugar adequado, no momento devido.

Fragmento 12

107. Por tais fundamentos, provê-se ao apelo, conferindo ao presente pedido
108. efeitos extunc, ressalvados direitos de terceiros, e observando-se, após o
109. trânsito em julgado, as determinações do Provimento da Corregedoria
110. Geral de Justiça nº 024/03, com as alterações realizadas pelo Provimento
111. de nº 024/04. As custas deverão ser rateadas entre os interessados.

A expressão “Por tais fundamentos” (linha 107) remete ao exposto no voto como uma explicação/justificação ao provimento do apelo. Pode ser observada a impessoalização (declaração-representativa) quando diz “provê-se ao apelo” (linha 107). Trata-se de uma forma de se isentar, de certa maneira, do ônus das consequências do que se está falando. O enunciador tem intenção de não se comprometer totalmente com o que diz, diluindo sua identificação por meio de um sujeito indeterminado.

A hipótese da *reflexividade* evocada pela dimensão da *práxis*, do fazer, fazendo-se, neste documento é expressa em “efeitos *ex tunc*” (linha 108) ao pedido feito pela parte. Isso quer dizer que a decisão tem efeito retroativo a partir de então.

Fragmento 13

-
112. DES. FULANO (REVISOR) - De acordo.
113. DES. BELTRANO– De acordo.
114. DES. SICRANO DA SILVA - Presidente - Apelação Cível nº
115. 70011082997, Comarca de Cidade Brasileira: “PROVERAM O APELO.
116. UNÂNIME.”
117. Julgador(a) de 1º Grau: ALGUÉM
-

O Fragmento 13 informa que os demais desembargadores concordaram com o voto do relator e “PROVERAM O APELO. UNÂNIME”. Um acórdão designa a decisão proferida pelo tribunal, que poderá manter, reformar, total ou parcialmente, a sentença prolatada pelo juiz de primeira instância. Embora desse tipo de decisão ainda possa caber o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça ou o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, neste caso não cabe, pois foi unânime e põe fim às vias ordinárias, com efeitos *ex tunc*.

Algumas considerações

A discussão e os resultados foram sendo apresentados ao longo da análise. O acórdão é um texto híbrido (que mistura gêneros, discursos, estilos), permeado de marcas/pistas textuais que evidenciam os modos de operação da ideologia. Predomina *legitimação*, que assegura que as relações de dominação sejam representadas como legítimas; a estratégia mais evidente é a *racionalização*, construída a partir da inserção de operadores argumentativos e partículas textuais próprias dos silogismos. A *racionalização* apresenta-se numa cadeia de raciocínios para justificar um conjunto de relações estabelecidas pela argumentação. O retorno desses resultados aos juristas consubstancia-se numa proposta para análise

de decisões judiciais em primeira instância ou decisões majoritárias com vistas a dar conta daquilo que se oculta ideologicamente ou que se esconde “nas entrelinhas”, seja no plano do posto, seja do pressuposto, do implícito ou do subentendido, apontando-se, assim, para essa lacuna de teorização do papel da linguagem no âmbito do estudo/ensino do Direito.

Referências

ASCOMBRE, J.; DUCROT, O. *L'argumentation dans La langue. Langues 42*. Paris: Didier-Larousse, 1976.

BRASIL. Lei Federal n. 13.105/2015. Brasília: Senado Federal, 2015.

COLARES, V. *A decisão interpretativa da fala em depoimentos judiciais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE. Recife: UFPE, 1992.

COLARES, V. *Inquirição na Justiça: estratégias linguístico-discursivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CHOULIARAKI, L. Media discourse and the public sphere. *D.E.L.T.A. 21* (especial). São Paulo, Educ, p. 45-72, 2005.

DASCAL, M. A relevância do mal-entendido. *Cadernos de estudos linguísticos* [s.l.], v. 11, p. 199-217, 1986.

DASCAL, M. Tolerância e interpretação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1989. p. 17- 240.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.

FAIRCLOUGH, N. Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.

FOWLER, R.; KRESS, G. Critical linguistics. In: FOWLER *et al.* (Ed.). *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

FOWLER, G. *et al.* (Ed.) *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Pearson, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Pontes, 2002.

PINTO, M. J. *As marcas linguísticas de enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen Ed., 1994.

KRESS, G. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Victoria: Deakin University, 1989.

VAN DIJK, T. Social cognition and discourse. In: GILES, H.; ROBINSON, R. P. (Org.). *Handbook of social psychology and language*. Chichester: Wiley, 1989. p. 163-183.

VAN DIJK, T. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, v. 4, n. 2, p. 249-28, 1993.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D.; SCHIFFRIN, D.; HAMILTON, H. (Org.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001. p. 352-371.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, [1990] 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, [1990] 2011.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WARAT, L. A.; ROCHA, L. S. *O direito e sua linguagem*. 2. ed. Aumentada. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

WODAK, R. *Disorders of discourse*. New York: Longman, 1996.

WODAK, R. De qué trata el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.



7

Análise do discurso de ódio contra uma blogueira

Lola Aronovich

Introdução

O *Escreva Lola Escreva* (ELE) foi criado em janeiro de 2008, quando eu fazia doutorado-sanduíche em Detroit, e rapidamente se tornou um dos maiores *blogs* feministas do Brasil. Mas a intenção original não era necessariamente ser feminista. Como se vê no título, uma referência ao filme *cult Corra Lola Corra* (do alemão Tom Tykwer, 1998), o *blog* pode ser visto como pessoal, já que leva meu nome. No entanto, como eu me assumo feminista desde os 8 anos de idade, meus textos trilham este caminho.

Por ser um dos principais *blogs* feministas brasileiros, e por existir – e resistir – por 11 anos, o ELE vez por outra é objeto acadêmico de dissertações e trabalhos de conclusão de curso. A mais completa análise sem dúvida veio de Carla Rizzotto, hoje professora de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, que analisou o *blog* para sua tese de doutorado a partir da teoria dos contratos comunicacionais de Charaudeau. Parte da tese serviu como base para a publicação do artigo “Discursa, Lola, discursa: estratégias discursivas de um *blog* feminista”, publicado em 2014. Entre as finalidades descritas por Charaudeau (2007) – persuasiva,

informativa, prescritiva e de captação –, o que meu *blog* mais busca, segundo Rizzotto, é a captação (“fazer sentir”) e a persuasão (“fazer crer”).

Para seu pós-doutoramento, Rizzotto mediu se o *blog* influencia a formação da consciência feminista no seu público, o que resultou no artigo “O ‘quinto poder’ exerce poder de fato? Relações entre um observatório de mídia e seu público” (2017). Para tanto, a pesquisadora pediu que leitoras e leitores do ELE respondessem a um questionário. Entre as 612 pessoas que o responderam, 80% foram mulheres, quase 53% entre 20 e 29 anos, 73% heterossexuais; 90% declararam-se feministas. As 612 respostas no questionário foram cruzadas com 102 *posts*. Rizzotto concluiu que o público vê a blogueira como uma “professora” (44%) e uma “grande amiga” (40%). O interessante é que entre as alternativas constava também, além de “uma pessoa distante que leio às vezes” (2%), “uma mãe”. Essa alternativa obteve apenas 0,85% de respostas, o que me deixa contente, uma vez que minha intenção nunca foi ser vista como uma figura materna. Outra conclusão do estudo de Rizzotto é que utilizo “o humor e a emoção como estratégias de aproximação, sem deixar de lado a linguagem racional que transmite credibilidade” (RIZZOTTO, 2017, p. 133).

Figura 1. O que a autora do blog representa (RIZZOTTO, 2017, p. 141).



Blog feminista é alvo de misóginos

É sempre instigante saber, ainda mais por meio de uma pesquisa acadêmica de qualidade, o que o leitorado acha do meu trabalho como blogueira. As respostas abertas do questionário, que a pesquisadora compartilhou comigo, sem citar o nome das entrevistadas, demonstram grande afetividade. Porém, nem tudo é carinho. O ELE atrai bastante ódio de grupos misóginos, e eu, como sua autora, acabo me tornando o alvo principal.

Gostaria de contar um pouco da história do *blog*. Embora eu seja assumidamente feminista desde criança, os primeiros *posts* do *blog*, no início de 2008, não tinham temática necessariamente feminista. Escrevi sobre a morte do ator Heath Ledger, sobre a autobiografia da atriz Kathleen Turner, sobre as eleições americanas daquele ano, sobre a cor do fundo do *blog*, sobre a direita cristã nos EUA, sobre o protesto que a igreja homofóbica God Hates Fags (Deus Odeia Bichas) planejava fazer no funeral de Ledger (por ele ter interpretado um *cowboy gay* em *O segredo de Brokeback Mountain*), sobre as indicações ao Oscar, sobre abaixo-assinado contra a instalação de um Walmart, sobre o salão de automóvel em Detroit, que eu havia visitado, e sobre vários filmes, como *Juno* e *Conduta de risco*.

Nas minhas crônicas de cinema, publicadas no jornal catarinense *A Notícia* entre março de 1998 e dezembro de 2011 (algumas delas compiladas no livro de 2012 *Escreva Lola escreva: crônicas de cinema*), o meu feminismo vinha à tona muito antes de eu começar o *blog*. Por exemplo, enquanto grande parte da crítica e do público se regozijava com o filme *À procura da felicidade*, em que o astro Will Smith passa por todos os sacrifícios para criar o filho e se tornar um corretor de Wall Street, escrevi que as únicas três mulheres no filme são todas vilãs. Uma é a mulher

negra do herói, que o abandona; outra, uma asiática, dona da creche em que fica o menino enquanto o pai trabalha; e a terceira, uma *hippie* que rouba o mártir. Em contrapartida, todos os homens brancos do filme, com exceção de um, são retratados como cidadãos de bem. O filme ainda hoje é passado em salas de aula como um modelo de superação, sem que as pessoas percebam a óbvia dicotomia entre a vilania de mulheres pobres e *hippies* e a nobreza dos homens ricos, que “permitem” que o protagonista estagie na firma, sem qualquer remuneração, durante meio ano.

O primeiro *post* descaradamente feminista a ser publicado no *blog* foi no começo de fevereiro de 2008, com o título “Sobre o machismo que não existe mais”, que tratava de uma equivocada campanha publicitária contra estupro de vulnerável que usava imagens de rostos de meninas em corpos de mulheres. Eu iniciava o *post* mencionando um incidente que acontecera na candidatura de Hillary Clinton à indicação do Partido Democrata: “E por falar em machismo, que tanta gente considera sepultado atualmente: numa convenção da Hillary Clinton, dois homens interromperam seu discurso gritando ‘Passe a minha camisa!’ Porque mulher não serve pra ser presidente. Só pra cuidar da casa” (ARONOVICH, 2008d).

No dia 8 de março de 2008, Dia Internacional da Mulher, pouco mais de um mês após a inauguração do *blog*, publiquei um texto que fez muitas leitoras se identificarem: “Toda mulher tem uma história de horror pra contar”. Na introdução, escrevi:

Não faz muito tempo que percebi, numa conversa informal com um grupo de moças, que todas haviam passado por no mínimo uma ocasião em suas vidas em que foram seriamente ameaçadas, espancadas ou que conseguiram fugir de um estupro. Sério. Eram seis mulheres, de origens e

idades distintas, e todas, sem exceção, tinham uma história de horror pra contar. Fiquei pensando nas minhas amigas e conhecidas e notei que isso se aplicava a elas também. Ou seja, não conheço mulher sem um histórico de violência ou, com sorte, de risco de violência. Se você é homem, não tem muita ideia do que é isso (ARONOVICH, 2008e).

Na caixa de comentários, que passei a chamar de “Fala gente fala” para fazer uma alusão ao nome do *blog*, houve muita empatia. Dezenas de leitoras relataram suas histórias de horror.

A partir de julho do mesmo ano passei a publicar *guest posts*, ou seja, textos de convidados e convidadas que escreviam sobre temas, experiências e conhecimentos diferentes dos meus. O quinto *guest post* que publiquei no *blog* foi em novembro de 2008 e trazia a autoria da Taia, uma moça que havia sido estuprada nove anos antes. Ela começava o texto com: “E aí coragem, cadê você? Eu ainda estou em dúvida se devia ou não contar uma ‘historinha’, mas vou começar tentando...”. E ela relatou que um amigo, advogado, pediu para subir ao apartamento dela sob o pretexto de que queria pegar um casaco. Lá em cima, violentou-a. Taia diz: “Só depois d’ele ir embora é que consegui reagir, trancar a porta do apê e passar horas no chuveiro tentando lavar a alma. Não contei o que aconteceu para ninguém, pois eu sabia que eu é que seria considerada culpada”. O “amigo” não se conformou com o fim da amizade e chegou a sugerir casamento. “O relato da Taia” narrava como ela lidava com o trauma e como foi capaz de seguir adiante (ARONOVICH, 2008c).

Uma leitora, Elyana, deixou o seguinte comentário: “Olha, eu sempre soube que esse tipo de violência acontece com todas as mulheres. Mas ver aqui escrito por tantas dá uma dimensão muito maior. Fico muito entristecida. Mesmo”. Depois disso, várias outras leitoras tomaram coragem para

compartilhar os relatos de estupros que tinham sofrido. Era a primeira vez que a maior parte delas revelava isso a alguém (todos os posts sobre estupro são publicados anonimamente, ou com um pseudônimo, ou com a primeira letra do nome).

No entanto, uma coisa é saber como a violência contra a mulher é real; outra é perceber como ela é onipresente nas redes sociais. Quando a internet apareceu, no final dos anos 1990, eu, como tanta gente, pensei que essa nova tecnologia seria uma excelente oportunidade para transformar o mundo. Ingenualmente cheguei a pensar que a maior parte das pessoas iria se dar as mãos e, ao som de “Kumbaya”, mudar a sociedade, juntas. Mas não. Já em 2006, um estudo da Universidade de Maryland mostrava que, assim como nosso mundo é misógino, com a internet não seria diferente. Pesquisadoras e pesquisadores daquela universidade criaram várias contas falsas e as colocaram para interagir em fóruns. Contas com nomes femininos receberam uma média de cem mensagens ameaçadoras e sexualmente explícitas por dia. Contas com nomes masculinos receberam apenas 3,7% dessas mensagens (HESS, 2014). O conteúdo dos comentários era exatamente igual, mas só ter avatar feminino já proporciona insultos misóginos e sempre ligados à sexualidade.

Meu primeiro contato indireto com a misoginia virtual foi no final de março de 2008. Uma blogueira americana, escrevendo sobre um nefasto programa de rádio em que os apresentadores se divertiam dizendo que “adorariam f*der aquela vadia da [então secretária de Estado] Condoleezza Rice até a morte”, afirmou que estupro não é algo engraçado. E narrou como foi violentada aos 16 anos, deixada para morrer numa poça de seu próprio sangue. Por esse *post*, a blogueira recebeu inúmeros comentários agressivos, vários contendo ameaças de morte e de estupro. Na ocasião, reuni e traduzi algumas das mensagens, como: “A única tragédia é que um tiro não

acabou com você depois de ter sido usada pra única utilidade que você tem no mundo”; e “Alguém deveria jogar todas essas vadias fracassadas numa máquina de lavar com o Magic Johnson [lendário jogador de basquete que tem Aids] e um monte de navalhas junto” (ARONOVICH, 2008b). Fiquei perplexa que tantos homens fossem capazes de desejar morte e estupro a uma sobrevivente de violência sexual.

Todo aquele ódio dirigido a uma feminista foi chocante para mim. Lógico, eu sabia o que era misoginia. Tinha lido ainda na adolescência um dos clássicos feministas da segunda onda, *A mulher eunuco*, da australiana Germaine Greer, em que ela usava uma passagem do romance *Última saída para o Brooklyn* (em que uma prostituta é violentada por dezenas de homens, que fazem fila não só para estuprá-la, mas para espancá-la e quebrar seus dentes) para exemplificar a misoginia. O ódio contra mulheres não era novidade para mim. Mas, até então, eu nunca havia presenciado isso na internet. Na época eu não conhecia a existência de *Men's Rights Activists*, ou MRAs, “defensores dos direitos dos homens”, que no Brasil se chamam masculinistas, Guerreiros da Real e Sanctos. Só fui saber um ano depois que os MRAs estavam por trás desses comentários cheios de ódio. Naquele *post* de 2008 a que dei o título didático de “Homens que odeiam mulheres”, eu pensava, erroneamente, que se tratava de adolescentes.

No início do ELE, com o número ainda bastante baixo de visitas e comentários, os *trolls* – comentaristas que têm como propósito ofender autoras e seguidoras dos *blogs* que frequentam – eram bastante restritos. Mas desde então já tinham o mesmo perfil: homens brancos, heterossexuais, conservadores de direita altamente preconceituosos (não apenas machistas, mas também racistas, LGBTfóbicos, elitistas, transfóbicos, gordofóbicos). Certa vez um deles apareceu para dizer que todas as

mulheres são interesseiras e só se relacionam com homens mais “destacados” do que elas (o que os masculinistas chamam de “hipergamia feminina”, que, segundo eles, data dos tempos das cavernas). Para exemplificar, ele citou o fato de a *top model* Gisele Bündchen ter se casado com o atleta americano Tom Brady em 2009. Alertado nos comentários de que Gisele era mais rica que o marido, o *troll* não se deu por vencido: “Então ela se casou pelo *Greencard!*”

Até junho de 2012, ou seja, durante quatro anos e meio, o ELE não só era aberto a comentaristas anônimos como também não tinha qualquer tipo de moderação. Os comentários eram automaticamente publicados. Portanto, havia muitos insultos. Mas chegou um momento em que cerca de cinco *trolls* atacaram simultaneamente, dois deles repetindo cada mensagem mais de cem vezes, inviabilizando a caixa de comentários. Infelizmente, ao contrário do *Wordpress*, que avisa e impede que alguém poste um comentário repetido, o *Blogspot* (onde o *Escreva Lola Escreva* se hospeda) não tem qualquer tipo de controle e seu sistema de barrar comentaristas indesejáveis é praticamente inexistente. Ou seja, não restou alternativa além de passar a moderar comentários.

Quando precisei começar a moderar a caixa de comentários, os principais *trolls* do *blog* não eram mais homens preconceituosos de direita de forma geral, e sim uma categoria muito mais específica: os masculinistas. Ainda que masculinistas sejam homens preconceituosos de direita, eles têm sua própria agenda e são guiados acima de tudo pela misoginia. Depois do meu primeiro contato com a misoginia de MRAs dos EUA, houve o terrível assassinato da jovem Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, pelo seu ex-namorado Lindemberg Fernandes Alves, de 22. Em 13 de outubro de 2008, Lindemberg invadiu a casa de Eloá, em Santo André, enquanto ela fazia um trabalho escolar com colegas. Ele manteve Eloá e sua amiga Nayara como

reféns e liberou os dois rapazes. O que se seguiu foi um *show* de horror e incompetência, em que a polícia de São Paulo permitiu que Nayara, que já havia sido libertada, voltasse ao cativado e a mídia sensacionalista entrevistasse Lindemberg por telefone durante as mais de cem horas de cárcere privado. O despreparo da polícia culminou na invasão do apartamento, com tempo para que Lindemberg atirasse em Nayara e Eloá. A morte cerebral de Eloá foi confirmada na mesma noite, Nayara sobreviveu.

Um dos meus quatro *posts* sobre o caso falava de uma comunidade no Orkut chamada “Eloá virou presunto – vai tarde”. A comunidade, assinada pela “Suprema ordem dos homens de bem”, rapidamente chegou a 1.200 membros, com comentários dos mais misóginos: Eloá era chamada de galinha, piranha, vadia. Diziam que ela era puta, e Lindemberg, seu cafetão. Inventavam que Eloá e Nayara estavam fazendo uma orgia no apartamento e Lindemberg flagrou a ex-namorada. Outros membros da repulsiva comunidade reclamavam da cor do caixão (branca) em que Eloá foi enterrada, pois, segundo eles, Eloá não seria mais virgem e não “merecia” a “cor da pureza”. Outro membro comentou: “Que se foda a cor do caixão, o importante é que ela vai ser comida embaixo da terra” (ARONOVICH, 2008a).

Assim como antes de começar o *blog* eu não sabia que existiam MRAs, também não sabia da existência dos Sanctos, os homens por trás da “Homens de Bem”. Os Sanctos eram, e continuam sendo, uma espécie ainda mais extremista de masculinistas. Todos os grupos começaram por volta de 2005 no Orkut, em comunidades como “O lado obscuro das mulheres” e “Mulher gosta de homem babaca”. Nesses fóruns, homens que não faziam muito sucesso com as mulheres encontravam a explicação para seu fracasso – a culpa não é deles, mas *delas*, que só gostam de cafajestes, não de “homens bonzinhos” como eles.

Antes mesmo de começar a falar neles, o *Escreva Lola Escreva*, por ser o maior *blog* feminista do Brasil desde 2009 ou 2010 (é difícil ter certeza porque, mesmo que eu saiba o número de visitantes do meu *blog*, a maioria dos *blogs* não disponibiliza a visão do contador de visitas. Mas em março de 2009 meu *blog* já tinha 200 mil visitantes, e em novembro do mesmo ano alcançou meio milhão, com média de 35 mil visitas mensais), já era criticado em *blogs* masculinistas. “Criticado” não é bem a palavra, porque eles mal falavam do meu *blog*, contentando-se em me atacar com todos aqueles adjetivos dedicados às primeiras feministas, as sufragistas do século XIX (mal-amada, moçreia, gorda, lésbica etc).

Em fevereiro de 2011 escrevi um *post* sobre esses misóginos chamado “O pensamento vivo (modo de dizer) dos masculinistas”, descrevendo esse tipo de homem que odeia mulheres. O *post* acabava com várias perguntas:

O movimento masculinista é minúsculo, mas tem potencial pra crescer. Parece fácil recrutar soldados pra uma causa dessas. Sua mulher se recusa a recolher e lavar as cuecas que você larga pelo chão? Sua mulher te deixou? Você não conquistou a gostosona da escola? Você se sentiu usado por uma garota que só queria sexo? Sua paquera te traiu? Você tem uma chefe que te dá ordens? Sua mãe manda você lavar a louça? Alguma mulher riu do tamanho do pacote? Você não usou camisinha, sua (ex)namorada engravidou, e agora ela exige pensão pro filho? Ou, pior: você não usou camisinha, sua (ex)namorada engravidou, você até quis casar com ela, mas ela preferiu abortar seu herdeiro divino? Você não arranja mulher porque nenhuma presta e elas não apreciam caras superlegais como você?

Uma feminista disse pra você pensar? Junte-se aos homens de verdade! (e deixe meu bloguinho em paz, pelamor!) (ARONOVICH, 2011a).

Esse *post* gerou tantos comentários revoltados de masculinistas que selecionei alguns (por exemplo: “Mulheres são seres amorais e sem caráter, incapazes de tomar decisões por conta própria. A unica [sic] época em que existiram mulheres decentes, boas mães e esposas foi quando estava vigente o patriarcado”) para outro *post*, “Troll fest de lógica linear dos mascus”, publicado em março de 2011 (ARONOVICH, 2011b). Foi a primeira vez que me referi aos masculinistas como *mascus*, uma abreviação. O termo pegou, é usado até hoje, e tornou-se tão pejorativo que praticamente acabou com os masculinistas no Brasil (pelo menos no nome), já que nenhum masculinista quer ser tachado de *mascu*.

Em 7 de abril de 2011 a situação ficou mais séria. Foi quando ocorreu o massacre de Realengo, em que Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, entrou na escola municipal em que havia estudado anos antes e abriu fogo, matando dez meninas e dois meninos. Após ser baleado por um policial, Wellington se suicidou, uma ação típica nos massacres dos EUA. A grande mídia não prestou atenção na discrepância entre o número de meninas e meninos mortos, nem nos depoimentos das testemunhas – “Nas meninas ele atirava para matar. Nos meninos, os tiros eram só para machucar, nos braços ou nas pernas” (COSTA, 2011) –, e, portanto, não caracterizou o massacre como um crime de ódio.

Insisti na versão do crime de ódio desde o começo e acompanhei a ação de *blogs* e fóruns masculinistas, que entraram em polvorosa, pois viram que Wellington usava a mesma linguagem que eles. O assassino deixou alguns vídeos em que se dizia virgem e chamava as meninas de “seres impuros”.

Alguns *blogs mascus* fecharam as portas. Um deles era o de Silvio Koerich (um pseudônimo), logo o mais popular. Um dia depois do massacre, Koerich sumiu sem deixar vestígios. Ele só reapareceu seis meses depois para declarar que estava fechando o *blog*, sem dar qualquer explicação. Em seguida, um *blog* com o mesmo nome e *layout* começou a publicar textos e imagens escabrosas exigindo a legalização do estupro, o estupro corretivo para lésbicas, o assassinato de mulheres, negros e *gays* e a legalização da pedofilia, entre várias outras barbáries. Além disso, o *blog* continha ameaças de morte e estupro. Os alvos preferenciais eram o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ)¹ e eu.

As ameaças a mim se intensificaram a tal ponto que, em janeiro de 2012, fui a uma delegacia fazer meu primeiro boletim de ocorrência. Algumas ameaças eram sutis (“Tome cuidado, pois a vida é que nem um supro [*sic*]... uma hora pode acabar”), outras mais diretas (“Pago 5 mil reais via paypal para quem conseguir montar na @lolaescreva como se fosse um touro de rodeio, filmar o ato e botar no *youtube*”, ou “Com a ajuda do meu amigo Silvio Koerich vou acabar com sua reputação, sua vaca”), e outras totalmente explícitas (“Vadia nojenta estamos pertinho vamos te cortar em 20 pedaços ninguem vai te axar [*sic*] somos sanctos somos homens honrados fica ligeira [*sic*], pode ser amanhã vou chutar tanto essa tua cara que ninguem vai te reconhecer depois, qdo te axarem em sacos plasticos”, ou “Vamos te matar vctafudida, nao tem noção de qts querem te matar agora é mais que vingança é uma questão de honra”).

O *site* de ódio permaneceu no ar entre agosto de 2011 e abril de 2012, chegando a ser denunciado quase 70 mil vezes para a SaferNet,

¹ No dia 24 de janeiro de 2019, Jean Wyllys anunciou que, devido às ameaças de morte a ele e a seus familiares, iria renunciar ao seu terceiro mandato e sair do Brasil. Ele também acusou o governo de omissão ao apurar essas ameaças. O Ministério da Justiça negou omissão e citou como exemplo a condenação de Marcelo Valle Silveira Mello, de quem tratarei mais adiante.

que vistoria conteúdo inapropriado na internet. Mas nada era feito. O *site* era derrubado e voltava ao ar dias depois, hospedado em outro país. Fora as ameaças e os *posts* com apologia a crimes diversos, o *blog* Silvio Koerich ainda prometia um atentado no prédio de Ciências Sociais da Universidade de Brasília para “matar esquerdistas e vadias”. Ele desafiava a polícia com *posts* do tipo “Vocês jamais irão nos pegar”.

Com a ajuda do grupo Anonymous, sabíamos que Emerson Eduardo Rodrigues, conhecido como “Engenheiro Emerson” (apesar de não ser engenheiro), estava envolvido com o *site* de ódio, pois esse masculinista e neonazista de longa data havia divulgado um vídeo de dez minutos abertamente racista e misógino que ele gravou na Índia, em que declarava que “o estado natural do preto é a sujeira, o estado natural da mulher é a prostituição”. Mas eu jamais havia ouvido falar no outro suspeito, Marcelo Valle Silveira Mello, embora ele fosse conhecido nos *chans* (fóruns anônimos). Marcelo foi a primeira pessoa no Brasil a ser condenada por racismo via internet, em 2009, por ofensas que fez no breve período em que cursou Letras Japonês na UnB. Na ocasião, ele alegou insanidade mental para não cumprir a pena.

Finalmente, em março de 2012, a Polícia Federal, por meio da Operação Intolerância, aproveitou que dois dos principais líderes sanctos, Emerson e Marcelo, estavam morando em Curitiba e prendeu ambos. No apartamento de Marcelo, os agentes encontraram um mapa da UnB e instruções para preparação de bombas caseiras. Também foram encontrados R\$ 440 mil em sua conta corrente. A polícia disse que os dois tinham conexões com o massacre de Realengo. Pouco depois, o *site* de ódio (que continuou no ar por mais algumas semanas depois que seus líderes foram presos) publicou a transcrição de uma suposta conversa entre Wellington Menezes e Silvio Koerich em que o “guru” dizia ao jovem o que deveria ser feito na escola em Realengo.

Os dois líderes sanctos ficaram um ano e dois meses presos. Nesse ínterim, foram julgados e condenados a seis anos e sete meses de prisão cada um, enquanto experimentei um período quase sem ameaças, como nos três primeiros anos do *blog*. Em maio de 2013, assim que os dois “sanctos” saíram da prisão, enviaram-me *e-mails* dizendo que iriam me processar. No segundo semestre de 2013 Marcelo passou a me enviar tuítes e comentários no *blog* (não aceitos) cada vez mais agressivos. Ainda naquele ano ele deu início a um *chan* (um fórum anônimo, o “Dogolachan”) em que eram postadas mensagens como: “Essa Lola não sabe com quem tá mexendo. Achando que prisão é eterna, achando que se eu não ve [sic] o dedo dela em uma nova prisão que fodeu com minha vida eu não vou lá pro Ceara e mato ela”, e “Vou cravar a Lola de balas, sei q estamos ameaçando-a faz tempo, mas o dia da retribuição chegará. Nosso sanctowellington agiu sob nossas orientações, sempre incentivamos o martirio, a vitoria é por nos e sempre será”, e:

Sonho todos os dias com essa gordona escrota morta, até imprimir uma foto dessa maldita e coleí na minha porta e fico apontando minha 9 mm pra foto dela. Essa desgraçada precisa ser parada por um homem sancto, não vamos mais se limitar a critica-la na net, se ela quer ser martir das misandricas, então ela será.²

Fiquei sabendo da existência do Dogolachan porque Marcelo fez questão de mandar o *link* para mim, assim eu poderia acompanhar as ameaças diárias.

² Não tenho a referência bibliográfica desta e de muitas ameaças porque boa parte delas são *prints* (cópias de uma imagem da tela do monitor) que tirei do Dogolachan. Como em todos os *chans*, as mensagens são excluídas automaticamente em poucos dias, não permitindo outro registro fora os *prints*.

Fora as ameaças, outro tema recorrente do Dogolachan era a necessidade de criação de novos “heróis”, ou seja, misóginos que saem do discurso e acabam de fato matando mulheres. No cabeçalho do *chan* em 2014 havia imagens de três desses “heróis”: Elliot Rodger, que em maio de 2014, na Califórnia, matou seis pessoas após deixar um manifesto misógino de 140 páginas e vários vídeos (que continuam no YouTube, incentivando outros jovens a fazerem o mesmo); Wellington Menezes, do Massacre de Realengo, no Rio; e Anders Breivik, que em julho de 2011 matou 77 pessoas em Oslo, Noruega (Breivik, ao contrário dos outros dois, não se suicidou após o atentado).

Ao longo dos anos, outros “heróis” engrossaram a lista, como Sidnei Ramis de Araújo, que no *Réveillon* de 2016, em Campinas, assassinou 12 membros da mesma família, incluindo sua ex-esposa e seu filho de 8 anos, e Alek Minassian, que em abril de 2018 usou uma van alugada para atropelar várias pessoas em Toronto, no Canadá, matando dez. Sua inspiração era Elliot Rodger, um *incel* (termo que significa “celibatário involuntário”, ou seja, o que é popularmente chamado de *virjão*, um rapaz sem experiência sexual que reclama por não seduzir mulheres. Com Rodger, o termo ficou mais conhecido. A maior parte dos *mascus* é *incel*).

Desde que inaugurou o Dogolachan, Marcelo criou vários *sites* de ódio, sempre reciclando os textos do Silvio Koerich, como Realidade, Homens de Bem, Tio Astolfo, PUAHate, Reis do Camarote, Filosofia do Estupro e Rio de Nojeira. Em 2015 e 2016 ele lançou “guias de estupro”, em que só mudava o nome da universidade, mas sua base era “como estuprar vadias” na USP, UFC, UFRGS, UFRJ e, claro, na UnB. Dessa forma, Marcelo cumpria três objetivos: divulgar sua ideologia, enfiar o “gado” (qualquer pessoa que não seja um *mascu*) e tentar incriminar inimigos. Em cada um dos *sites* ele colocava o nome completo de algum

desafeto como autor, como, por exemplo, meu marido, Silvio Cunha Pereira, com direito a fotos e nome da escola onde ele era professor de xadrez. Silvio também teve de registrar boletim de ocorrência, já que Marcelo tem grande obsessão por ele. Marcelo (e outros de sua quadrilha) não se conforma que uma feminista seja heterossexual e que uma mulher gorda tenha um marido que a ame. Logo, vários de seus planos envolvem a destruição de Silvio.

Em outubro de 2015, Marcelo e sua quadrilha misógina criaram um *site* com discurso de ódio no meu nome. Tinha fotos minhas, *link* para meu currículo Lattes, meu endereço e telefone residencial em cada *post*. O objetivo confesso de Marcelo era que o “gado” me reconhecesse na rua e me linchasse. O *site* pregava coisas que eu jamais defenderia: racismo, aborto para fetos masculinos, infanticídio e castração de meninos e queima de bíblias. Num *post*, “eu” (já que o *blog* era escrito em primeira pessoa, com meu nome) me vangloriava de ter realizado um aborto numa aluna em sala de aula, na UFC. O *site* viralizou graças à divulgação por figuras reacionárias conhecidas, como Olavo de Carvalho e Roger Moreira, do Ultraje a Rigor. Eles sabiam que o *site* era falso e divulgaram mesmo assim. Antes disso, na mesma semana em que o *site* foi lançado, Emerson, um dos misóginos que o criou, me denunciou ao Ministério Público como autora do *site* – e o MP acatou a denúncia. É surreal!

Em março de 2015, alguns meses antes da criação do *site* falso no meu nome, fui notificada para depor na Polícia Civil, em Fortaleza, por causa de um *guest post* que publiquei em julho de 2013 sobre uma moça que fez um aborto usando Cytotec e descreveu a experiência (ARONOVICH, 2013). O Ministério Público aceitou a denúncia de um *mascu* (não da quadrilha de Marcelo) que havia passado todo o ano de 2014 redigindo no seu *blog* mais de quinhentos *posts* me atacando e caluniando. O inquérito,

intitulado “Caso Lola Aronovich”, me acusava de ter cometido incitação ao crime, já que o aborto lamentavelmente não é legalizado no Brasil. No dia do meu depoimento, respondi à escritã que eu tinha o direito de defender a legalização do aborto no meu *blog*. Ela disse acreditar que o inquérito não iria adiante, mas que defender a legalização podia ser visto como incitação ao crime (o que incriminaria grande parte das feministas). O Ministério Público só encerrou o inquérito em 2017.

Mascus promoveram muitas outras ações contra mim, e não é possível contar todas porque este capítulo viraria um livro. Um dado digno de nota é que, apesar de o Dogolachan ser um *chan* neonazista que prega o extermínio de pardos e negros (além de *viados* e de *merdalheres*, *bostalheres* e *depósitos de porra*, termos que *mascus* usam para definir mulheres), ele atrai rapazes pardos, negros e nordestinos que gostariam de fazer parte do grupo. Um desses rapazes é Arthur Lopes, apelidado pela quadrilha de “Pardo Lopes”, que, para tentar ser aceito pela gangue, gravou um vídeo, a mando de Marcelo, afirmando que eu abusei sexualmente dele no banheiro de um congresso escolar em Aracaju (onde nunca estive). Outro com o mesmo perfil foi Ryan Cangaceiro, que em maio de 2016 fez um vídeo dizendo ser meu filho. No vídeo ele fala, quase chorando, que eu o abandonei quando ele era bebê porque odeio todos os meninos e homens, deixando-o aos cuidados da minha mãe, sua “vózinha”.

Em novembro de 2016 passei a receber diversos telefonemas de *mascus* em minha casa, que me ligavam a qualquer hora do dia e da noite sob o comando de Marcelo. Quando reclamei disso na minha conta no Twitter, surgiu um novo personagem no *chan* que se chamava Goec e dizia morar na Europa. Sua “missão” era fazer *doxxing* (descobrir todos os dados de uma pessoa e sua família e expor esses dados para poder efetuar ataques) de gente que se comunicava comigo. Uma das principais

vítimas foi uma professora universitária que vive em Goiás. A quadrilha fez montagens pornográficas com suas fotos e as enviou por *e-mail* para todo o seu departamento. Outro professor universitário, este do Paraná, foi atacado após me pedir pelo Twitter para reservar um livro meu para ele. Como é muito mais difícil para misóginos atacarem homens do que mulheres, a quadrilha descobriu que o professor tinha uma filha de 13 anos e a ameaçou de estupro e morte. A certeza de impunidade de Marcelo era tanta que ele tentou a seleção de mestrado para o mesmo departamento (na área de informática) e universidade do professor que sua quadrilha estava ameaçando. Marcelo não passou na seleção porque uma das professoras encarregadas de ler os currículos Lattes dos candidatos decidiu fazê-lo pela internet. E, ao digitar o nome do Marcelo, viu toda a sua longa ficha corrida de “o maior criminoso da internet” (como o chamou uma matéria da revista *IstoÉ* em agosto de 2015). Marcelo, furioso por não ter passado no mestrado, decidiu perseguir alguns dos candidatos que passaram, principalmente um estudante negro.

Em dezembro de 2016, dois dias antes do Natal, o reitor da Universidade Federal do Ceará, onde trabalho como professora desde 2010, recebeu um *e-mail* (com cópia para mim) em nome de Goec prometendo que, caso eu não fosse exonerada, haveria um atentado à bomba na universidade que mataria trezentas pessoas. O reitor pediu providências à Polícia Federal, e fui chamada para depor. Entreguei o HD do meu computador e a senha do meu *e-mail* para que a polícia tentasse rastrear de onde haviam sido enviados os *e-mails* terroristas.

No início de janeiro de 2017, o Dogolachan organizou uma ação orquestrada para denunciar meu *blog* em massa para o Google via *script*. Enquanto denunciavam, mandavam-me mensagens como esta: “Nós Sanctvs não iremos parar. Nós iremos te destruir: 2017 é seu último ano, pelo

menos na blogosfera. Isso é para você aprender que se nós, homens, não quisermos, nada vai pra frente, inclusive o direito de opinião de vocês”. No início, a quadrilha foi bem-sucedida: o Google suspendeu minha conta de acesso ao meu *blog* e deletou praticamente todas as imagens do ELE. Foi muito difícil encontrar um ser humano, e não uma máquina, para pedir que o Google recuperasse meu *blog*. Isso só foi possível depois que eu e minhas/meus leitoras/es começamos uma campanha com a *hashtag* #GoogleNãoCensureLola, chamando a atenção da grande mídia, e mandamos *e-mails* para o presidente do Google no Brasil. Finalmente, depois de três dias, uma pessoa do departamento jurídico do Google me telefonou, reconheceu que a demora em estabelecer contato era lamentável e explicou que meu *blog* seria restabelecido. Numa conversa tensa, disse a ela que havia dois lados – uma ativista com nome e rosto, professora universitária, autora de um *blog* feminista, e, do outro lado, um grupo de anônimos que passam seus dias ameaçando e buscando novas formas de arruinar a vida de ativistas – e que o Google, ao acatar a denúncia deles e aplicar a censura, havia se posicionado ao lado do ódio. A empresa devolveu meu *blog*, mas se negou a divulgar um pedido público de desculpas.

Ainda em janeiro de 2017, Marcelo entrou com seu primeiro processo contra mim por danos morais. A ação exigia que eu fosse a Curitiba e ficasse cara a cara com o líder de uma quadrilha que me ameaçava de estupro, tortura, desmembramento e morte havia anos. Duas advogadas feministas, que me defendiam *pro bono*, conseguiram convencer a juíza que eu corria risco se fosse a Curitiba. Quando Marcelo viu que eu não iria, ordenou a sua gangue que fizesse *doxxing* com minhas advogadas. Na mesma noite da audiência a que não compareci, as advogadas, suas famílias e vários de seus clientes das firmas de advocacia receberam ameaças de morte e estupro e notícias falsas, atrelando-as a traficantes

de drogas. Apavoradas, elas tiveram de renunciar à minha defesa. Desde então, quem assina minha defesa contra processos (foram cinco processos até agora: dois de Marcelo, ambos abandonados; um de Emerson, também abandonado; um de um *mascu* de Cuiabá, em que houve audiência de conciliação em setembro de 2018; e outro, o único que não é de um *mascu*, e sim de um professor brasileiro que mora nos EUA. Ele está me processando em 300 mil reais porque em dezembro de 2014 eu dei voz a uma moça que contou como ele se aproveitava de sua fama de feminista para seduzir feministas. Detalhe: eu nunca publiquei seu nome) são advogados homens. Por mais que advogadas mulheres me defendam, elas preferem esconder seus nomes para não serem alvos de ataques e ameaças.

Algo semelhante aconteceu em várias delegacias de mulheres por todo o país. As vítimas da quadrilha de Marcelo foram a delegacias fazer boletins de ocorrência, mas, na hora de assinar, as escrivãs chamavam colegas homens. Se elas assinassem, elas também poderiam ser atacadas pela quadrilha misógina.

As boas notícias

Nem tudo é tragédia. Foi por causa do caso do *site* falso em meu nome que a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), ex-prefeita de Fortaleza, redigiu o Projeto de Lei n. 4.614, de março de 2016, e o chamou de “Lei Lola”. O projeto atribui à Polícia Federal a responsabilidade de investigar crimes de ódio contra mulheres na internet. Ele é importante porque, sempre que fui fazer boletins de ocorrência, não sabia onde fazê-los. Numa delegacia de crimes cibernéticos era impossível, uma vez que o Ceará ainda não dispõe de delegacias para esse tipo de crime (e os 16 estados que dispõem delas focam muito mais em crimes materiais,

como fraude de cartão de crédito, do que em ameaças misóginas). Na delegacia civil (onde registrei a maior parte dos BOs) eles ficariam esquecidos diante de tantos crimes mais relevantes. E a Delegacia da Mulher está tão sobrecarregada que só aceita denúncias de violência doméstica, e não tem infraestrutura operacional para lidar com crimes cibernéticos (muito embora, como revela um levantamento da Delegacia da Mulher de Santos, 30% dos mil procedimentos naquela delegacia já eram referentes a crimes cibernéticos [ASSUNÇÃO, 2015]). Foi só depois de muita persistência minha e alguma pressão do Ministério Público que finalmente consegui juntar os 11 BOs e abrir um inquérito em maio de 2017, quase cinco anos e meio após o primeiro BO. Pouco depois de a Delegacia da Mulher abrir o inquérito, ele foi encaminhado para a Polícia Federal, para ser investigado por lá.

A deputada Luizianne Lins se aproveitou de datas fundamentais para a luta das mulheres para conseguir a aprovação da Lei n. 13.642/2018 – a Lei Lola – num Congresso tão conservador. Em dezembro de 2017, durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a lei foi aprovada na Câmara dos Deputados. Em 2018, na semana do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, foi a vez de a lei ser aprovada no Senado. Um mês depois, o então presidente, Michel Temer, não teve outra alternativa (já que a lei fora aprovada por unanimidade nas duas instâncias) a não ser sancioná-la. E, mesmo que a lei já esteja em vigor, ainda falta muito para implantá-la. Serão necessários vários encontros com a Polícia Federal e também a criação de cartilhas para que as mulheres saibam como e em quais casos denunciar.

A outra boa notícia foi que em 10 de maio de 2018 a Polícia Federal lançou a Operação Bravata. Sessenta agentes saíram com oito mandados de busca e apreensão em seis estados diferentes. Marcelo, o líder da

quadrilha misógina que me persegue há anos, foi preso (Emerson está foragido na Espanha). As acusações contra ele (de associação criminosa, ameaça, racismo, incitação ao crime e evidência de terrorismo), somadas, poderiam chegar a 39 anos de prisão, segundo a PF (VIANNA; KANIAK, 2018). Depois de cinco anos ininterruptos de ataques e ameaças, a polícia tomou uma atitude.

É importante salientar que entre maio e setembro de 2018 o advogado de Marcelo entrou com quatro *habeas corpus* para pedir sua soltura. Todos foram negados. Nos autos de 27 de setembro, o relator, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, escreveu, para indeferir o pedido:

Deve-se destacar especialmente o contido no IPL no 0115/2016/SR/DPF/CE, também apenso, em que resta demonstrada uma verdadeira caçada, uma perseguição impiedosa pontuada por um jogo pérfido e sádico promovido por Marcelo em face de Dolores Aronovich Agueru, professora da Universidade Federal do Ceará.

A par de ameaçá-la direta e claramente de morte e de violação sexual por meio da internet, inclusive com a incitação para que os outros também cometessem esse ato insano, passou a utilizar indevidamente do nome da vítima e de sua imagem pessoal para associá-la, no mundo virtual, à prática dos mais abomináveis crimes. [...]

Como se ainda não fosse o bastante, o ora requerente transmitiu sua ira insana e irracional para o marido de Dolores, direcionando a ele o resultado de sua repulsiva posição acerca de quem – não há nenhuma explicação no plano da racionalidade humana para isso – entende não ser digno de receber o trato que ele e seus asseclas entendem ser devido a outros seres humanos. [...]

Sendo ela professora universitária e militante feminista pode-se deduzir que essas ações – seguindo a lógica muito particular do ora requerente – decorrem da posição de destaque profissional da vítima e objetivam que ela seja publicamente desacreditada.

Os fatos adquiriram proporção tão expressiva que levaram à aprovação do Projeto de Lei n. 4.614/2016, convertido na Lei n. 13.642/2018 sancionada no dia 04/04/2018, para o fim de atribuir à Polícia Federal a competência para investigar os crimes praticadas [sic] pela internet que propaguem o ódio ou a aversão às mulheres, independentemente da transnacionalidade. A lei é popularmente conhecida como Lei Lola, em homenagem à professora e militante feminista Dolores (Lola) Aronovich Agüero (GEBRAN NETO, 2018).

A melhor notícia, porém, chegou no final de dezembro de 2018: Marcelo foi julgado e “condenado a 41 anos, seis meses e vinte dias de prisão por associação criminosa, divulgação de imagens de pedofilia, racismo, coação, incitação ao cometimento de crimes e terrorismo cometidos na internet” (VIANNA; HERSING, 2018). Além disso, Marcelo terá de pagar um milhão de reais como reparação de danos, quantia que será destinada a programas de combate a crimes cibernéticos. O processo corre em segredo de justiça. A defesa de Marcelo diz que irá recorrer, mas ele não poderá recorrer em liberdade.

Melhorou, mas está longe de acabar

As perseguições contra mim e meu *blog* certamente diminuiram desde que Marcelo foi preso em maio de 2018, mas ainda estão longe de cessar. No dia 15 de junho de 2018, um membro do Dogolachan e

da quadrilha desde no mínimo 2011, André Luiz Gil Garcia, codinomes “Kyo” e “Fuego Sancto”, de 29 anos, deixou um recado no *chan* dizendo que iria se matar. Ouviu como resposta o típico “leve a escória junto”, ou seja, “mate-se, mas antes vire um herói, executando mulheres, feministas, negros, gays e lésbicas”. Vários no *chan* se ofereceram para pagar uma passagem para que André viajasse de Penápolis-SP, onde morava, para Fortaleza a fim de me matar. Na mesma noite André assediou na rua duas jovens que ele não conhecia, atirou na nuca de uma delas, fugiu e se suicidou. Sua vítima, Luciana de Jesus do Nascimento, de 27 anos, permaneceu vinte dias internada na UTI e faleceu em 5 de julho.

André “virou herói” no *chan* junto a outros misóginos que cometeram atentados contra mulheres, como Wellington de Menezes e Elliot Rodger. Poucos dias depois de seu “actosanto”, outro membro da quadrilha, Breno Alves da Silva, fez um vídeo saudando “Kyo” e dizendo: “Em breve eu vou te acompanhar e pretendo levar comigo a Lola, isso eu prometo aqui perante todos”.

No final de julho o Dogolachan foi tirado do ar pela própria quadrilha, e parte de seus membros passou a se comunicar em outro *chan*, o Firechan. No fim de setembro o Dogolachan reabriu na Deep Web e só pode ser lido pelos membros.

As poucas semanas de relativa calma que tive após a retirada do Dogolachan foram interrompidas durante as eleições. Em outubro, comentários como estes foram deixados no meu *blog*: “Vc merece morrer com requintes de crueldade, e eu juro por Deus que gostaria muito de ser o executor. Matar gente que não presta, como você, seria fazer um bem à sociedade”; “Quando o Bolsonaro liberar o porte de armas eu vou estuprar toda feminista que vacilar”; “Cada voto é um rato enfiado na vagina de vocês”; “Jair Bolsonaro, guerreiro da Real na presidência. Dolores no

cemitério. Feminazis no hospício. Falta pouco”; “Viu o que te aguarda a partir de 1 de janeiro? É choque, cipó e porrada na cara”.

Desnecessário dizer em quem esses homens votaram para presidente ou quem é o torturador que idolatram.

Salta aos olhos o ódio que eles sentem por mulheres, principalmente feministas. Por exemplo, no dia 28 de dezembro a escritora Daniela Abade, feminista na internet desde a virada do século, fez um simples FF (*Follow Friday*) indicando vinte feministas para seguir no Twitter. Isso foi suficiente para um rapaz desconhecido desdenhar que aquilo era “uma lista só com mulheres brancas e burguesas”. Outro homem disse: “A queda de vocês é certeza”. Um terceiro, mais explícito e com foto de Bolsonaro, escreveu: “Vamos acabar com vocês suas cadelas”. Ao ser indagado por uma usuária por que esse ódio às mulheres, ele respondeu: “Ódio de mulheres? Desde quando feminista é mulher?”

Datas comemorativas como Natal e *Réveillon* são particularmente perigosas, pois são dias em que homens sem amigos ou vida social costumam sentir mais a solidão e, para tentar driblá-la, atacam mulheres na internet. Desde 2011 eu não passo um só *Réveillon* sem receber mensagens de que aquela será minha última virada de ano, já que serei executada em breve ou morrerei de alguma doença merecida. Na virada de ano de 2018 para 2019 (ou para 1964, como preferem alguns, em referência à posse de um militar) não foi diferente. Mesmo com Marcelo preso, alguns anônimos apareceram no meu *blog* para deixar comentários repletos de ódio, xingando e prometendo a minha morte e a de meu marido. Um deles deixou vários comentários, alguns contraditórios, primeiro me xingando, depois jurando que estava só brincando e que não me odeia, em seguida tentando fazer um pacto (“você me esquece e eu te esqueço, ok, sua piranha?”), e, diante do meu silêncio, expressando que sou a pessoa que ele

mais odeia no mundo, terminando a noite com uma descrição detalhada de como ele se masturbou fantasiando a minha morte.

Na tarde do dia 31 de dezembro de 2018, um homem não gostou das minhas dúvidas acerca da facada em Bolsonaro, entre elas o fato da ausência de sangue externo do então candidato a presidente no atentado de 6 de setembro. Esse homem me mandou um tuíte com uma foto de uma faca e o texto

Partiu colocar em prática sua teoria? Essa é minha Ka-Bar, instrumento perfeito para o teste. Eu entro com ela, vc com sua pança sebosa. Apenas 7 centímetros, nada letal. Aí te demonstro o efeito ‘enxugamento’ que é o que o couro faz na lâmina qd de sua extração. De acordo?

Entendi a mensagem como uma ameaça, e no Twitter pedi para que minhas/meus seguidoras/es o denunciassem. Foi surpreendente saber que ele me ameaçou usando seu perfil real. Ficamos sabendo que João Eduardo Sampaio de Alencar é delegado da Polícia Civil em Cuiabá e, obviamente, entusiasta de Bolsonaro. Em pesquisa rápida feita por algumas/alguns leitoras/es nas redes sociais foi descoberto que Alencar, em dezembro de 2013, havia sacado uma arma dentro de uma agência bancária depois de furar fila e empurrar uma cliente (G1, 2013). Antes disso, ele já respondia a processos por improbidade e ação penal por abuso de autoridade. Mesmo condenado à reclusão de dois anos e meio por crime de denúncia caluniosa, o delegado permaneceu no cargo. Em 2013 ele prendeu em flagrante 25 manifestantes que protestavam contra o fim da integração nos terminais de ônibus. Entre os manifestantes presos havia uma menina de 12 anos que sofria de epilepsia. Por isso o delegado foi denunciado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (POPULAR, 2013).

Provavelmente porque nada aconteceu com seu cargo naquelas ocasiões, Alencar sentiu-se à vontade para sugerir testar sua “Ka-Bar” na barriga de uma feminista. Ele ainda redigiu dezenas de outros tuítes antes de sua conta ser suspensa pelo Twitter por “ameaça violenta”.

No mesmo dia, véspera de ano-novo, outro homem reagiu a um tuíte meu em que eu comentava ser adepta da teoria da conspiração que crê que a facada em Bolsonaro não aconteceu. Seu tuíte dizia: “Você é adepta do Dogão com bastante maionese, batata palha e cheddar. Não faltou sangue na facada, faltou no teu cérebro, mas, entendo perfeitamente. Há regiões maiores para serem irrigadas aí, tipo: seu abdômen”.

Não haveria espanto algum – recebo inúmeros tuítes desse gênero com frequência – se não fosse por seu remetente: a mensagem veio de um deputado estadual eleito pelo PSL para a Assembleia Legislativa de São Paulo: Gil Diniz, também conhecido como “Carteiro Reaça”, foi assessor de Eduardo Bolsonaro, um entre muitos assessores contratados para “trollar” nas redes sociais. Com o crescimento da extrema direita, Diniz conseguiu se eleger deputado, mas o gosto pela “trollagem” não saiu de seu organismo.

Considerações finais

Eu diria que existem três grupos que me atacam (e atacam outras feministas e ativistas em geral), bastante parecidos entre si. Um é o que chamo de “reaças zueros”, homens de extrema direita que fingem estar brincando e fazendo piada ao me xingar, inventar discursos que nunca fiz, criar montagens. Eu os chamo também de 4ª série B, porque os insultos que eles proferem (gorda, feia, chata etc.) costumam passar quando a criança chega à 5ª série, e “B” porque a 4ª série A demonstra mais

maturidade. O outro grupo, igualmente de extrema direita, também usa “humor”, mas ele é mais organizado, parece ser pago (porque tem todo o tempo do mundo para ficar na internet xingando pessoas de esquerda) e capricha nos ataques sempre que eu menciono Jair Bolsonaro. Este grupo cria perfis *fakes* no Twitter diariamente só para me xingar e cria também perfis imitando o meu para confundir. Além disso, abre contas em meu nome, com minhas fotos, em outras redes sociais, como a Gab (conhecida como “o Twitter dos reações”) e o Curious Cat, e manda mensagens de cunho sexual no meu nome para crianças e adolescentes daquela rede. Faz isso incessantemente, por meses a fio, todos os dias. O terceiro grupo é o de *mascus*.

O desafio é descobrir quais desses grupos têm um relacionamento meramente afetivo com políticos de extrema direita e quais são patrocinados por eles. Quando um deputado estadual e um delegado passam a atacar, vemos que as ligações entre quem está no poder e grupos de ódio podem ser bastante promíscuas.

Qualquer um desses grupos pode arquitetar um atentado contra mim. Não tenho medo. Sei que sou um alvo fácil. Eles sabem (e divulgam) onde moro e trabalho, e não vou mudar minha rotina devido às ameaças, que ocorrem desde 2011. Com o *blog* eu tenho voz, e esta é também uma estratégia de defesa. Sigo um ditado famoso da ativista afro-americana Audre Lorde: “Meus silêncios não haviam me protegido. Seu silêncio não a protegerá” (1977). É verdade. Ficar quieta não faz com que homens que odeiam mulheres deixem de te agredir. Se eu parasse com o *blog*, misóginos continuariam atacando, a mim e a muitas outras mulheres. O que eles querem é nos silenciar, calar nossa voz. Portanto, ter medo não é um luxo de que posso desfrutar. Prefiro seguir lutando.

Referências

ARONOVICH, L. *Escreva Lola escreva: crônicas de cinema*. São Paulo: Com-Arte, 2012.

ARONOVICH, L. A ordem dos homens de bem quer que as mulheres morram. *Escreva Lola Escreva*. 2008a. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2008/10/ordem-dos-homens-de-bem-quer-que-as.html>. Acesso em: 03 jan. 2019.

ARONOVICH, L. Homens que odeiam as mulheres. *Escreva Lola Escreva*. 2008b. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2008/03/homens-que-odeiam-mulheres.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. O relato da Taia. *Escreva Lola Escreva*. 2008c. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2008/11/o-relato-da-taia.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. Sobre o machismo que não existe mais. *Escreva Lola Escreva*. 2008d. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2008/02/sobre-o-machismo-que-no-existe-mais.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. Toda mulher tem uma história de horror pra contar. *Escreva Lola Escreva*. 2008e. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2008/03/toda-mulher-tem-uma-historia-de-horror.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. O pensamento vivo (modo de dizer) dos masculinistas. *Escreva Lola Escreva*. 2011a. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/02/o-pensamento-vivo-modo-de-dizer-dos.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. Troll fest de lógica linear dos mascus. *Escreva Lola Escreva*. 2011b. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/03/troll-fest-de-logica-linear-dos-mascus.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

ARONOVICH, L. O verdadeiro significado da palavra comunhão. *Escreva Lola Escreva*. 2013. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/07/guest-post-o-verdadeiro-significado-da.html>. Acesso em: 03 jan. 2019.

ASSUNÇÃO, N. Violência contra mulheres aumenta no mundo real e virtual. *Boq News*. 2015. Disponível em: <http://www.boqnews.com/cidades/violencia-contra-mulheres-aumenta-no-mundo-real-e-virtual/>. Acesso em: 30 set. 2018.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, F. “Ele atirava nas meninas para matar”, diz aluno que sobreviveu a ataque. *G1*. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/ele-atirava-nas-meninas-para-matar-diz-aluno-que-sobreviveu-ataque.html>. Acesso em: 30 set. 2018.

DELEGADO entra armado em agência bancária de Cuiabá e assusta clientes. *G1*. Mato Grosso, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/12/delegado-entra-armado-em-agencia-bancaria-de-cuiaba-e-assusta-clientes.html>. Acesso em: 03 jan. 2019.

DELEGADO exerce função em MT mesmo após condenado pela Justiça. *O Popular Centro Oeste*. 9 dez. 2013. Disponível em: http://www.copopular.com.br/cidades/id-89012/delegado_exerce_funcao_em_mt_mesmo_apos_condenado_pela_justica. Acesso em: 03 jan. 2019.

GEBRAN NETO, J. P. Voto do habeas corpus n. 5033858-55.2018.4.04.0000/PR. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. *Eproc*. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br>. Acesso em: 30 set. 2018.

GREER, G. *A mulher eunuco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

HESS, A. Why women aren't welcome on the internet. *Pacific Standard*. 2014. Disponível em: <http://www.psmag.com/navigation/health-and-behavior/women-arent-welcome-internet-72170/>. Acesso em: 30 set. 2018.

LORDE, A. Palestra proferida no painel Lesbianismo e Literatura da Modern Language Association, em Chicago. *Ação Transformativa*. 1977. Disponível em: <https://transformativa.wordpress.com/2017/01/31/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao-audre-lorde/>. Acesso em: 30 set. 2018.

O CRIMINOSO da internet. *IstoÉ*. 28 ago. 2015. Disponível em: https://istoe.com.br/434177_O+CRIMINOSO+DA+INTERNET/. Acesso em: 03 jan. 2019.

RIZZOTTO, C. C. Discursa, Lola, discursa: estratégias discursivas de um *blog* feminista. *Galaxia*, 28, p. 248-261, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014219043>. Acesso em: 30 set. 2018.

RIZZOTTO, C. C. O “quinto poder” exerce poder de fato? Relações entre um observatório de mídia e seu público. *Extraprensa*, 11, p. 128-150, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/129074/137420>. Acesso em: 30 set. 2018.

VIANNA, J.; HISING, E. Homem é condenado a 41 anos de prisão por crimes como racismo, terrorismo e divulgação de pedofilia na internet. *G1*, Curitiba, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/12/19/homem-e-condenado-a-41-anos-de-prisao-por-crimes-como-racismo-terrorismo-e-divulgacao-de-pedofilia-na-internet.ghtml>. Acesso em: 03/01/2019.

VIANNA, J.; KANIAK, T. PF prende uma pessoa em operação contra crimes de racismo, ameaça, incitação e terrorismo praticados na internet. *G1*. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/pf-faz-operacao-contr-crimes-de-racismo-ameaca-e-incitacao-e-terrorismo-praticados-na-internet.ghtml>. Acesso em: 30/09/2018.

Sobre as organizadoras

Carolina Lopes Araújo

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestre em Gestão pela HEC-Montreal (Canadá). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina. Desenvolve estudos nas áreas de desenvolvimento e sustentabilidade, participação social e colaboração, gestão e educação e análise discursiva.

E-mail: carolinalopesaraujo@gmail.com

Jacqueline Fiuza da Silva Regis

Doutora em Linguística pela UnB e *Doctor philosophiae* (Dr. phil.) pela Universidade Friedrich Schiller, Alemanha. Professora vinculada ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília. Mãe da Ayumi (2009), da Inaê (2011) e da Nina (2017). Articula pesquisa e docência em questões afetas à decolonialidade, ao antirracismo, à análise de discurso crítica, a direitos sexuais e reprodutivos e à produção textual.

E-mail: fuzaregis@yahoo.de

Viviane de Melo Resende

Doutora em Linguística pela UnB, professora associada da mesma universidade. Pesquisadora do CNPq, coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC). Realizou estudos pós-doutorais na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Pompeu Fabra. Desenvolve pesquisas em estudos críticos do discurso, decolonialidade, interseccionalidade, com foco na situação de rua.

E-mail: resende.v.melo@gmail.com

Sobre as/os autoras/es

Débora de Carvalho Figueiredo

Bacharel em Direito e mestre e doutora em Linguística Aplicada e Análise do Discurso, professora no Departamento de Línguas Estrangeiras e no Programa de Pós-Graduação em Inglês/Estudos Linguísticos e Literários na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu foco de interesse são as relações entre discurso, gênero e poder, sobretudo no discurso jurídico.

E-mail: deborafigueiredo@terra.com.br

Gersiney Santos

Doutor e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília, atua na área de Língua Portuguesa, Produção de Texto e Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica e Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. Professor vinculado ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da UnB.

E-mail: gersiney@gmail.com

Gina Vieira Ponte de Albuquerque

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Especialista em Educação a Distância, Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e Letramentos e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais. Cursa mestrado em Linguística na UnB.

E-mail: ginavieiraponte@gmail.com

Juliana de Freitas Dias

Doutora em Linguística e docente na Universidade de Brasília desde 2009. É fundadora e atual coordenadora do grupo de pesquisa Educação Crítica e Autoria Criativa (Gecria).

E-mail: ju.freitas.d@gmail.com

Lola Aronovich

Mestra e doutora em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora associada do Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução da Universidade Federal do Ceará, autora do *blog* Escreva Lola Escreva.

E-mail: lolaescreva@gmail.com

Mariana C. Marchese

Doutora pela Universidade de Buenos Aires, professora de Mídia e Ensino Superior em Letras na mesma universidade, pesquisadora assistente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, chefe de Trabalhos Práticos na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.

E-mail: marianacmarch@yahoo.es

Maria Carmen Aires Gomes

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa e colaboradora do Poslin-UFMG. Articula pesquisas em Análise de Discurso Crítica com estudos de gênero e corpo (Grupo Afecto).

E-mail: mcgomes@ufv.br

Virgínia Colares

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco com pós-doutorado em Direito pela Universidade de Brasília. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

E-mail: virginia.colares@pq.cnpq.br

Os estudos críticos do discurso têm sido amplamente aprofundados nas incursões que pesquisadoras latino-americanas têm feito nesse campo. A Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso e a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza são exemplos do muito que foi feito na América Latina na direção da ampliação do escopo da análise de discurso crítica e no refinamento de abordagens teóricas e metodológicas associadas a essa interdisciplina. A ALED é uma associação acadêmica com 25 anos de tradição que congrega estudos do discurso de diversas tendências. Para a sétima edição do colóquio da ALED no Brasil, definiu-se a temática “Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida”, com o objetivo de trazer ao centro da discussão no âmbito da ALED-Brasil as relações de discurso-sociedade em termos de poder e abuso de poder. Para atingir esse objetivo, a ALED-Brasil convidou especialistas de diferentes campos dos estudos do discurso que trabalham com as categorias centrais a este debate: classe, raça e gênero, e consideram ambientes discursivos variados, desde os espaços virtuais de interação até as políticas públicas, passando pelos campos midiático, jurídico e educacional. Esse encontro mostrou-se uma oportunidade produtiva para a discussão do necessário comprometimento de acadêmicas e acadêmicos envolvidos em estudos das relações de linguagem-sociedade em termos de discurso e poder. Este livro reúne algumas dessas conferências.

